



**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E URBANO DO BARREIRO:
DIAGNÓSTICO DE PARTIDA**

Setembro 2007

ÍNDICE

1.	POSICIONAMENTO DO BARREIRO NO CONTEXTO EUROPEU, NACIONAL E REGIONAL	8
1.1.	A Península de Setúbal no Contexto Europeu, Nacional e Regional	8
1.2.	O Barreiro na Aglomeração Metropolitana de Lisboa	27
2.	SITUAÇÃO ACTUAL E DINÂMICA RECENTE DO BARREIRO	37
2.1.	Características e Dinâmicas Sócio-Económicas no Barreiro	37
2.1.1.	RESULTADOS DO MODELO DE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL	37
2.1.2.	TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	55
2.1.3.	CAPITAL HUMANO: COMPETÊNCIAS E DISPONIBILIDADE	68
2.1.4.	DINÂMICA E CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	77
2.1.5.	COMÉRCIO INTERNACIONAL	99
2.2.	O Quimiparque no Contexto do Barreiro	104
2.2.1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO QUIMIPARQUE	104
2.2.2.	OFERTA DO QUIMIPARQUE	109
2.2.3.	PROCURA DO QUIMIPARQUE	119
2.2.4.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO QUIMIPARQUE	124
2.3.	Características e Dinâmicas Urbanas no Barreiro	128

2.3.1.	ENQUADRAMENTO GERAL	128
2.3.2.	DIAGNÓSTICO DA ZONA A	138
2.3.3.	DIAGNÓSTICO DA ZONA B	141
2.3.4.	DIAGNÓSTICO DA ZONA C	144

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1-1: Indicador Sintético de Competitividade Urbana	29
Quadro 2-1: Indicadores de Caracterização Geral das Actividades Económicas, 2003	79
Quadro 2-2: Importância no Emprego dos 5 Maiores Estabelecimentos por Concelho, 2004	81
Quadro 2-3: Os 5 Maiores Estabelecimentos por Concelho na Península de Setúbal, 2004	82
Quadro 2-4: Os Maiores Estabelecimentos na P. Setúbal e na Grande Região de Lisboa, 2004..	83
Quadro 2-5: Especialização Produtiva do Emprego nos Concelhos da P. de Setúbal, 2004	87
Quadro 2-6: Caracterização Geral do Dinamismo Empresarial do Barreiro, 1998-2004.....	91
Quadro 2-7: Dinamismo Empresarial nos Concelhos da Península de Setúbal, 1998-2004	92
Quadro 2-8: Ficha Descritiva da Quimiparque, SA	106
Quadro 2-9: Principais Serviços Prestados por Clientes Instalados no Quimiparque.....	118
Quadro 2-10: Elementos da Situação Económico-Financeira da Quimiparque, 2002-2006	125
Quadro 2-11: Investimentos Anuais da Quimiparque, 2001-2006 (em milhares de euros).....	125
Quadro 2-12: Indicadores Financeiros da Quimiparque, 2002-2006	126
Quadro 2-13: Elementos Sócio-urbanísticos	132
Quadro 2-14: Número de Passageiros Transportados na Rota Barreiro-Lisboa	135

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-1: As Principais Aglomerações Urbanas na Europa, 2002	9
Figura 1-2: As Dimensões Estratégicas da Competitividade Urbana	31
Figura 2-1: Taxa de Atracção/Repulsão (Período 2001-2005)	53
Figura 2-2: Taxa de Atracção/Repulsão (Período 2001-2005) e Densidade Populacional	55
Figura 2-3: Área de Inserção e Fronteiras	56
Figura 2-4: Densidade Populacional (hab./Km2) por NUTS III e por Concelhos, 2005	59
Figura 2-5: Densidade Populacional (hab./Km2) por Freguesias do Concelho do Barreiro, 2001	60
Figura 2-6: Taxa de Urbanização (%) por NUTS III e por Concelhos, 2001	68
Figura 2-7: Panorâmica Aérea dos Parques Empresariais do Barreiro e de Estarreja	104
Figura 2-8: Principais Marcos da História do Quimiparque, 1907-2007	105
Figura 2-9: Organigrama da Quimiparque, SA	107
Figura 2-10: Localização e Acessos ao Parque Empresarial do Barreiro (Quimiparque).....	109
Figura 2-11: Caracterização do Património Edificado do Parque Empresarial do Barreiro.....	110
Figura 2-12: Identificação da Zonagem do Parque Empresarial do Barreiro	112
Figura 2-13: Loteamento Empresarial SalisPark	114
Figura 2-14: Visão a Norte do Barreiro	128
Figura 2-15: Freguesias de Intervenção do Estudo.....	132
Figura 2-16: Carta de Ordenamento da Cidade (Plano Director Municipal).....	135
Figura 2-17: Planta dos Terrenos da Quimiparque	137
Figura 2-18: Principais Situações de Poluição/Contaminação	140
Figura 2-19: Projecto para o Fórum Barreiro	144
Figura 2-20: Projecto Municipal para o Passeio Augusto Cabrita.....	145

Figura 2-21: Projecto Municipal para a frente do Rio Coina, na Rua Miguel Pais	146
Figura 2-22: Projecto POLIS para a frente de rio na Verderena	148

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-1: As Regiões Capitais na Europa Alargada [O Contexto Nacional e Europeu].....	12
Gráfico 1-2: As “Velocidades” Regionais de Convergência [clivagem real/nominal e diferenciação]	15
Gráfico 1-3: Convergência - O Desempenho da Península de Setúbal e da Região de Lisboa no Contexto Nacional e Europeu.....	18
Gráfico 1-4: Coesão e Competitividade - A Península de Setúbal e a Região de Lisboa no Contexto Nacional (1991-1995 - 2000-2002).....	20
Gráfico 1-5: A Diferenciação Qualitativa da Região de Lisboa [Internacionalização e capacidade exportadora]	22
Gráfico 1-6: A Diferenciação Qualitativa da Região de Lisboa [Esforço Público e Empresarial de I&D]	23
Gráfico 1-7: A Diferenciação Qualitativa da Região de Lisboa [Especialização e Capital Humano]	24
Gráfico 1-8: A Aglomeração Metropolitana de Lisboa Desenvolvimento Desequilibrado Norte-Sul (Evolução da Distribuição da População)	28
Gráfico 1-9: A Competitividade dos Pólos Urbanos da Mega Região de Lisboa.....	33
Gráfico 1-10: Os Factores de Competitividade Urbana do Barreiro.....	36
Gráfico 2-1: Decomposição do Topo da Pirâmide da Competitividade Territorial: PIB per capita, Produtividade e Taxa de Utilização dos Recursos Humanos	46
Gráfico 2-2: Índice de Poder de Compra e respectivo Ranking Nacional, 2004	50
Gráfico 2-3: Rendimento Colectável per capita, 2001	51
Gráfico 2-4: Distribuição Populacional, 2005	57
Gráfico 2-5: Distribuição Populacional por Freguesias do Concelho do Barreiro, 2001	58
Gráfico 2-6: Estrutura Etária da População Residente por Concelhos da Península de Setúbal, 2001 e 2005.....	61
Gráfico 2-7: Estrutura Etária da População Residente por Freguesias do Barreiro, 2001	62
Gráfico 2-8: Contributos do Saldo Natural e Migratório para a Variação da População e Taxa de Crescimento da População Residente (%), 2001-2005	67
Gráfico 2-9: Estrutura de Habilitações da População Residente, 2001, em %	70
Gráfico 2-10: Taxa de Actividade da População Residente, 2001, em %	71
Gráfico 2-11: Taxa de Actividade da População Residente por Freguesia, Barreiro, 2001, em %	72
Gráfico 2-12: Taxa de Emprego da População Residente, 2001, em %.....	73
Gráfico 2-13: Índice da Taxa de Desemprego da Península de Setúbal (2001-2006)	74
Gráfico 2-14: Taxa de Desemprego da População Residente por Freguesia do Concelho do Barreiro, 1991-2001, em %.....	75
Gráfico 2-15: Salário Mediano, 2004, em Índice	76
Gráfico 2-16: Distribuição Concelhia das Empresas e do Emprego por Conta de Outrem na Península de Setúbal, 2004	78
Gráfico 2-17: Empresas por Dimensão (Nº. Trabalhadores), 2004	80
Gráfico 2-18: Emprego em Função da Dimensão do Estabelecimento, 2004	81
Gráfico 2-19: Especialização Produtiva dos Concelhos da Península de Setúbal, 2004.....	84

Gráfico 2-20: Quocientes de Localização nos Concelhos da Península de Setúbal, 2004	86
Gráfico 2-21: Especialização da Indústria por Factores Chave de Competitividade, 2004 Índice: PT=100	89
Gráfico 2-22: Especialização da Indústria por Graus de Intensidade Tecnológica, 2004 Índice: PT=100	90
Gráfico 2-23: Distribuição Sectorial dos Estabelecimentos Novos e Encerrados nos Concelhos da Península de Setúbal, 1998-2004	94
Gráfico 2-24: Mudanças na Estrutura Sectorial da Economia nos Concelhos da Península de Setúbal, 1998-2004	95
Gráfico 2-25: Taxa de Iniciativa e Taxa de Sobrevivência de Estabelecimentos nos Concelhos da Península de Setúbal, 2004	98
Gráfico 2-26: Quotas de Saída da Península de Setúbal e dos seus Concelhos no Contexto da Grande Região de Lisboa, 2005.....	100
Gráfico 2-27: Saídas por Habitante nos Concelhos da Península de Setúbal, 2005	101
Gráfico 2-28: Taxa de Variação das Saídas da Península de Setúbal e dos seus Concelhos no Contexto da Grande Região de Lisboa, 1997-2005	101
Gráfico 2-29: Quotas de Saída da Península de Setúbal e dos seus Concelhos no Contexto da Grande Região de Lisboa, 1997-2005	102
Gráfico 2-30: Quotas de Saída “vs” Perfil de Especialização da Actividade Exportadora da Península de Setúbal, 2005	103
Gráfico 2-31: Evolução do Número de Efectivos da Quimiparque, 1990-2006.....	108
Gráfico 2-32: Cedência de Espaços por Zona do Parque Empresarial do Barreiro, 2006	113
Gráfico 2-33: Classificação da Actividade das Empresas Instaladas no Quimiparque por Grandes Sectorios de Actividade, 2006	120
Gráfico 2-34: Classificação Sectorial das Empresas Instaladas no Quimiparque, 2006	121
Gráfico 2-35: Número de Empresas Instaladas no Quimiparque, 1989-2006.....	122
Gráfico 2-36: Distribuição das Empresas Instaladas no Quimiparque por Grandes Sectorios de Actividade, 1998-2006.....	123
Gráfico 2-37: Variação das Receitas Anuais do Quimiparque e suas Origens, 2004-2006	123
Gráfico 2-38: Valores dos Contratos nos Novos Processos de Instalação de Empresas no Quimiparque, 2004-2006	124
Gráfico 2-39: Evolução da Performance Económico-Financeira da Quimiparque, 2002-2005 (valores em milhares de euros).....	127
Gráfico 2-40: Variação da População por Estrato Etário (1991-2001).....	131

1. POSICIONAMENTO DO BARREIRO NO CONTEXTO EUROPEU, NACIONAL E REGIONAL

1.1. A Península de Setúbal no Contexto Europeu, Nacional e Regional

O Barreiro constitui um concelho integrado na sub-região NUTS III Península de Setúbal, que, conjuntamente com a NUTS III Grande Lisboa, compõe a região NUTS II Lisboa, núcleo central metropolitano (onde vivem cerca de 2,6 milhões de habitantes, concentrando cerca de 25% da população e cerca de 38% do PIB nacional) de uma “mega” região, a Grande Região de Lisboa (GRL, que inclui a antiga região de Lisboa e Vale do Tejo, a que se juntam as NUTS III do Pinhal Litoral, do Alentejo Central e do Alentejo Litoral), onde se estruturam relações de polarização dos modelos de habitação, educação, transporte, produção, distribuição e consumo, onde vivem cerca de 4 milhões de pessoas, concentrando cerca de 39% da população e cerca de 50% da riqueza gerada no país.

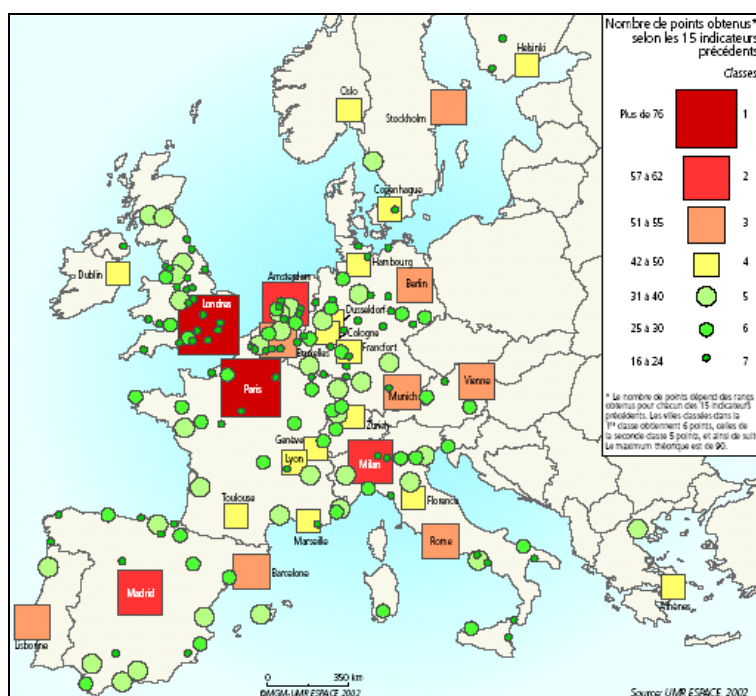
A região de Lisboa é, assim, uma realidade territorial, económica, social e institucional complexa e diversificada, secularmente construída em torno de um dos grandes pólos históricos do desenvolvimento europeu. A aglomeração metropolitana de Lisboa será, no futuro, uma região definitivamente fora dos apoios comunitários de coesão prioritários, tendo de contar cada vez mais com as suas capacidades endógenas, para poder ser “maior” e mais forte em termos europeus e mundiais e “menor” e menos pesada em termos nacionais, o que exige uma diferenciação qualitativa centrada na promoção sustentada da sua competitividade internacional, assumindo novas funções qualificadas de intermediação global e dando origem a efeitos de arrastamento positivos no desenvolvimento das outras regiões nacionais, onde se integra necessariamente a Península de Setúbal.

A evolução mais recente da região de Lisboa, depois da plena integração de Portugal na União Europeia em 1986, caracterizou-se por um processo relevante de modernização e

crescimento económico que a conduziu a realizar com sucesso o caminho da convergência no seio de uma União Europeia em aprofundamento e alargamento.

O abandono do regime de “phasing-out” da situação de região de apoio estrutural prioritário não representa, assim, apenas, uma realidade formal, representa, sobretudo, uma nova realidade substancial traduzida na ascensão da região ao grupo mais restrito das regiões europeias com um nível de vida superior não só à média da UE27/UE25, como também à média da UE15.

FIGURA 1-1:
As Principais Aglomerações Urbanas na Europa, 2002



Fonte: UMR ESPACE – “Étude des Structures, des Processus d’Adaptation et des Changements de l’Espace”

A identificação do novo quadro de problemas, necessidades e desafios da região de Lisboa, no contexto da preparação do próximo ciclo de programação estrutural, obriga, pela sua nova configuração de região de sucesso relativo no seu processo de

convergência económica e social na Europa alargada, à identificação da sua posição no conjunto das regiões capitais da Europa, na medida em que os seus objectivos se situam, em grande parte, neste novo quadro, num processo bem mais exigente, cooperativo e concorrencial, que envolve as regiões mais desenvolvidas da Europa.

A caracterização da posição da região de Lisboa no conjunto das regiões capitais¹, que têm uma população de cerca de 61 milhões de pessoas e possuem um nível de vida médio superior, em cerca de 38%, ao nível médio da UE25, foi desenvolvida articulando dois indicadores, para poder construir uma visão articulada dos processos de convergência e divergência no duplo referencial interno e europeu².

As regiões capitais, lideradas, na dimensão económica, pelas duas grandes capitais europeias (Londres e Paris), organizam-se, no referencial considerado, em dois grandes “clusters” relativamente homogéneos. O primeiro “cluster” de regiões capitais mais desenvolvidas envolve, para além daquelas duas capitais, as regiões de Estocolmo, Helsínquia e Viena, apresentando, no plano nacional, alguns traços de “arrogância” (nível de vida significativamente superior à respectiva média nacional e, também, ao nível médio relativo nacional das regiões capitais consideradas), enquanto o segundo “cluster” de regiões capitais, um pouco menos desenvolvidas, envolvendo as regiões de Amesterdão, Dublin, Berlim, Roma, Madrid e Lisboa, apresenta, no plano nacional, alguns traços de “humildade” (nível de vida superior ao respectivo nível médio nacional, mas razoavelmente aquém do nível médio relativo nacional das regiões capitais consideradas).

As restantes regiões capitais, menos desenvolvidas, repartem-se entre regiões mais “arrogantes” (Praga e Bratislava, nomeadamente), mais “neutras” (Budapeste) ou mais “humildes” (Atenas e Varsóvia, nomeadamente) no plano nacional, embora com dinâmicas de evolução, no período de preparação e concretização do alargamento, em

1 Consideram-se, apenas, os 17 países com estruturas e instituições regionais mais ou menos desenvolvidas ou suficientemente “grandes” para fazer sentido a “separação” da região capital.

2 Isto é, considerando a posição da região em termos europeus (o PIB per capita relativo, em paridades de poder compra, tomando como referencial (valor 100) a média da UE25), por um lado, e a posição da região em termos nacionais (o PIB per capita relativo, em paridades de poder compra, tomando como referencial (valor 100) a média do país), por outro lado.

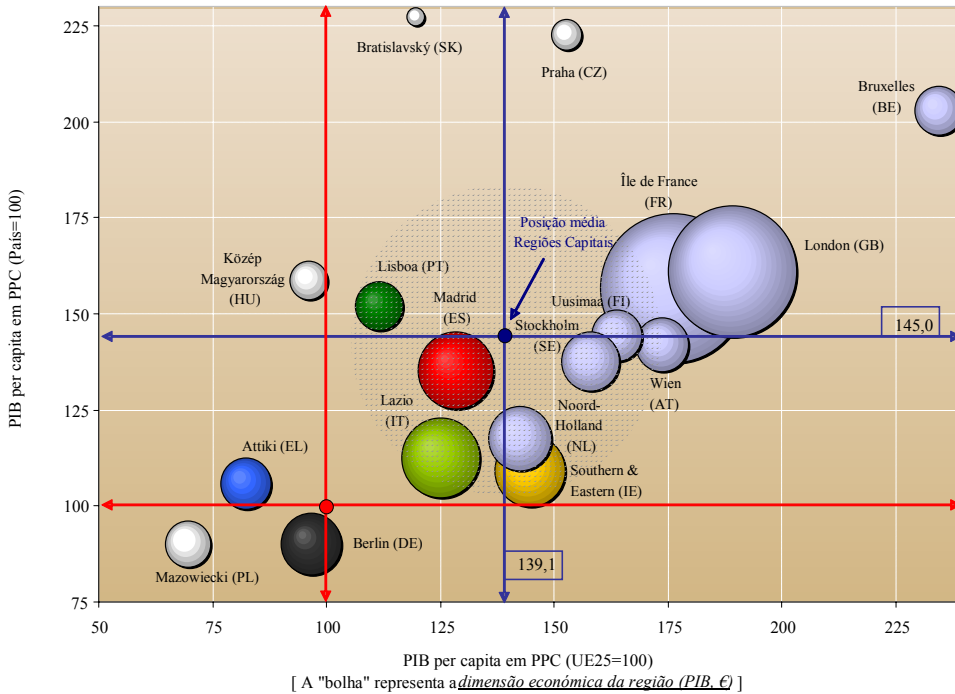
que a “arrogância” parece ter coexistido com ganhos muito mais significativos em matéria de convergência económica do que a “neutralidade” ou a “humildade”. A convergência da maioria das regiões capitais, em especial no espaço da UE15, fez-se, convém notar, com base numa dupla aproximação dos desempenhos em matéria de competitividade (nível de vida relativo no referencial europeu) e em matéria de coesão interna (nível de vida relativo no respectivo referencial nacional).

A posição ocupada pela região de Lisboa no conjunto das regiões capitais da Europa surge, assim, como relativamente central, embora aproximada “por baixo”, onde o seu mais significativo afastamento positivo, em relação aos padrões nacionais de produtividade, competitividade e rendimento, quando comparado com o das outras regiões capitais, da Europa do Sul (Itália), do Norte (Alemanha, Suécia, Finlândia) e dos chamados países da coesão (Espanha, Grécia e Irlanda), lhe permite ocupar um espaço relativamente avançado de desenvolvimento económico e social no quadro europeu.

A consolidação do processo de convergência da região de Lisboa como processo sustentável de crescimento e desenvolvimento económico e social não pode, assim, ter outro quadro estratégico de referência, que não seja o que se coloca, também, à Europa mais desenvolvida e que se traduz numa motivação renovada de promoção da competitividade com base no conhecimento, na investigação, na inovação e na educação e qualificação, suportada pela renovação do respectivo modelo social em direcção a formas mais eficazes de adaptabilidade e flexibilidade.

Esta “centralidade estratégica” significa uma fundamentação objectiva para abandonar uma lógica de região menos desenvolvida necessitada de apoios específicos, em favor de uma lógica de região mais desenvolvida com força para construir uma estratégia competitiva específica de afirmação na Europa alargada, onde os apoios prioritários à convergência, nos seus territórios mais intermédios e periféricos, podem e devem desempenhar um papel relevante no fortalecimento da sua própria coesão territorial interna.

GRÁFICO 1-1:
As Regiões Capitais na Europa Alargada
[O CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU]



Fonte: Organizado a partir de Eurostat (2005), Regional GDP per capita in the EU25, STAT/05/13 e de múltiplas informações e documentos de trabalho elaborados pela DG Regio e o Eurostat

As dinâmicas de convergência das economias regionais no espaço europeu, desenvolvendo-se no quadro das dinâmicas nacionais, acima analisadas, constituem uma realidade própria bastante mais diferenciada comportando múltiplas experiências de convergência e divergência, isto é, evidenciam uma maior dificuldade de redução global das disparidades de desenvolvimento económico e social do que a verificada no referencial das economias nacionais (o que constitui, aliás, uma fundamentação decisiva para a política comunitária de coesão e para a sua organização em torno de estratégias de desenvolvimento regionalmente apropriadas).

A análise do processo de convergência económica da região de Lisboa no espaço da União Europeia alargada permite, neste contexto e no quadro das dificuldades de convergência manifestadas pela economia portuguesa ao longo do período de vigência

do QCA III (2000-2006), caracterizar o seu desempenho na conclusão do seu percurso concreto de saída da situação de região elegível para apoio prioritário pela política comunitária de coesão (“phasing-out”).

As dificuldades de convergência reveladas mais recentemente pela economia portuguesa prendem-se com dois fenómenos diferentes, que se conjugam entre si, mas que importa distinguir para alcançar a sua verdadeira dimensão. Com efeito, podemos distinguir entre:

- ▶ A evolução do **crescimento económico** onde, no período 2000-2006, a economia portuguesa registou um ritmo acumulado inferior a metade do verificado na UE25, isto é, um acréscimo global de 4,9% contra um acréscimo global de 11,1%;
- ▶ A evolução do **nível geral de preços**, determinante para a dimensão da correcção na passagem de valores em euros correntes para valores em paridades de poder de compra, onde, no mesmo período, a economia registou um aumento do seu nível relativo de preços, face à UE25, de cerca de 5,3%.

O fenómeno de clivagem entre convergência real e nominal é, assim, bem expressivo no caso português, no período 2000-2006, onde a subida relativa do nível geral de preços mais do que absorveu todo o crescimento económico verificado, conduzindo a um significativo retrocesso no PIB per capita relativo, medido em paridades de poder de compra.

O desempenho da região de Lisboa pode e deve ser considerado, num contexto de dificuldades globais da economia portuguesa em matéria de crescimento, convergência económica e consolidação orçamental, um desempenho de realização com sucesso do seu percurso de saída de uma situação de “região da coesão” para alcançar uma situação de região mais desenvolvida no contexto europeu, embora com desequilíbrios internos significativos.

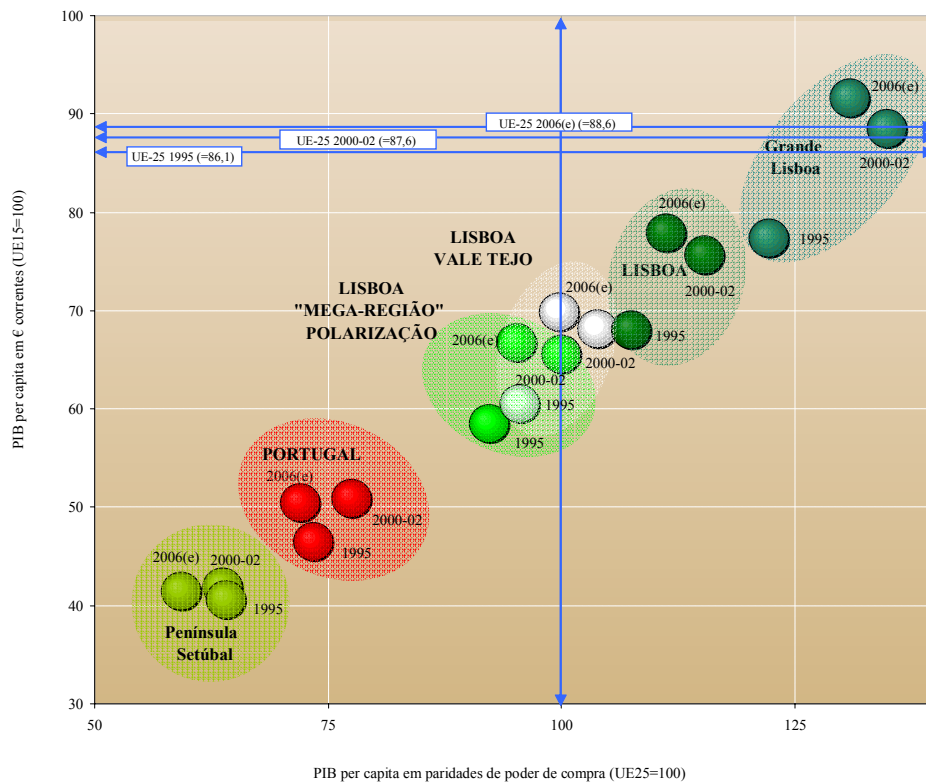
A análise da evolução do PIB per capita da região de Lisboa, em € correntes e em paridades de poder de compra, no contexto nacional e europeu, considerando o

fenómeno do alargamento (UE15 e UE25/UE27), permite situar as grandes linhas do seu desempenho em matéria de convergência no período de consolidação do seu processo de “phasing-out”³.

O principal traço distintivo da região de Lisboa, com um melhor desempenho global que o da economia portuguesa (cf. Gráfico 1-2), é o de, embora registando algum retrocesso no período entre 2000-02 e 2006 na evolução do PIB per capita relativo face à UE25 em paridades de poder de compra, esse retrocesso ser muito inferior aos ganhos registados entre 1995 e 2000-02 e, sobretudo, não ser suficiente para impedir a continuação da aproximação ao PIB per capita da UE15 medido em € correntes, em contraste com a economia portuguesa que, não só regista um retrocesso em paridades de poder de compra que a coloca em 2006 numa posição relativa abaixo da verificada em 1995, como interrompe, também, o processo de aproximação ao nível médio da UE15 em € correntes.

3 Por razões de fiabilidade e disponibilidade estatística, considerou-se o período 1995/2000-02 como referência básica e procedeu-se a estimativas, para as economias regionais, para o ano de 2006, a partir das previsões do Eurostat para as economias nacionais e com base na hipótese de manutenção do diferencial de crescimento face à média nacional no período de referência.

GRÁFICO 1-2:
As “Velocidades” Regionais de Convergência
[clivagem real/nominal e diferenciação]



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base, nomeadamente, em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, CFIN/REP/50886/2005 e Eurostat (2005), *Regional GDP per capita in the EU25*, STAT/05/13)

A Península de Setúbal, por sua vez, apresenta uma trajetória semelhante à média nacional, embora agravada pela quebra progressiva na evolução do PIB per capita em paridades de poder de compra, que tem afastado cada vez mais a sub-região da média da UE25. Este processo de divergência, tal como se verificou para a economia portuguesa no seu todo, prejudicou o ténue processo de aproximação ao nível médio da UE15 do PIB per capita em € correntes da Península de Setúbal.

15
I

De salientar que a posição da Península de Setúbal se encontra claramente no quadrante oposto à da Grande Lisboa, em termos do PIB per capita gerado nas NUTS III que caracterizam a região de Lisboa. Esta situação explica-se, em parte, por a Grande Lisboa

constituir o principal pólo de emprego da população residente das regiões vizinhas, como é o caso da Península de Setúbal, o que influencia o cálculo dos níveis de riqueza média gerada pela população destes territórios, uma vez que uma parte importante da riqueza gerada na Grande Lisboa provém do trabalho de populações residentes noutras regiões e, portanto, não contabilizadas no denominador do indicador PIB per capita da Grande Lisboa.

O reduzido nível do PIB per capita na Península de Setúbal, comparativamente, constitui o reverso desta situação. A tendência de migração residencial de populações de Lisboa para a margem Sul do Tejo, continuando a estar empregadas em Lisboa, tem como consequência um aumento do PIB *per capita* da Grande Lisboa em oposição à redução do PIB *per capita* da Península de Setúbal.

Por outro lado, observa-se igualmente na Península de Setúbal outro fenómeno que tem catalizado a perda de emprego e, por conseguinte, o desequilíbrio entre produção e população, e que se caracteriza pelo progressivo processo de desindustrialização resultante do esgotamento do modelo industrial seguido. Este esgotamento deve-se, essencialmente, à existência de estruturas industriais onde predominam sectores pouco dinâmicos à escala nacional e onde os sectores de especialização manifestam uma capacidade de crescimento inferior à média nacional, o que obrigará, necessariamente, a um processo de reestruturação industrial (como é exemplo o caso do Barreiro).

Retomando o desempenho da região de Lisboa, as grandes características deste processo podem ser sistematizadas (Cf. Gráfico 1-3) em torno dos seguintes aspectos:

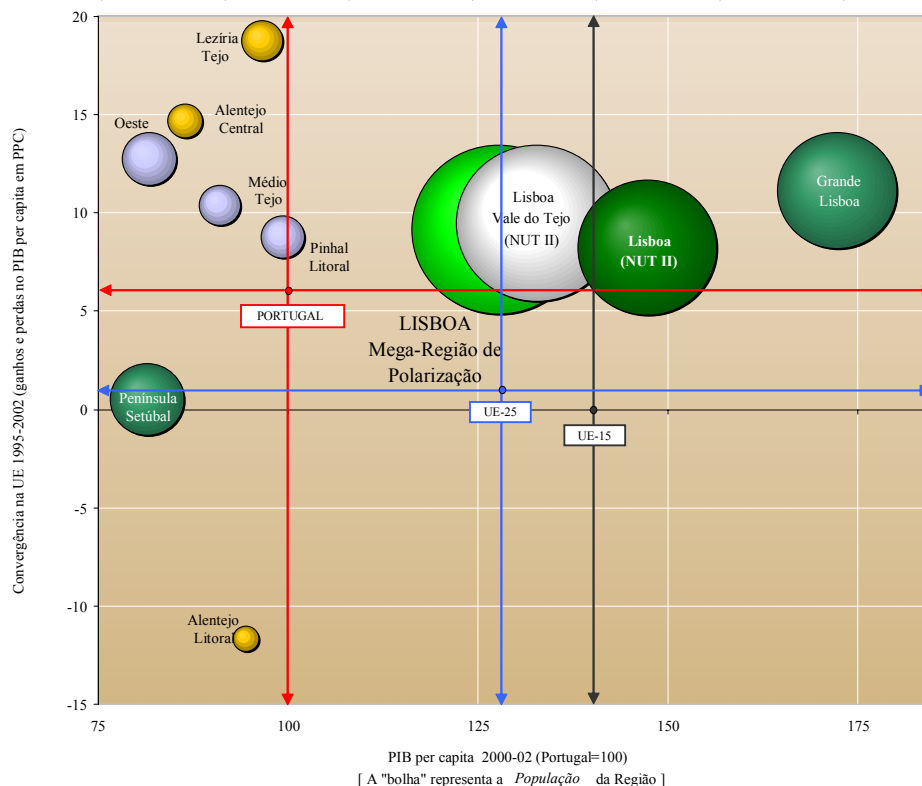
- ▶ **A “nova” região de Lisboa registou progressos significativos em matéria de crescimento e convergência, no período 1995-2000-02, alcançando um nível de vida (PIB per capita em paridades de poder de compra) não só superior ao valor médio da UE25, como da UE15, suportado por uma posição de claro destaque em relação à média nacional** com um PIB per capita superior em quase 50%. Esta situação articula uma diferenciação significativa entre a Grande Lisboa e a Península

de Setúbal, embora muito menos pronunciada que as estimativas do PIB per capita tendem a revelar⁴.

- ▶ A “velha” região de Lisboa e Vale do Tejo, embora registando progressos ligeiramente mais significativos (ganhos de 9,5% contra 8,2% em matéria de convergência), alcança um nível de vida acima da UE25, mas abaixo da UE15, e que supera a média nacional em cerca de 1/3.
- ▶ A “mega” região de polarização de Lisboa (GRL) acompanha o desempenho da NUTS II “Lisboa e Vale do Tejo” (ganhos de 9,2% em matéria de convergência), alinhando-se, em 2000-2002, com o nível de vida médio na UE25 e superando a média nacional em pouco mais de 27%.
- ▶ **As disparidades internas à própria região (GRL)**, onde a Grande Lisboa apresenta um PIB per capita quase $\frac{3}{4}$ acima da média nacional, as sub-regiões da Península de Setúbal, Oeste e Alentejo Central e Médio Tejo apresentam um PIB per capita um pouco abaixo (82%-91%) da média nacional, e as sub-regiões do Alentejo Litoral, da Lezíria do Tejo e do Pinhal Litoral apresentam um PIB per capita alinhado com a média nacional (95%-100%), **se assumem, deste modo, uma dimensão significativa, apresentam, no entanto, uma clara tendência de redução**, baseada, em especial, no desempenho mais positivo, em matéria de crescimento e convergência, das sub-regiões do Oeste, Alentejo Central e Lezíria do Tejo.
- ▶ Esta tendência de redução das disparidades só não é mais forte e global pelas dificuldades experimentadas, no período, pelo desenvolvimento económico do pólo de actividades da plataforma de Sines, que, no entanto, devidamente enquadradas numa estratégia regional, nacional e ibérica de internacionalização, podem permitir, no futuro, um desempenho largamente positivo.

4 A população residente na Península de Setúbal que trabalha na grande Lisboa contribui, no cálculo do rácio entre produção e população, para o diminuir no primeiro caso e para o aumentar no segundo caso, como já foi explicado.

GRÁFICO 1-3:
Convergência - O Desempenho da Península de Setúbal e da Região de Lisboa no Contexto Nacional e Europeu



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base, nomeadamente, em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, CFIN/REP/50886/2005 e Eurostat (2005), *Regional GDP per capita in the EU25*, STAT/05/13)

A análise, a este propósito, da evolução da região de Lisboa em matéria de competitividade e coesão económica e social no seu percurso de “phasing-out”, desenvolvida com base em índices sintéticos envolvendo 35 indicadores elementares⁵ calculados ao nível das NUTS III, revela (Cf. Gráfico 1-4) a consolidação de uma situação bastante favorável no contexto nacional, isto é, uma clara afirmação de condições e resultados privilegiados nesses dois objectivos centrais das políticas estruturais, embora ainda mais vincada no terreno da competitividade do que no terreno da coesão.

⁵ Veja-se Augusto Mateus & Associados (2005), *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas, Lisboa, Estudo para o Observatório do QCA III*.

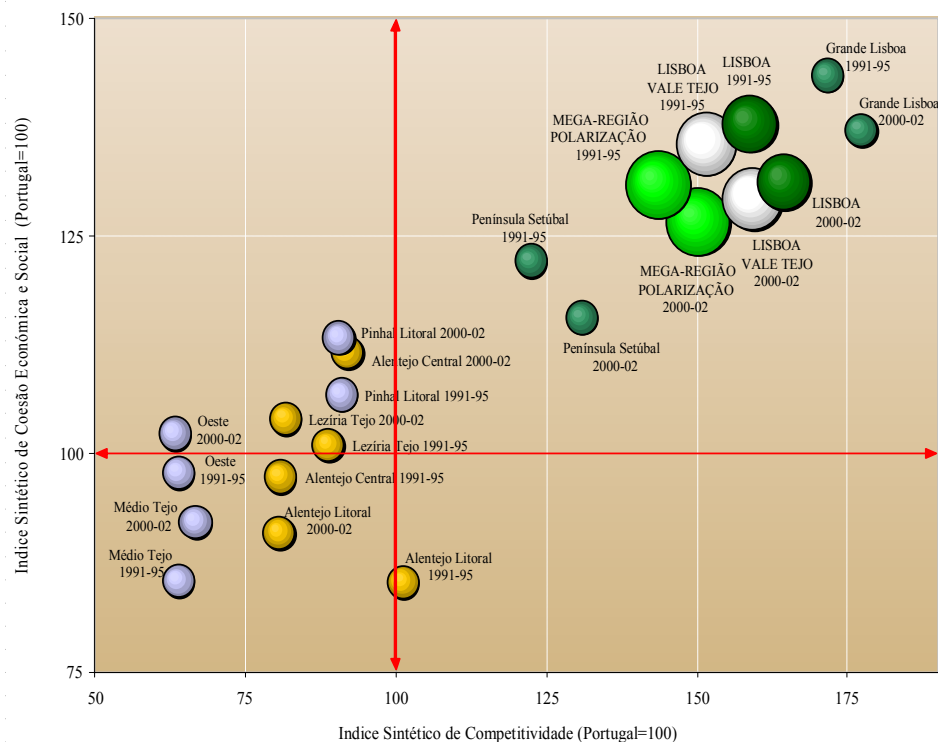
O caso da “mega região” de polarização metropolitana de Lisboa (GRL), com um nível de competitividade 50% superior à média das regiões nacionais e um nível de coesão económica e social superior em 25% à média das regiões nacionais, é bem ilustrativo desta realidade.

O desempenho da região em matéria de competitividade e coesão, confirmando a existência de disparidades internas significativas, revela, também, uma diferenciação qualitativa entre o desempenho do núcleo central do território regional (a “nova” região de Lisboa, onde se integra a Península de Setúbal), caracterizado por ganhos significativos em matéria de competitividade, e o desempenho das sub-regiões polarizadas, caracterizado por ganhos significativos em matéria de coesão, mas sem progressos efectivos em matéria de competitividade.

A Península de Setúbal, estando posicionada conjuntamente com a Grande Lisboa, no quadrante de referência da “nova” região de Lisboa, i.e., apresentando uma notação quer em termos de coesão, quer em termos de competitividade, superior à média nacional, em termos evolutivos, afirma-se, claramente, como uma região “ganhadora” ao registar uma melhoria, entre 1991-1995 e 2000-2002, da sua notação relativa face à média nacional, no índice sintético parcial de competitividade, ao mesmo tempo que se evidencia como uma região “perdedora” ao registar uma degradação da notação relativa do índice sintético parcial de coesão.

O período em análise caracteriza-se, com efeito, em primeiro lugar, pelo facto de as regiões mais expressivamente ganhadoras serem as regiões mais competitivas integradas na “região capital” (Grande Lisboa, Península de Setúbal) ou por ela polarizadas (Alentejo Central), e em segundo lugar, pelo facto da Grande Lisboa e da Península de Setúbal surgirem como regiões perdedoras no plano da coesão, o que, apesar de representar uma consequência da própria convergência das regiões portuguesas no espaço nacional, não deixa de ser significativo.

GRÁFICO 1-4:
Coesão e Competitividade - A Península de Setúbal e a Região de Lisboa no Contexto Nacional
(1991-1995 - 2000-2002)



Fonte: Cálculos com base em Augusto Mateus & Associados (2005), *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas, Lisboa, Estudo para o Observatório do QCA III*

A região de Lisboa, na sua configuração actual para o período de programação 2007-2013), agrupando as regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, protagoniza a manifestação deste tipo de trajetória (“trajetórias desequilibradas de progresso competitivo”, que se traduzem em ganhos na competitividade com perdas na coesão). O destaque, nesta trajetória, vai para o reforço da competitividade relativa destas duas regiões, uma vez que a trajetória consistente com um processo generalizado de convergência económica e social das regiões de uma dada economia nacional é a de alguma perda na respectiva posição relativa das suas regiões mais desenvolvidas, em matéria de coesão e de competitividade.

A diferenciação qualitativa no desempenho interno da região de Lisboa, com os territórios mais desenvolvidos a afirmarem-se em matéria de crescimento económico e competitividade e os territórios menos desenvolvidos a afirmarem-se em matéria de coesão económica e social, corresponde a um fenómeno mais global em acção na sociedade portuguesa que pode ser traduzido numa certa “preferência estratégica revelada” pela equidade em detrimento da eficiência, isto é, pelos objectivos de coesão em detrimento dos objectivos da competitividade e que molda, em boa medida, a experiência efectiva do terceiro ciclo de programação estrutural (2000-2006) em matéria de escolhas estratégicas, de afectação de meios e de obtenção de resultados.

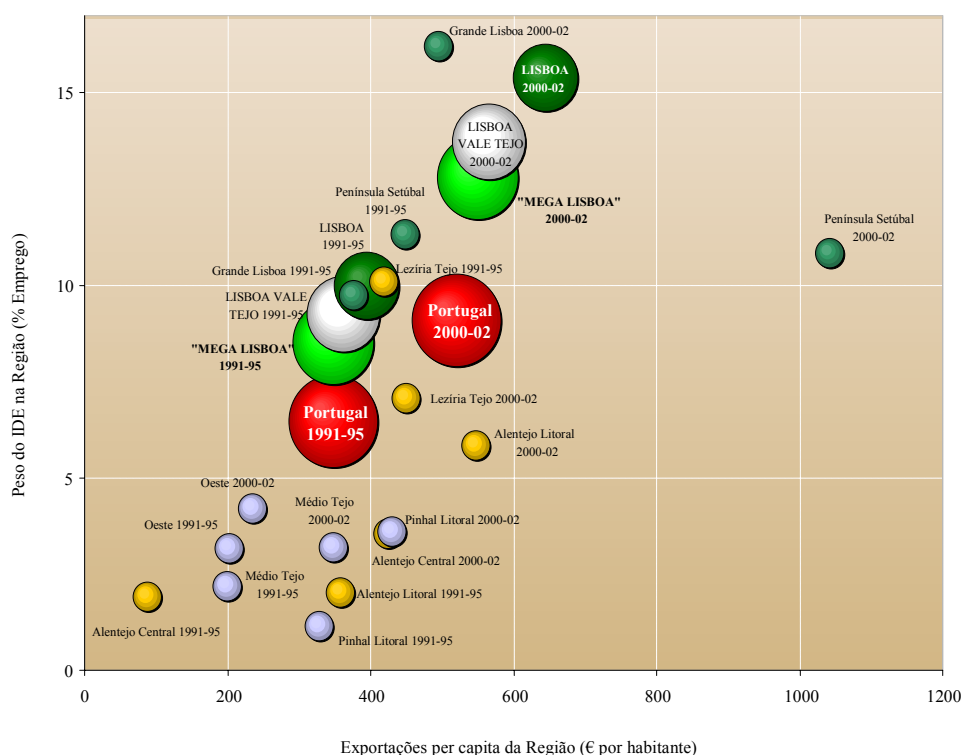
O processo de saída da região de Lisboa da situação de “região da coesão”, para além de claro, em matéria de crescimento e emprego, é, sobretudo, relevante em matéria de melhoria qualitativa do seu próprio potencial de desenvolvimento competitivo endógeno, nomeadamente através de uma importante aceleração absoluta e relativa, em relação às realidades médias do próprio país, em domínios como a internacionalização e a capacidade exportadora, o esforço público e, sobretudo, empresarial de Investigação & Desenvolvimento e a qualificação da população activa em articulação com o desenvolvimento dos factores de competitividade mais dinâmicos e sustentáveis.

A caracterização das trajectórias regionais de evolução entre 1991-1995 e 2000-2002 (Cf. Gráfico 1-5, Gráfico 1-6 e Gráfico 1-7) permite evidenciar, com nitidez, este processo de diferenciação qualitativa da região de Lisboa, muito em especial do seu “núcleo central”, traduzido num afastamento positivo por aceleração da integração nas grandes tendências da globalização, da economia baseada no conhecimento e na sociedade da informação, isto é, nos grandes objectivos da “estratégia de Lisboa” renovada. Com efeito, verifica-se que:

- ▶ **A internacionalização da região de Lisboa atinge valores já expressivos e bem acima da média nacional, com mais de 15% do emprego em empresas com participação de capital estrangeiro superior a 25%, combinando dinâmicas de inserção em cadeias de valor internacionalizadas orientadas para a exportação** (que podem ser exemplificadas pelas trajectórias da Península de Setúbal - havendo

a destacar, neste campo, a grande importância do projecto AutoEuropa, enquanto elemento catalisador desta evolução - e, em menor grau, do Alentejo Central e do Pinhal Litoral) **com dinâmicas de modernização e expansão enquanto pólo de consumo de bens e serviços transaccionáveis** (que podem ser exemplificadas pela trajectória da Grande Lisboa) **ou dinâmicas mistas de alimentação destas duas sob o primado da logística** (que podem ser exemplificadas pela trajectória da Lezíria do Tejo);

GRÁFICO 1-5:
A Diferenciação Qualitativa da Região de Lisboa
[INTERNACIONALIZAÇÃO E CAPACIDADE EXPORTADORA]

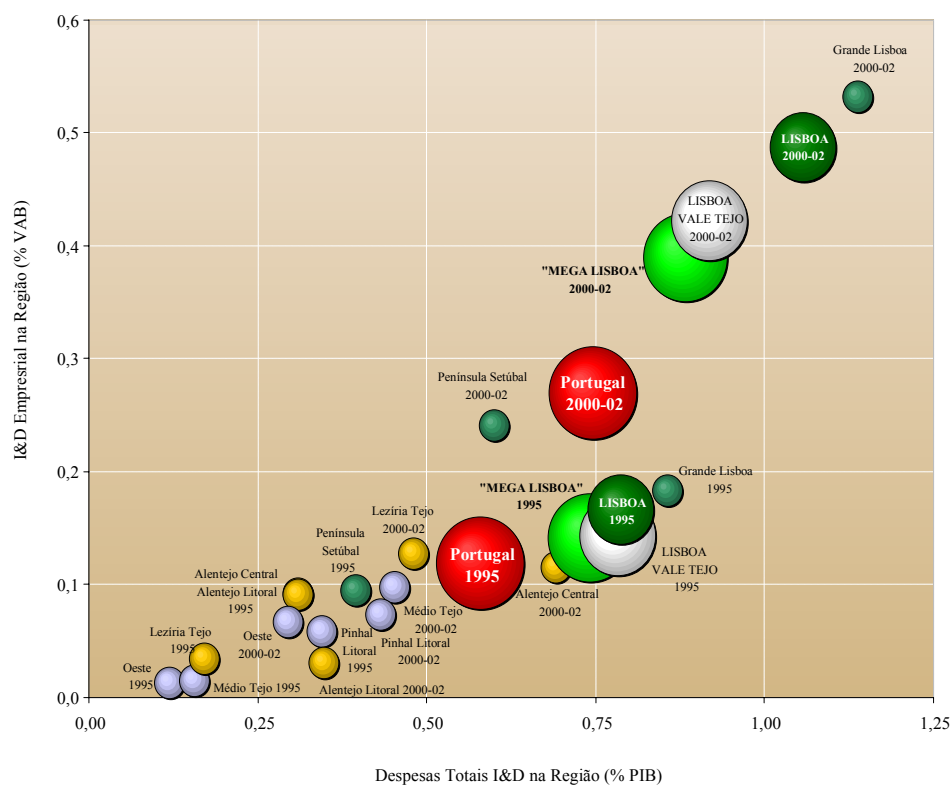


Fonte: Cálculos com base em Augusto Mateus & Associados (2005), *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas, Lisboa, Estudo para o Observatório do QCA III*

- O esforço de I&D da região de Lisboa atinge, igualmente, valores já significativos, e bem acima da média nacional, ultrapassando a barreira do 1% do PIB, embora ainda insuficientes no quadro dos desafios da construção europeia e da

globalização. O traço mais relevante é, no entanto, nesta aceleração quantitativa, a afirmação de uma tendência de crescimento do esforço de I&D de base empresarial, em contraste com a realidade nacional onde persiste um forte desequilíbrio entre o predomínio do financiamento público (universidades e laboratórios de Estado) e a debilidade do financiamento empresarial privado;

GRÁFICO 1-6:
A Diferenciação Qualitativa da Região de Lisboa
[ESFORÇO PÚBLICO E EMPRESARIAL DE I&D]

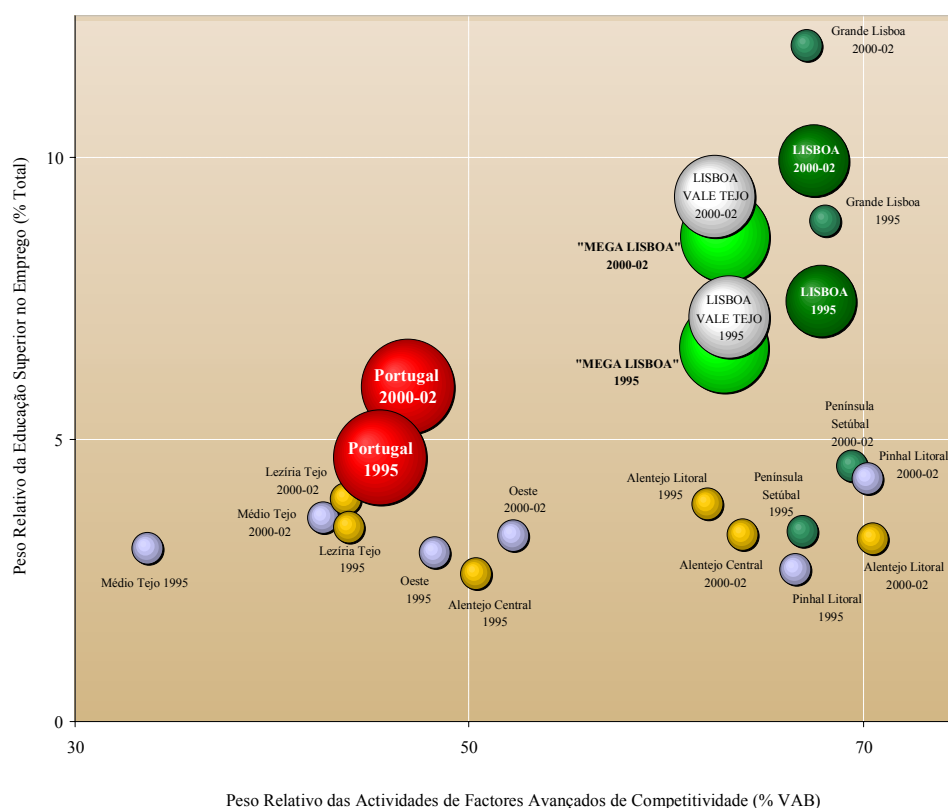


Fonte: Cálculos com base em Augusto Mateus & Associados (2005), *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas, Lisboa, Estudo para o Observatório do QCA III*

- A **qualificação da população activa da região de Lisboa**, medida pelo peso relativo das pessoas com formação superior no volume de emprego, **atinge**, com 10%, **valores ainda muito insuficientes**, para um modelo de economia baseada no conhecimento, mas quase **duplos da média nacional (5,9%)**, **distanciando-se**, de

forma muito significativa, em articulação, aliás, com a consolidação de um perfil de especialização de actividades maioritariamente centradas em factores competitivos avançados (escala, diferenciação, I&D), enquanto o país permanece especializado em actividades maioritariamente centradas em factores competitivos básicos (custo do trabalho, acesso a recursos naturais), **revelando, assim, muito maior capacidade de absorção de recursos humanos qualificados.**

GRÁFICO 1-7:
A Diferenciação Qualitativa da Região de Lisboa
[ESPECIALIZAÇÃO E CAPITAL HUMANO]



Fonte: Cálculos com base em Augusto Mateus & Associados (2005), *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas, Lisboa, Estudo para o Observatório do QCA III*

As características desta diferenciação qualitativa da região de Lisboa, no seu percurso de convergência e desenvolvimento económico e social, atrás evidenciadas, apresentam, também, uma muito importante diferenciação na sua distribuição territorial interna à

“mega região” de polarização de Lisboa (GRL), que se revela decisiva para a configuração do novo quadro de problemas, necessidades e desafios colocados, no horizonte de 2015, ao próximo ciclo de programação estrutural.

O traço mais relevante desta diferenciação territorial interna é o da aceleração do progresso relativo da região se ter feito, nos terrenos decisivos da internacionalização, da investigação, da qualificação e do desenvolvimento de factores competitivos avançados, muito mais no “centro” (Grande Lisboa e Península de Setúbal) e na “periferia” (Pinhal Litoral, Alentejo Central e, em menor grau, Alentejo Litoral) do que nos territórios intermédios de polarização (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo), que conheceram, como vimos, progressos relevantes, mas em matéria de coesão económica e social.

O reequilíbrio territorial do desenvolvimento económico e social na grande região de Lisboa exige, portanto, neste novo quadro de problemas, necessidades e desafios, uma forte capacidade estratégica e operacional susceptível de articular estreitamente as dimensões temática (maior foco na competitividade e inovação) e espacial (maior equilíbrio interno na afectação de recursos e na gestão dos efeitos de arrastamento).

A renovada capacidade estratégica e operacional, exigida pelo próximo ciclo de programação estrutural, quer no plano nacional, quer no plano regional, encontra na “nova” região de Lisboa e na sua grande região de polarização metropolitana, um importantíssimo “terreno de batalha”, que a caracterização, atrás desenvolvida, de um novo quadro de problemas, necessidades e desafios fundamenta rigorosamente, nomeadamente ao chamar a atenção para o assumir de uma importância qualitativa decisiva, nomeadamente por três razões fundamentais:

- ▶ Trata-se da região do país melhor preparada, dotada dos recursos mais avançados e mais intensamente mergulhada nas dinâmicas da “economia de procura” e da economia baseada no conhecimento, que correspondem aos desígnios da chamada “Estratégia de Lisboa” renovada;

- ▶ Trata-se de uma região que, nos seus novos contornos institucionais, articulando um “núcleo central” mais restrito e um espaço mais alargado de polarização, comporta desafios de equilíbrio territorial interno e projecção externa, nacional e internacional, que nenhuma outra região portuguesa comporta, suscitando, necessariamente, novos caminhos de parceria e cooperação público-público envolvendo várias CCDR e diferentes estruturas de base sectorial e regional;
- ▶ Trata-se da região que, plenamente fora da lógica da coesão, enfrenta, até pela redução dos níveis de apoio estrutural previsíveis, os desafios mais relevantes de desenvolvimento de uma nova geração de parcerias público-privado e de níveis mais elevados de eficiência e selectividade na gestão dos incentivos e das políticas estruturais.

1.2. O Barreiro na Aglomeração Metropolitana de Lisboa

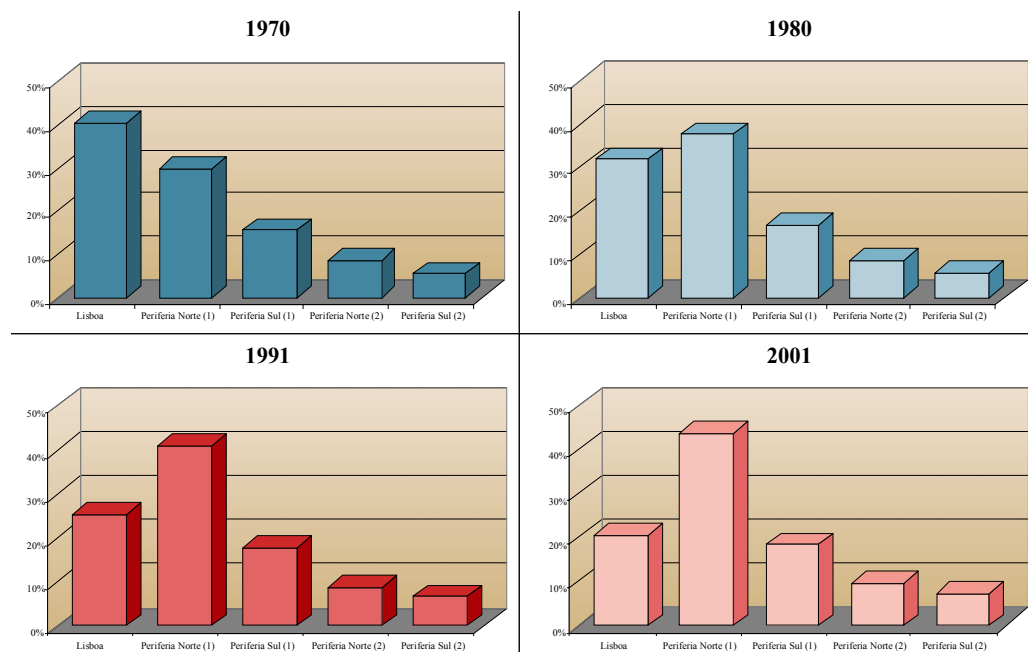
A este propósito, importa salientar, em primeiro lugar, que a Área Metropolitana de Lisboa encontra-se estruturada em seis grandes eixos, quatro eixos a norte (o eixo industrial de Vila Franca de Xira, o eixo de penetração interior Loures/Mafra, o eixo industrial e residencial de Queluz/Sintra e o eixo litoral de Oeiras/Cascais) e dois eixos a sul (o eixo residencial e industrial Almada/Seixal/Barreiro e o eixo de Setúbal).

A Área Metropolitana de Lisboa representava, em 1991, cerca de 2 milhões e 600 mil habitantes, 27,54% da população do continente e 57% da população do conjunto das áreas metropolitanas. Na última década, a população da área metropolitana cresceu (2,1%) à custa exclusivamente das periferias (11% nos primeiros eixos periféricos de expansão a norte e a sul, 8% na periferia mais afastada a norte e 17% na periferia mais afastada do sul), ao passo que a Grande Lisboa perde população" (-1,2%), muito devido à trajectória registada, a este nível, pela cidade de Lisboa (-17,9%). A cidade de Lisboa, enquanto centro, tem vindo, com efeito, a perder peso na população da área metropolitana, passando de 41%, em 1970, para pouco mais de 20%, em 2001, valores que, de qualquer forma, lhe conferem um papel muito mais relevante do que o da cidade do Porto na respectiva área metropolitana.

O crescimento populacional registado nos vários eixos de expansão revelou-se, de facto, bastante desigual ao longo destas três décadas, reflectindo, de forma bastante sensível, a evolução das características da oferta (quantidade/disponibilidade, qualidade e preço) da habitação, transportes e vias de comunicação. Com efeito, se nos anos 70 a periferia norte cresceu mais rapidamente (70%) que a periferia sul (55%), principalmente com base nas zonas mais próximas da cidade de Lisboa (aumento da população de 73% em Oeiras/Amadora, de 82% em Sintra e de 66% em Loures, contra aumentos de 49% no Barreiro e 37% em Almada), ao longo dos anos 80 o crescimento populacional da área metropolitana foi-se periferizando (as duas periferias norte e sul aumentaram 11% a respectiva população), de forma bastante desigual, com uma travagem acentuada em pólos tradicionais de expansão (Oeiras -1,4%, Barreiro -2,6% e Almada 3%) e o surgimento ou afirmação de novos pólos dinâmicos (Palmela 64,4%, Seixal 31,1%, Moita

22,3%, V. F. Xira 17,4%, Loures 16,5%, mantendo-se Sintra 15,3%), tendência que foi continuada e, em alguns casos, reforçada ao longo dos anos 90 e da presente década, destacando-se, a este nível, nomeadamente a afirmação do eixo Alcochete-Montijo a sul, muito ligada ao impacto da abertura da Ponte Vasco da Gama.

GRÁFICO 1-8:
A Aglomeração Metropolitana de Lisboa
Desenvolvimento Desequilibrado Norte-Sul
(EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO)



Fonte: Augusto Mateus & Associados

Importa, no entanto, perceber o porquê dos desequilíbrios observados em termos da atractividade e competitividade urbana que influenciaram a consequente evolução da distribuição da população na aglomeração metropolitana de Lisboa e qual a posição relativa do Barreiro. A utilização de um indicador sintético de competitividade urbana⁶

⁶ Os estudos mais recentes sobre a competitividade têm conduzido a múltiplos ensaios de construção de indicadores sintéticos ou agregados. O principal problema que se pode levantar à utilização deste tipo de indicadores coloca-se quando, em vez de serem utilizados para focalizar e explicitar análises mais aprofundadas, são utilizados para substituir essas mesmas análises, gerando abordagens demasiado simplificadas e subjectivas de fenómenos necessariamente mais complexos e requerendo métodos mais objectivos de tratamento e análise.

pode ajudar a situar os desafios colocados ao desenvolvimento económico e social da Grande Região de Lisboa, que, neste estudo, se focalizam, essencialmente, no plano da área metropolitana.

A análise dos factores de competitividade e atractividade desenvolvida utilizou indicadores sintéticos construídos a partir de uma bateria de 19 indicadores de base⁷ (cf. Quadro 1-1). O referencial da “Estratégia de Lisboa” foi adoptado como “fio condutor” valorizando, nomeadamente, o peso relativo das actividades integradas na chamada “Economia Baseada no Conhecimento” e a qualidade dos recursos humanos mobilizados.

QUADRO 1-1:
Indicador Sintético de Competitividade Urbana

Indicador, Conteúdo e Ano de referência	Código
Indicadores relativos à população e à acessibilidade de serviços às famílias (“componente população/consumo”)	
(1) Peso relativo na população residente (2001)	% POPRES
(2) Variação da população residente (1991-2001)	Δ POPRES (%)
(3) Intensidade relativa da população residente com educação superior completa (2001, universo=100)	POPRES_Esup (r)
(4) Emprego no comércio por residente (2000, universo=100)	EMPCom/POPRES
(5) Intensidade relativa da população em idade activa (20-64) (2001, universo=100)	% PR 20-64 (r)
(6) Emprego na cultura por residente (2000, universo=100)	EMPCult/POPRES
(7) Intensidade relativa do emprego no turismo (2000, universo=100)	% EMP_Tur(r)
(8) Intensidade relativa do emprego no serviço às famílias (2000, universo=100)	% EMP_SrvFam (r)
(9) Densidade Global (residentes e emprego por Km2) (2000-2001)	DENS (pr+emp)
Indicadores relativos ao emprego e à especialização das actividades económicas (“componente emprego/valor”)	
(10) Peso relativo no emprego total (2000)	% EMPTOT
(11) Grau relativo de renovação dos empregos (antiguidade média por trabalhador, 2000, universo=100)	EMP_Renov (r)
(12) Nível relativo do ganho por empregado (2000, universo=100)	W (r)
(13) Nível relativo do pessoal qualificado (2000, universo=100)	EMP_Q (r)

7 A escolha dos indicadores de base obedeceu a duas preocupações fundamentais, tendo presente uma condicionante básica constituída pela disponibilidade e fiabilidade dos dados a um nível suficientemente desagregado.

Em primeiro lugar, procurou-se utilizar um conjunto equilibrado de indicadores susceptíveis de evidenciar os factos determinantes quer na localização da população, quer na localização do emprego (população residente e emprego nos estabelecimentos constituem, assim, as duas grandes referências equilibradas na escolha dos indicadores). O “equilíbrio” desejado conduziu, por um lado, a construir a visão da qualidade do “habitat” quer em termos de resultados (localização da população), quer em termos de condições (localização das actividades económicas associadas ao comércio e aos serviços às famílias), e, por outro lado, a procurar alguma articulação entre as variáveis de caracterização das duas populações de referência (residentes e empregados).

Em segundo lugar, procurou-se utilizar um conjunto também equilibrado de indicadores de dimensão, de indicadores de intensidade e de indicadores de variação na explicitação dos fenómenos de “atração” e “repulsa”, por um lado, e dos fenómenos de “ganho” e “perda” de posições competitivas, por outro lado, no que respeita aos movimentos da população e das empresas em busca de melhores condições de vida e de melhores ambientes de trabalho, criação de riqueza e proximidade de mercados e recursos estratégicos, respectivamente.

O “equilíbrio” desejado conduziu a privilegiar os indicadores qualitativos (intensidades relativas) moderando os seus efeitos com base em indicadores de dimensão (escolhidos para as variáveis mais relevantes).

Indicador, Conteúdo e Ano de referência	Código
(14) Nível relativo do pessoal com educação terciária (2000, universo=100)	EMP_Esup (r)
(15) Dimensão média dos estabelecimentos (2000)	DIM_Est
(16) Intensidade relativa do emprego no serviço às empresas (2000, universo=100)	% EMP_SrvEmp (r)
(17) Intensidade relativa do emprego na “economia baseada no conhecimento” (2000, universo=100)	% EBC (r)
(18) Peso relativo no emprego nas indústrias de média-alta e alta tecnologia (2000, universo=100)	% EMP_INDTEC+
(19) Peso relativo no emprego nos serviços empresariais avançados (2000, universo=100)	% EMP_Srv

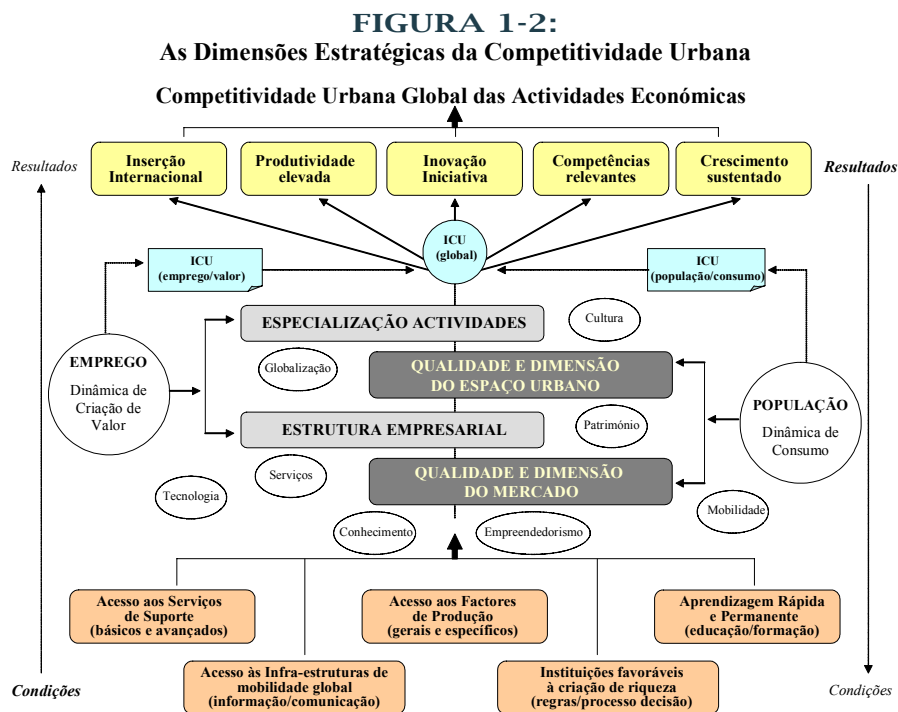
Fonte: Augusto Mateus & Associados

Os indicadores sintéticos construídos têm, neste quadro, a seguinte estrutura e características:

- ▶ O **indicador sintético global de competitividade urbana** articula dois grandes prismas de análise: (i) a concentração e características da população, as funções urbanísticas e residenciais e os serviços associados ao consumo das famílias; (ii) a concentração e características do emprego, as funções económicas e empresariais, o dimensionamento e renovação do tecido empresarial e as actividades económicas associadas aos processos mais vastos da satisfação da procura global (mercado interno e exportação, bens e serviços intermédios, finais e mistos);
- ▶ O **indicador sintético parcial de competitividade urbana suportada pela lógica do emprego e da criação de valor**, mais focalizado na atractividade das empresas (“investir e trabalhar”), a partir do potencial de desenvolvimento competitivo das actividades económicas nos diferentes pólos, e suportado por 10 indicadores parciais, procura evidenciar quer a qualidade da especialização das actividades económicas e dos recursos humanos utilizados, quer a dimensão e grau de renovação dos estabelecimentos, quer, ainda, a dimensão global como pólo de atracção de empregos;
- ▶ O **indicador sintético de competitividade urbana suportada pela lógica da população e do consumo**, mais focalizado na atractividade das pessoas (“viver e visitar”), a partir da acessibilidade a factores, serviços e funções relevantes para a qualidade de vida nos diferentes pólos, e suportado por 9 indicadores parciais, procura evidenciar quer o potencial da população residente, em termos de recurso estratégico para o desenvolvimento, quer a densidade dos serviços, às pessoas e às

famílias, associados às dinâmicas modernas de consumo e lazer, quer, ainda, a sua dimensão e ritmo de evolução, como pólo de atracção de residentes e visitantes.

O modelo teórico subjacente à construção do índice sintético de competitividade e atractividade urbana utilizado no presente estudo é explicitado no diagrama seguinte (cf. Figura 1-2), onde se enunciam quer os grandes factores e dimensões estratégicas da competitividade das actividades económicas localizadas nos grandes pólos urbanos, quer a articulação entre condições e resultados da competitividade susceptível de gerar “círculos virtuosos” de desenvolvimento económico e social (as condições que permitem obter bons resultados são consolidadas, alargadas e melhoradas com a afectação de uma parte relevante desses mesmos resultados na forma de novos investimentos estruturantes, públicos e privados).



Fonte: Augusto Mateus & Associados

A metodologia adoptada permite o desenvolvimento de duas grelhas de análise, isto é, uma grelha centrada no posicionamento relativo de cada pólo urbano considerado (visão dos “rankings”) e uma grelha centrada na intensidade da distância entre cada pólo urbano considerado (visão dos indicadores)⁸. O processo de análise da competitividade urbana de Lisboa desenvolvido neste trabalho, procurando especificar, essencialmente, a dinâmica do Barreiro na Área Metropolitana de Lisboa, teve por base uma lógica articulada de Lisboa no referencial externo da região envolvente (ou “zoom-out”).

Neste sentido, observa-se claramente uma cidade de Lisboa que ocupa, no contexto regional, uma posição privilegiada, quer no plano quantitativo, quer, sobretudo, no plano qualitativo⁹. Esta liderança de Lisboa na competitividade urbana das actividades económicas, embora muito clara, é ainda mais nítida no plano da lógica das características do emprego e do potencial de criação de valor do que no plano da lógica das características da população residente, onde as tendências de envelhecimento e decréscimo populacional reduzem o alcance da sua também muito relevante dinâmica de consumo.

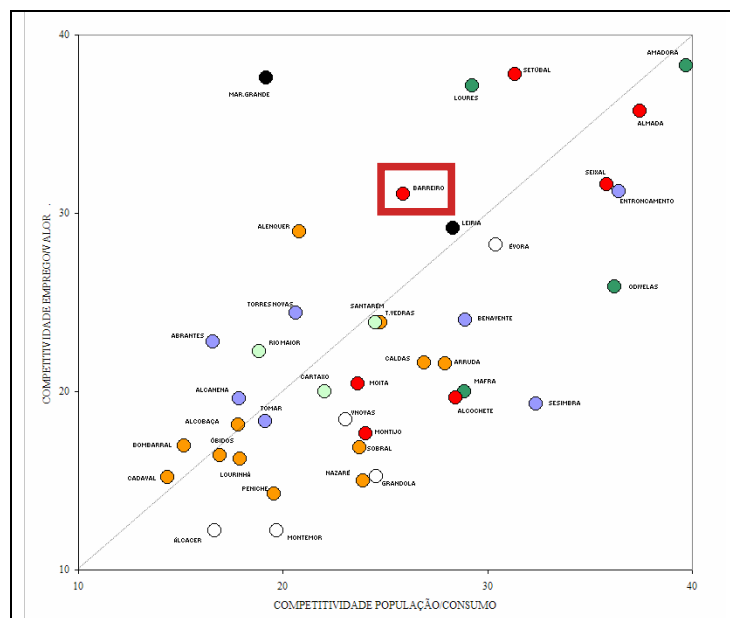
Relativamente aos restantes concelhos, observa-se que a liderança assumida pela cidade de Lisboa no quadro da região é aproximada, apenas, pela posição do pólo Oeiras na medida em que todos os restantes pólos se situam a uma distância muito considerável. Essa aproximação baseia-se numa performance mais favorável de Oeiras em relação a Lisboa no que respeita, em especial, ao ritmo de renovação dos empregos e de

8 A visão ou óptica dos rankings conduz a construir os indicadores sintéticos de competitividade urbana com base no estabelecimento de rankings descendentes relativos a cada um dos indicadores de base cuja agregação se faz, posteriormente, através de uma média ponderada que permite chegar a uma notação média que pode ser comparada para identificar o posicionamento de cada cidade, concelho ou zona de aglomeração, abaixo ou acima de uma posição intermédia, com o valor médio da soma dos rankings considerados, isto é, com o valor de separação entre notações “positivas” e “negativas”.

A visão ou óptica dos indicadores conduz a construir os indicadores sintéticos de competitividade urbana com base num processo de normalização da notação relativa a cada um dos indicadores de base através da amplitude de variação da respectiva distribuição (o valor mínimo é, assim, notado com 0, o valor máximo com 100 e os valores intermédios são distribuídos proporcionalmente nesse intervalo de acordo com o respectivo valor), cuja agregação se faz, posteriormente, através de uma média ponderada que permite chegar a uma notação média que pode ser utilizada para identificar a distância relativa entre cada cidade, concelho ou zona de aglomeração.

9 A metodologia adoptada não visa captar, principalmente, a força económica global dos diferentes pólos urbanos mas, antes, o seu maior ou menor potencial de atractividade de pessoas e empresas, em especial no quadro selectivo das actividades polarizadas pela “economia baseada no conhecimento” e, desse modo, das perspectivas de integração nos objectivos da “Estratégia de Lisboa” renovada ao nível da União Europeia.





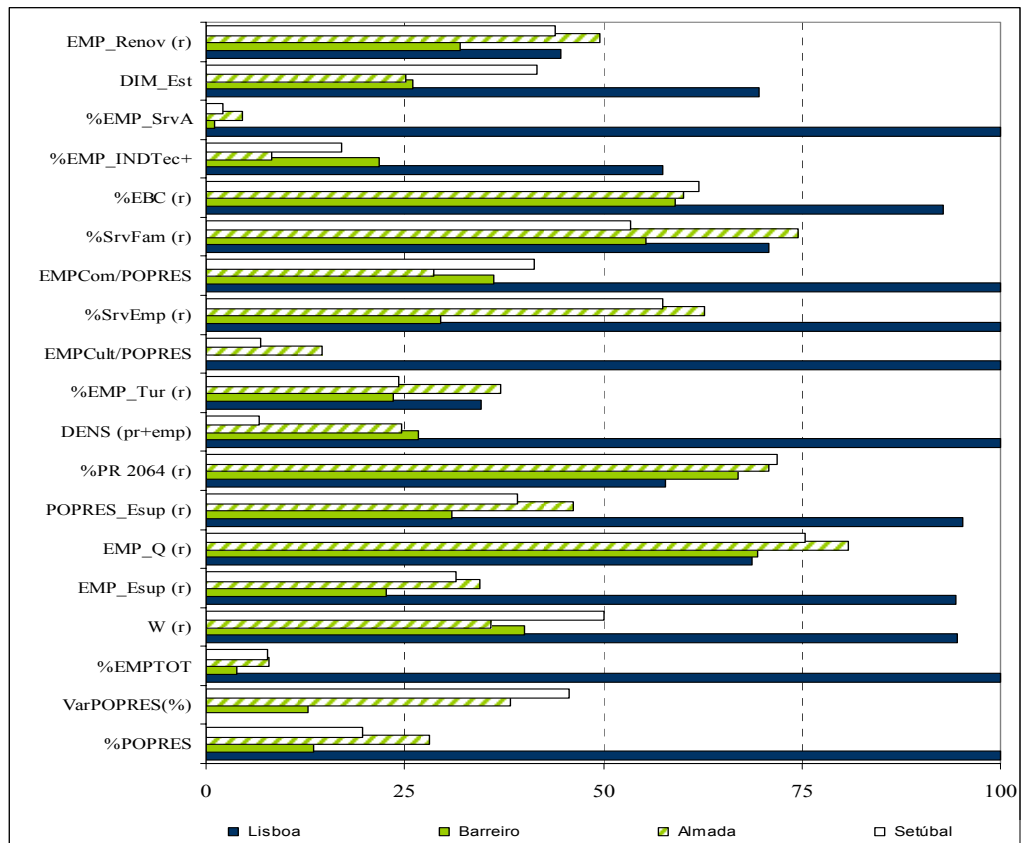
Fonte: Augusto Mateus & Associados

O Barreiro, por sua vez, apresenta notações e rankings ligeiramente abaixo da média, registando-se, claramente, uma performance de competitividade urbana mais desenvolvida no plano da lógica das características do emprego e do potencial de criação de valor do que no plano da lógica das características da população residente e das dinâmicas de consumo. Esta “especialização” do Barreiro, baseada numa competitividade urbana relativamente mais forte na componente emprego/valor do que na componente população/consumo, deve-se, essencialmente, à afirmação neste concelho de um pólo “urbano” com funções significativas em matéria de localização industrial, e que se traduziu numa concentração de actividades industriais e de logística pesadas, principalmente vocacionadas para a indústria química.

Neste sentido, e relativamente aos factores de competitividade urbana que mais se destacam no Barreiro, não será de estranhar que estes sejam, sobretudo, factores potenciados pela própria evolução histórica do concelho, assente numa tradição cultural fortemente industrializada pela presença durante décadas das instalações fabris da CUF, que, de certa forma, influenciaram o know-how instalado, bem como condicionaram o tipo de actividades desenvolvidas no concelho. Os principais factores de competitividade

urbana no Barreiro assentam, por conseguinte, e principalmente, na presença de pessoal qualificado (Emp_Q(r)), consequência da existência de um peso elevado de população activa que trabalha no concelho ou em concelhos vizinhos em actividades industriais (muitos operários e pessoal técnico especializado), registo que comparado, em termos relativos, supera o de Lisboa, ficando, no entanto, aquém de Setúbal e Almada. Este factor é acompanhado por outro que traduz, igualmente, um nível interessante de competitividade urbana *per si* e que se traduz na presença no Barreiro de uma relativamente elevada disponibilidade de população em idade activa (%PR 2064), nível de intensidade este que se revela superior ao observado para o concelho de Lisboa, mas ligeiramente aquém, mais uma vez, de Setúbal e Almada. Por outro lado, a presença de determinados tipos de indústria, como a indústria química e de material de transporte (relacionada, sobretudo, com os equipamentos ferroviários) e, nomeadamente, a forte especialização do concelho nestas actividades tendem a reforçar a sua competitividade urbana ao nível do peso relativo no emprego das indústrias de média-alta tecnologia (%Emp_IndTec+).

GRÁFICO 1-10:
Os Factores de Competitividade Urbana do Barreiro



Fonte: Augusto Mateus & Associados

2. SITUAÇÃO ACTUAL E DINÂMICA RECENTE DO BARREIRO

2.1. Características e Dinâmicas Sócio-Económicas no Barreiro

2.1.1. *Resultados do Modelo de Competitividade Territorial*

O concelho do Barreiro faz, como se sabe, parte integrante da NUTS III Península de Setúbal, integrada, por sua vez, na NUTS II de Lisboa, que engloba, para além da PS, a sub-região da Grande Lisboa. Por isso, **parece fazer sentido** - antes de se passar mais directamente, e numa lógica de avaliação dos resultados da correspondente trajectória competitiva, à análise do nível médio de vida da população do Barreiro e do grau de atractibilidade, desse ponto de vista, deste concelho, nomeadamente sobre a população dos territórios vizinhos, enquadrados na Área Metropolitana de Lisboa - **proceder-se a uma breve caracterização dos resultados do modelo de competitividade territorial prosseguido pela Península de Setúbal**, percebendo-se, por essa via, melhor os resultados, condições, constrangimentos, forças e fraquezas da trajectória competitiva do Barreiro, enquanto território nela integrado.

Antes disso, convém, no entanto, ter presentes, em jeito de enquadramento e de fundamentação dos resultados do seu modelo competitivo, **as tendências pesadas fundamentais de evolução da Península de Setúbal**. Neste domínio, importa começar por salientar o facto desta unidade territorial possuir, no conjunto das regiões do país, um número muito significativo de unidades económicas que se integram em empresas cujos responsáveis e estratégias se situam fora do seu próprio espaço (característica que não deve ser lida em estreita associação com a presença do investimento directo estrangeiro, uma vez que ela diz respeito, em primeiro lugar, ao próprio capital de origem nacional).

A Península desenvolveu-se, assim, com um défice de autonomia no que respeita à formulação das estratégias e comportamentos dos agentes económicos fundamentais, configurando-se muito mais como um “território” sujeito a intervenções de agentes

exteriores, do que como uma “região” dotada de capacidade endógena de criação e articulação de unidades económicas.

Em forte sintonia com esta característica - função de “dormitório” pouco qualificado para uma vasta zona do “arco ribeirinho” da Península e primado da lógica de “estabelecimento” ou “unidade produtiva” sobre a lógica “empresa” -, as actividades localizadas na Península de Setúbal apresentam ainda articulações pouco complexas e ligações insuficientemente diversificadas seja no que respeita à indústria, seja no que respeita aos serviços e ao comércio.

As insuficiências que daqui resultam, não obstante desenvolvimentos recentes, ao nível da cooperação empresarial e com as chamadas infra-estruturas de suporte à actividade económica, envolvendo uma partilha limitada de riscos, custos e competências nas áreas tecnológica, produtiva, de concepção e desenvolvimento de novos processos e produtos, de gestão, organização e marketing, entre outras, e cadeias de valor industriais insuficientemente desenvolvidas a montante e a jusante, travam a difusão dos impactos dos investimentos de maior dimensão no tecido produtivo regional.

Esta configuração de actividades, a par das “fugas” para a Grande Lisboa no processo de produção e circulação (utilizações em investimento e consumo) de rendimento, tende a gerar um fenómeno de forte sincronização conjuntural entre as várias actividades económicas (indústria, construção, comércio e serviços), isto é, a difusão generalizada das vagas de crescimento e de crise, acentuando os aspectos negativos de um e outro processos, na ausência de formas de reequilíbrio dos mesmos com base em **ritmos diferenciados de desenvolvimento das diferentes actividades económicas**.

No plano da especialização industrial, haverá que salientar o facto de coexistirem ainda unidades características das várias fases do processo de industrialização da Península de Setúbal: das indústrias tradicionais de exportação, como as conservas e a transformação de cortiça, passando pelas indústrias básicas, como a siderurgia, a química pesada, os adubos e os cimentos, pelas indústrias “truncadas”, como a montagem de automóveis, pelas “novas” indústrias de exportação mais incipientes, como a confecção

de vestuário e o material eléctrico, ou mais sofisticadas, como a transformação do papel e a reparação naval, às indústrias de maior aposta recente do investimento directo estrangeiro, como a fabricação de automóveis e componentes.

A tendência, globalmente positiva, de especialização a nível industrial da Península de Setúbal vai, não obstante, no sentido de um reforço claro do peso das indústrias que fazem da exploração de economias de escala e de estratégias de diferenciação do produto os meios privilegiados de promoção e sustentação, a médio e longo prazo, da sua competitividade, seja no mercado doméstico, seja nos mercados europeu e mundial.

A Península de Setúbal tem, por outro lado, **no domínio das actividades terciárias**, se vindo a afirmar cada vez mais:

- 1) No cluster das actividades de estruturação urbano-turística, onde o crescimento de todos os seus segmentos a ritmo tendencialmente superior ao do país aparece como a expressão de um crescimento endogenamente sustentado na valorização das potencialidades regionais, quer das associadas ao processo de consolidação urbanística e económica dos núcleos peri-urbanos da região, quer das associadas à tendência global de aumento da mobilidade espacial, da procura de novos espaços de lazer e, sobretudo, da procura de segundas residências em meio “rural” com enquadramento urbano-metropolitano.
- 2) No cluster dos serviços de logística e apoio à actividade económica, onde, ao reforçar significativamente o emprego nos segmentos em que a sua estrutura económica era mais débil, a PS não só consolidou a sua especialização neste cluster, como adicionalmente deu coerência global ao seu padrão de especialização, criando condições para aspirar ao desempenho de novas funções económicas no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (AML). De resto, decorre daqui uma questão central, já que a dinâmica dos últimos anos veio evidenciar que o actual padrão de especialização da PS é cada vez mais concorrencial com o da margem Norte e não tão dependente da indústria, nomeadamente metalomecânica.

O desenvolvimento económico da região tem vindo a ter e terá, neste sentido, lugar num **quadro de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas** que, naturalmente, o condicionam ou condicionarão.

Ao nível das **oportunidades** mais significativas de desenvolvimento, surgem aspectos como a implementação do novo ciclo de programação estrutural 2007-2013; o aproveitamento efectivo e sustentável das potencialidades turísticas, não só em termos da orla costeira, como também dos parques naturais, como eixo de valorização da Península de Setúbal; a possibilidade de funcionar como intermediador na relação entre Lisboa e o Sul do país, por um lado, e entre Lisboa e Madrid, por outro; os progressos previstos nas acessibilidades; o desenvolvimento de novos factores chave de atracção e manutenção da localização de actividades económicas, concedendo, nomeadamente, relevo às infra-estruturas de difusão de informação, conhecimento e de tecnologias e de serviços de suporte e à obtenção de ganhos de competitividade pela aposta estratégica em novas formas de gestão, organização e logística, geradoras de maior valor acrescentado pela via da sustentação da qualidade, inovação e diferenciação da oferta e de uma capacidade de resposta rápida ao mercado, no quadro de cadeias de valor das actividades económicas mais alargadas; a cooperação empresarial e com as infra-estruturas de suporte às actividades económicas e a globalização e dinamismo, actual e potencial, da fileira do material de transporte.

Ao nível das **ameaças** mais importantes ao desenvolvimento, surgem a desindustrialização continuada nos sectores de especialização tradicional (siderurgia, química pesada, construção naval, entre outros) e o risco de perda das novas actividades económicas; o risco de deslocalização de actividades económicas, em relação, em particular, à fileira automóvel (incluindo aqui o projecto AutoEuropa), na sequência da afirmação, no quadro da globalização e do desenvolvimento do processo de alargamento e aprofundamento da União Europeia, de novos concorrentes importantes na atracção de IDE estruturante, na Europa Central e de Leste (Polónia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, etc.) e na Ásia; a estagnação no IDE estruturante; o dualismo económico, com os sectores de especialização tradicional a afundarem-se e as novas actividades a revelarem dificuldades em dialogarem com o que já existia; o predomínio

de construção mal ordenada e de fraca qualidade, na origem de centros de consumo sem o dinamismo e sofisticação necessários à emergência de um sector terciário competitivo e inovador; o risco dos problemas competitivos no sector industrial arrastarem problemas para o terciário e a degradação dos recursos ambientais e da qualidade do espaço.

Ao nível dos **pontos fortes** mais importantes da região, há a destacar a tradição industrial de certa forma diversificada e qualificada; o investimento directo estrangeiro estruturante, com alguma incorporação de tecnologias e competências, que atraiu para a região vários novos fornecedores de peças, componentes, etc., nacionais e estrangeiros, na sequência da fraca ligação ao que já existia; a demarcação da Península de Setúbal em relação ao espaço nacional pela sobre-especialização relativa nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala e de gama e da diferenciação do produto como factores chave de competitividade; a orientação exportadora superior à média nacional, decorrente do peso da fileira automóvel e metálica na região; as elevadas produtividades agrícolas, superiores à média nacional, associadas, em termos relativos, à elevada dimensão das explorações agrícolas do interior da região e ao tipo de culturas que aí se praticam; a riqueza e diversidade do património natural, histórico e arquitectónico, o potencial turístico e de lazer, embora com limites que resultam do mau ordenamento do território; a centralidade nacional, com proximidade ao aeroporto internacional e a portos comerciais; a proximidade à metrópole de Lisboa; a mão de obra abundante e jovem e a qualificação profissional em termos relativos.

Ao nível dos **pontos fracos** mais significativos da PS, há que realçar o predomínio de uma especialização centrada nas tarefas da fabricação, descurando-se, de alguma maneira, os aspectos associados à concepção e desenvolvimento de novos processos e produtos, tecnologia, distribuição e comercialização, em cadeias de valor das actividades económicas relativamente pouco enriquecidas; a fraca interacção empresarial; a interligação débil entre as infra-estruturas de suporte às actividades económicas, ensino superior e politécnico e tecido empresarial; a aposta insuficiente no ensino profissional; o património ambiental que começa a revelar um apreciável estado de degradação, não obstante a sua riqueza, e o mau ordenamento territorial, resultando no

subaproveitamento das actividades e oportunidades turísticas; o insuficiente dinamismo e sofisticação das realidades urbanas, traduzidos, entre outras coisas, num parque habitacional deteriorado e mal ordenado e num sector terciário pouco qualificado e sofisticado; as limitações significativas e congestionamento na circulação interna e os problemas que persistem de coesão económica e social.

Analizadas as tendências pesadas fundamentais de evolução da PS, passa-se agora, então, dando sequência ao trabalho desenvolvido previamente no enquadramento a este diagnóstico, a uma breve caracterização dos resultados do modelo de competitividade territorial prosseguido pela região, como elemento de enquadramento fundamental para, por sua vez, se perceber, de forma efectiva, as principais características e resultados da trajectória competitiva do Barreiro, enquanto território nela integrado. Para esse efeito, recorre-se, tendo bem presentes as suas limitações, ao indicador mais utilizado de aferição do nível de vida e da competitividade das regiões - o **PIB per capita** -, e nomeadamente à sua **decomposição** considerando a competitividade e nível de vida de um determinado território como o resultado, antes de mais, da conjugação de duas componentes fundamentais, a produtividade (PIB por pessoa empregada) e a taxa de utilização de recursos humanos (número total de pessoas empregadas relativamente à população residente), conforme indicado na Caixa de Texto 2-1.

CAIXA DE TEXTO 2-1: Decomposição do Topo da Pirâmide da Competitividade Territorial

A competitividade territorial poderá ser analisada sob uma óptica de resultado, utilizando nomeadamente um dos indicadores que melhor traduz o nível de vida das regiões (o PIB per capita). Simultaneamente, é possível decompor este indicador em duas componentes, que, em conjunto, determinam o seu nível:

- PIB por pessoa empregada, que é aproximadamente equivalente à produtividade laboral (embora não leve em conta o número médio de horas de trabalho, que podem variar);
- número total de pessoas empregadas relativamente à população residente, isto é, a taxa de utilização dos recursos humanos¹⁰.

¹⁰ Seria igualmente desejável que o nível de utilização dos recursos humanos pudesse ser decomposto da seguinte forma:

Para que uma região seja competitiva, deverá ter, tanto um nível relativamente elevado de produtividade (ou de qualidade de emprego, visto que ambos tendem a completar-se), como uma quantidade satisfatória de postos de trabalho ocupados, isto é, não basta produzir com eficiência, é necessário ser capaz de, sem fugir desse padrão de eficiência, criar os empregos que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis¹¹.

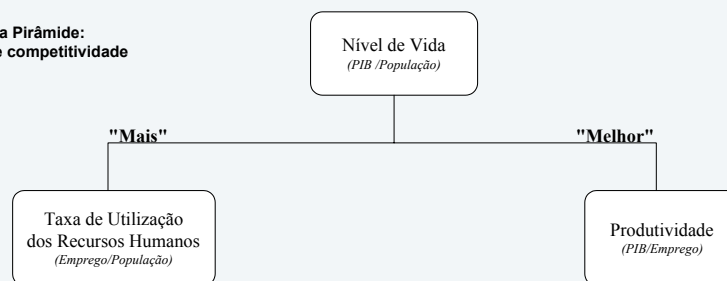
A Decomposição do PIB per capita

Conceitos:	Nível de Vida	=	Utilização Recursos Humanos	x	Produtividade
Indicadores:	PIB/População	=	Emprego/População	x	PIB/Emprego
Processos:	Progresso (Se ↑)	=	“Mais” (Se ↑)	x	“Melhor” (Se ↑)

A apresentação desta decomposição em forma de pirâmide permite igualmente que, na evolução do nível de competitividade de uma região, seja possível identificar o grau de combinação e substituição entre uma melhor ou maior utilização dos recursos humanos.

O Topo da Pirâmide da Competitividade Territorial

O Topo da Pirâmide:
o nível de competitividade



Quer a produtividade, quer a taxa de utilização dos recursos humanos, são o resultado da

$$\text{Emprego/População} = \text{Taxa de Actividade} * \text{Taxa de Emprego}$$

“Envelhecimento/Juventude” “Criação/Destruição”

A falta de uma série estatística relativa à população activa por NUTS III impediu a aplicação desta última decomposição às regiões portuguesas.

¹¹ Deste modo, a melhoria dos níveis de PIB per capita de uma região pode ser incentivada quer pela melhoria dos níveis de produtividade (ou de qualidade de emprego), quer pelo aumento no número de postos de trabalho ocupados, isto é, para atingir níveis elevados de PIB per capita é necessário, por um lado, produzir com eficiência e, por outro lado, sem negligenciar esses níveis de eficiência, conseguir criar postos de trabalho que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis. Deste modo, na análise da evolução do nível de vida de uma região, é possível identificar o grau de combinação e substituição entre uma “melhor” ou “maior” utilização dos recursos humanos.

combinação de um conjunto de factores que, desta forma, determinam as condições de competitividade.

Assim, a decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional. A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB per capita -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;
- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões;
- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfasamentos temporais que se

verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;

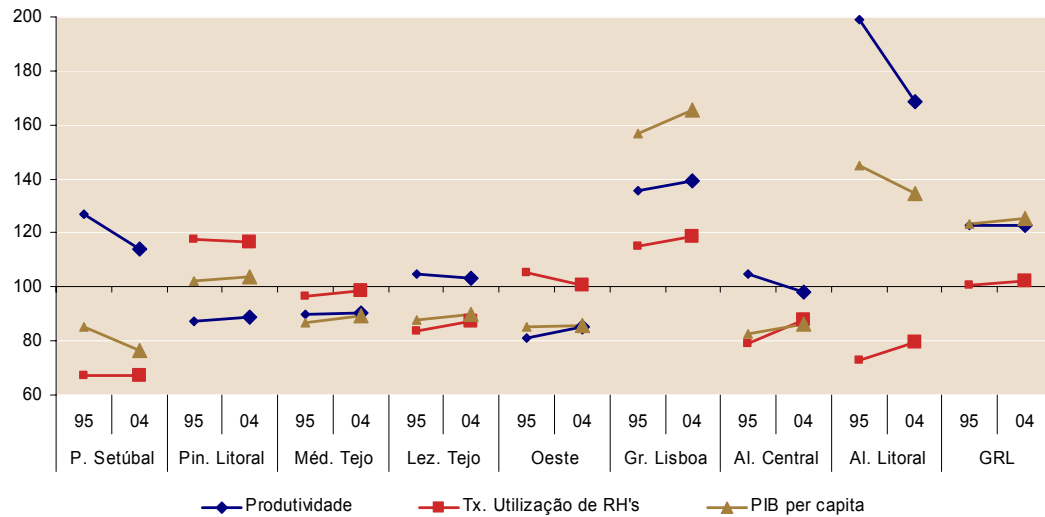
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

Tendo como base a decomposição dos indicadores que influenciam o nível global de competitividade de cada região, é possível analisar a trajectória de competitividade desenhada pela Grande Região de Lisboa e, em particular, pela Península de Setúbal, ao longo do período 1995-2004. Deste modo, o Gráfico 2-1, infra colocado, sistematiza o posicionamento relativo da região e respectivas sub-regiões NUTS III, face ao espaço nacional, no que concerne ao índice de produtividade e de utilização de recursos humanos.

A análise intra-regional da decomposição dos níveis de PIB per capita da GRL e, em particular, das respectivas sub-regiões NUTS III, nomeadamente da Península de Setúbal, que engloba o concelho do Barreiro, nas suas componentes produtividade e taxa de utilização de recursos humanos, permite detectar comportamentos heterogéneos nas várias sub-regiões¹².

¹² A inexistência de dados estatísticos ao nível concelhio impede uma análise mais desagregada.

GRÁFICO 2-1:
Decomposição do Topo da Pirâmide da Competitividade Territorial:
PIB *per capita*, Produtividade e Taxa de Utilização dos Recursos Humanos



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A GRL manteve-se, com efeito, ao longo do período entre 1995 e 2004, com níveis de produtividade superiores à média nacional, colocando-se, em 2004, cerca de 25,6% acima da produtividade média nacional. No que diz respeito à taxa de utilização de recursos humanos, é possível verificar que, não obstante superar a média nacional ao longo do período considerado, o distanciamento evidenciado pela GRL é consideravelmente menor, dado, no ano de 2004, a região superar a taxa média nacional de utilização de recursos humanos em apenas cerca de 2,3%. Deste modo, é possível concluir que, apesar do posicionamento favorável da GRL, face à média nacional, em ambas as componentes analisadas, o efeito de estímulo no nível de PIB per capita regional é, fundamentalmente, induzido pelos níveis de produtividade exibidos pela região. Esta situação deve ser enquadrada, entre outros aspectos, com a estrutura de habilitações de recursos humanos mais favorável da região (dada a maior importância relativa dos níveis habilitacionais mais elevados aqui registada), face ao espaço nacional, o que contribui para o aumento dos níveis médios regionais de produtividade.

Assim, analisando agora, em detalhe, cada uma das regiões NUTS III que compõem a GRL, verifica-se que a região da Grande Lisboa ocupa uma posição única neste quadro, com um PIB per capita superior à média nacional em cerca de 65%, explicado pela coexistência de um nível de produtividade e de uma taxa de utilização de recursos humanos superiores às do espaço padrão. Com efeito, entre 1995 e 2004, a região consolida este posicionamento com um aumento do PIB per capita superior à média nacional, baseado numa tendência positiva de produtividade (cerca de 39,4% acima da média nacional) e, em menor escala, da taxa de utilização dos recursos humanos (cerca de 18,6% acima da média nacional).

Já o Alentejo Litoral apresenta os índices de produtividade mais elevados de entre todas as sub-regiões NUTS III sob análise, embora estes evidenciem uma tendência claramente decrescente, pois, enquanto que, em 1995, este indicador foi superior à média nacional em 98,8%, em 2004, foi superior à média nacional em 68,8%. Facilmente também se verifica que o índice do PIB per capita nesta região NUTS III foi, essencialmente, obtido a partir do índice de produtividade, em contrapartida da taxa de utilização de recursos humanos, que apresenta um índice substancialmente inferior à média nacional.

O Pinhal Litoral ocupa a terceira posição do ranking de PIB per capita no grupo das sub-regiões NUTS III que constituem a GRL, com um valor superior à média nacional, alicerçado na elevada taxa de utilização dos recursos humanos, não obstante a ligeira diminuição verificada no período em causa. Ainda que a produtividade se mantenha inferior à registada no espaço padrão, o ritmo de crescimento superior ao nacional entre 1995 e 2004 explica o crescimento do PIB per capita.

No grupo de regiões com um PIB per capita inferior à média nacional, o Médio Tejo, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central destacam-se pela tendência de convergência, consolidando uma posição intermédia entre o grupo da frente - Grande Lisboa, Pinhal Litoral e Alentejo Litoral - e o grupo com o PIB per capita mais baixo ou, pelo menos, não convergente, constituído pela Península de Setúbal e Oeste.

Dado que a Península de Setúbal e a Lezíria do Tejo apresentam, à semelhança da Grande Lisboa, produtividades superiores à média nacional, o seu posicionamento relativo desfavorável no que concerne aos níveis exibidos de PIB per capita, é, portanto, justificado pelas fracas taxas de utilização de recursos humanos. Com efeito, apesar de ambas as NUTS III evidenciarem níveis de produtividade acima da média nacional, as fracas taxas de utilização de recursos humanos registadas contribuem para a existência de níveis de PIB per capita inferiores à média nacional. As fortes disparidades na taxa de utilização dos recursos humanos na GRL não podem ser dissociadas dos movimentos pendulares de residentes na Península de Setúbal para trabalharem na Grande Lisboa. Estes resultados derivam, deste modo, do desfasamento entre local de trabalho (forma como é avaliado o numerador deste indicador) e local de residência (subjacente à mensuração do denominador).

Note-se, no entanto, que a posição da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo, em 2004, resulta de tendências distintas de crescimento: a primeira regista uma clara tendência regressiva que contempla o afastamento do PIB per capita face à média nacional (em 2004, regista o menor PIB per capita das sub-regiões NUTS III em análise), em virtude da evolução desfavorável da produtividade e de uma baixa taxa de utilização da mão-de-obra; o PIB per capita da segunda aproxima-se da média nacional, na medida em que a melhoria na taxa de utilização dos recursos humanos mais do que compensa a ligeira quebra de produtividade.

No caso particular da Península de Setúbal, convém salientar que, numa primeira fase (1995), se registou um nível de produtividade bastante elevado, apenas suplantado pelo Alentejo Litoral e Grande Lisboa, que contrabalançou a fraca taxa de utilização de mão-de-obra, justificando, assim, o índice associado ao PIB per capita. Já em 2004, assinalou-se uma tendência francamente decrescente do índice PIB per capita inteiramente afectada à queda do nível de produtividade, já que a taxa de utilização de mão-de-obra se manteve constante no período em consideração.

As sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo têm em comum uma taxa de utilização dos recursos humanos muito próxima da média nacional, pelo que o posicionamento relativo

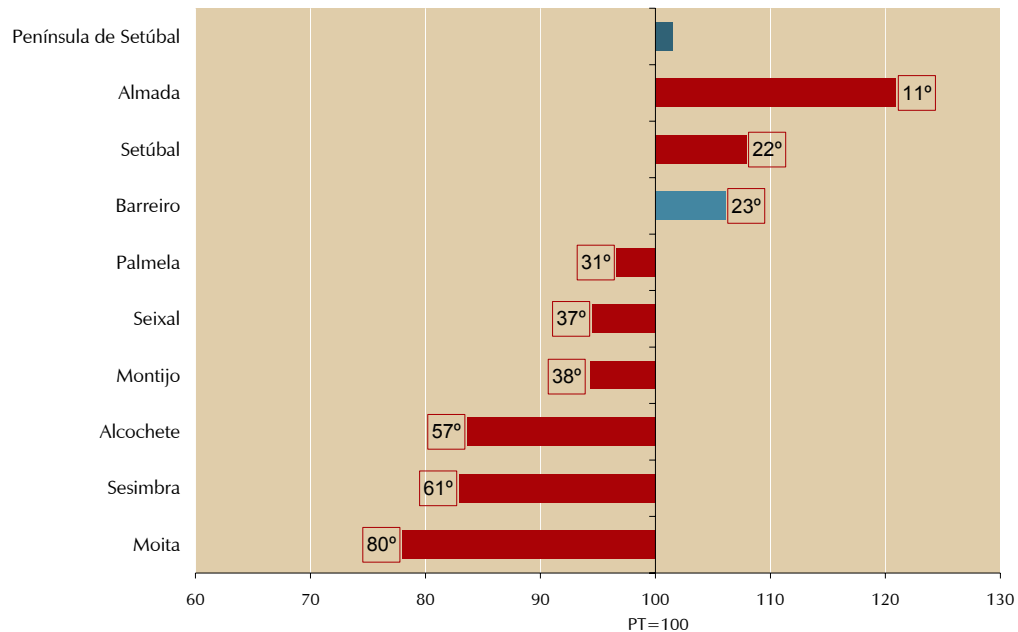
desfavorável no que respeita ao PIB per capita é reflexo dos baixos níveis de produtividade.

Ainda no âmbito da análise do modelo de competitividade territorial e dos seus resultados em matéria de nível médio de vida das respectivas populações, procedeu-se, conforme indicado de seguida, à **análise de outros indicadores que visam aprofundar e detalhar a análise *supra* desenvolvida, mas, desta vez, a nível concelhio.**

Neste domínio, avulta, em primeiro lugar, o Indicador de Poder de Compra per Capita (IpC), constituindo um número índice calculado pelo INE, que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100 (conforme indicado no Gráfico 2-2).

Assim, analisando o índice de poder de compra associado aos diversos concelhos que compõem a sub-região NUTS III da Península de Setúbal, denotam-se algumas assimetrias importantes: enquanto que os concelhos de Almada, Setúbal e Barreiro se diferenciam por apresentarem um poder de compra superior à média nacional e à média da PS, os concelhos de Moita, Sesimbra e Alcochete apresentam um índice de poder de compra nitidamente abaixo. Já Palmela, Seixal e Montijo apresentam índices mais próximos da média nacional, embora ainda abaixo da mesma. Destaca-se, em particular, a este nível, o concelho de Almada, que está na 11^a posição do ranking nacional.

GRÁFICO 2-2:
Índice de Poder de Compra e respectivo Ranking Nacional, 2004



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE - "Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio" (2004)

Tomou-se, com este propósito, também em consideração o indicador rendimento colectável *per capita*, que é fundamental para averiguar do nível de coesão económica associado às várias regiões e concelhos (ver Gráfico 2-3) - que já não é vulnerável ao efeito dos movimentos pendulares no seio da GRL, contrariamente ao que se verifica, como foi visto, para o PIB *per capita*.

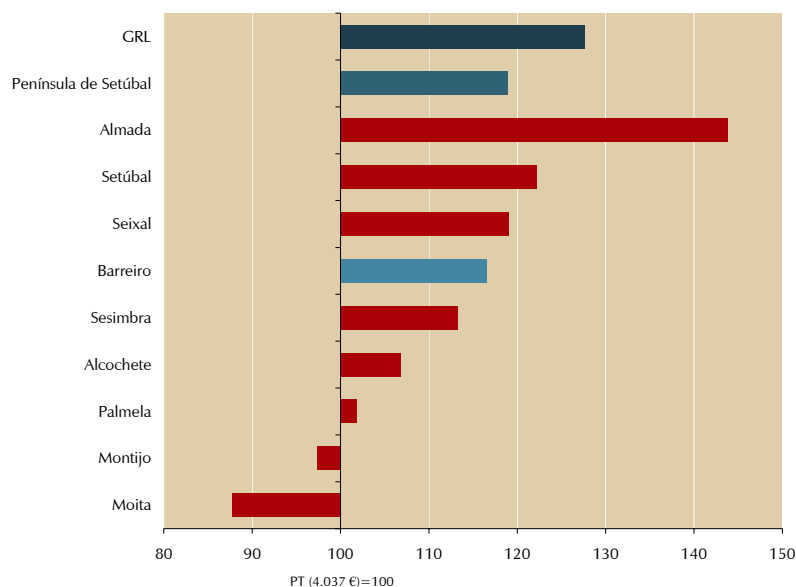
Assim, a perspectiva económica da análise da coesão presente na região da Península de Setúbal permite evidenciar a existência de altos níveis relativos de rendimento colectável (correspondentes a mais de 18,9% do valor médio nacional). A GRL, por seu turno, assume registos ainda mais expressivos (correspondentes a mais de 27,7% do valor médio nacional), pelo facto do nível médio nacional de rendimento colectável se basear em valores agregados, que incluem os rendimentos da GRL, que se situam em patamares médios consideravelmente mais elevados que os das restantes regiões portuguesas.

Apesar da posição confortável evidenciada pela região da Península de Setúbal, em termos de detenção de rendimento, é notória a heterogeneidade que se estabelece no contexto dos vários concelhos que a compõem.

Assim, é possível constatar que as discrepâncias na capacidade de deter rendimento estão estreitamente relacionadas com o dinamismo e dimensão dos centros urbanos. Verifica-se que os concelhos de Almada, Setúbal, Seixal e Barreiro, para além de apresentarem maior dimensão em termos demográficos e maior dinamismo empresarial (medido em termos de presença de empresas, estabelecimentos e emprego, conforme se vai ver mais à frente), também apresentam maior capacidade de deter riqueza (índices de rendimento colectável *per capita* de 143,8; 122,3; 119,1 e 116,6, respectivamente).

Por seu turno, os concelhos do Montijo e Moita são os únicos com um rendimento colectável *per capita* inferior à média nacional (97,3 e 87,8, respectivamente).

GRÁFICO 2-3:
Rendimento Colectável *per capita*, 2001



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados da DGCI – Direcção Geral de Contribuições e Impostos

Por último, a análise que se tem vindo a desenvolver irá socorrer-se da utilização de mais um indicador - a taxa de atracção/repulsão -, na medida em que parece estar inequivocamente relacionado com a “disponibilidade do espaço” para captar mais população, bem como com o nível de desenvolvimento económico da região.

Neste quadro, conforme já anteriormente verificado, quer a Península de Setúbal, quer a GRL, apresentam taxas de crescimento da população residente bastante elevadas, e baseadas, sobretudo, num saldo migratório acentuadamente positivo.

De facto, enquanto na GRL coexiste uma grande disparidade de situações, dada a própria dimensão e complexidade desse território, na sub-região NUTS III da Península de Setúbal, a norma parece ser a forte atractibilidade da região na “angariação” de novos residentes. A única excepção a esta situação parece ser o concelho do Barreiro que regista uma taxa de atracção/repulsão próxima de zero (-0,04%), aliada também ao fraco crescimento do número de empresas, estabelecimentos (principalmente no comércio por grosso e a retalho) e empregados (em particular, no caso da indústria transformadora).

Taxa de Atracção/Repulsão
(Forma de Cálculo)

$$T.A.R_{01-05} = \frac{SM_{01-05}}{(Pop_{01} + Pop_{05})/2} \times 100$$

$$SM_{01-05} = Pop_{05} - (Pop_{01} + SF_{01-05})$$

$$SF_{01-05} = \sum_{01}^{05} (N - O)_n$$

T.A.R₀₁₋₀₅ – Taxa de Atracção/Repulsão para o período 2001 a 2005

SM₀₁₋₀₅ – Saldo Migratório para o período 2001 a 2005

SF₀₁₋₀₅ – Saldo Fisiológico para o período 2001 a 2005

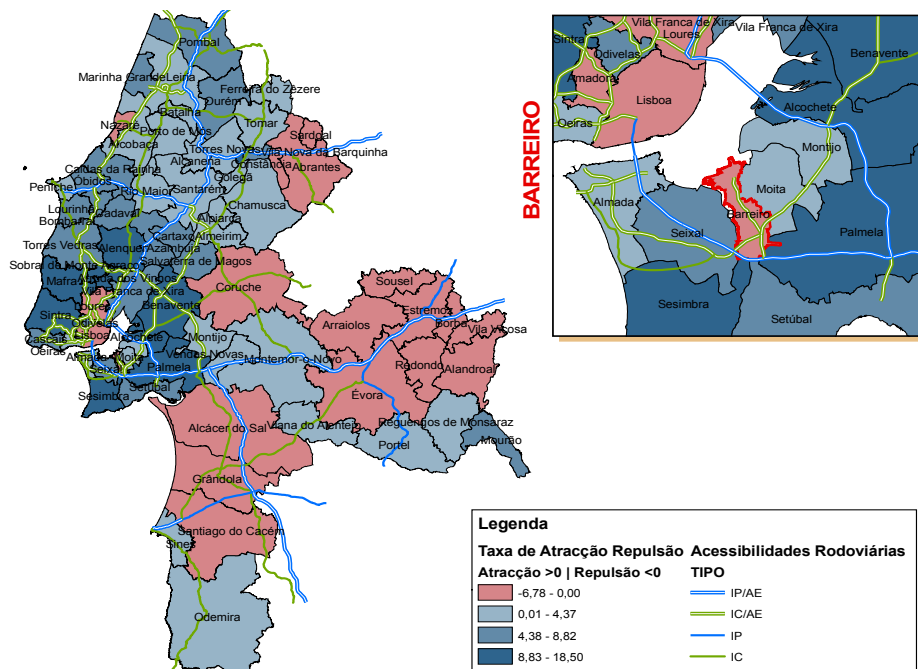
Pop₀₁ – População Residente em 2001

Pop₀₅ – População Residente em 2005

N – Número de Nados Vivos

O – Número de Óbitos

FIGURA 2-1:
Taxa de Atracção/Repulsão (Período 2001-2005)



Nota: Uma região é atractiva quando a Tx. Atracção/Repulsão for >0 (positiva) e uma região é repulsiva quando a Tx. Atracção Repulsão for <0 (negativa).

Fonte: AM&A com base no INE - Estatísticas Demográficas

Considerando agora o indicador taxa de atracção/repulsão ponderado pela densidade populacional, detectou-se, na GRL, uma grande amplitude de situações que foram categorizadas do seguinte modo:

- **Concelhos densamente povoados¹³ e com uma taxa de atracção positiva (1)**

A maior parte destes concelhos situam-se na zona envolvente do concelho de Lisboa, bem como junto à faixa litoral da região. São concelhos nos quais é patente uma significativa dinâmica populacional com tendências notórias de manutenção

¹³ Com densidade populacional superior à média nacional, que é de 112,7 habitantes por quilómetro quadrado.

de condições de pólos populacionais. Para além disso, também é manifesto o elevado grau de dinamismo empresarial associado a estes concelhos.

- **Concelhos fracamente povoados¹⁴, mas com uma taxa de atracção positiva (2)**

Os concelhos enquadrados nesta categoria encontram-se, na sua maioria, afastados da faixa litoral da região, à excepção de Odemira, Sines e Óbidos. São concelhos em que, embora evidenciem valores reduzidos de concentração populacional, se perspectivam evoluções favoráveis na respectiva dinâmica demográfica.

- **Concelhos densamente povoados, mas com uma taxa de atracção negativa (3)**

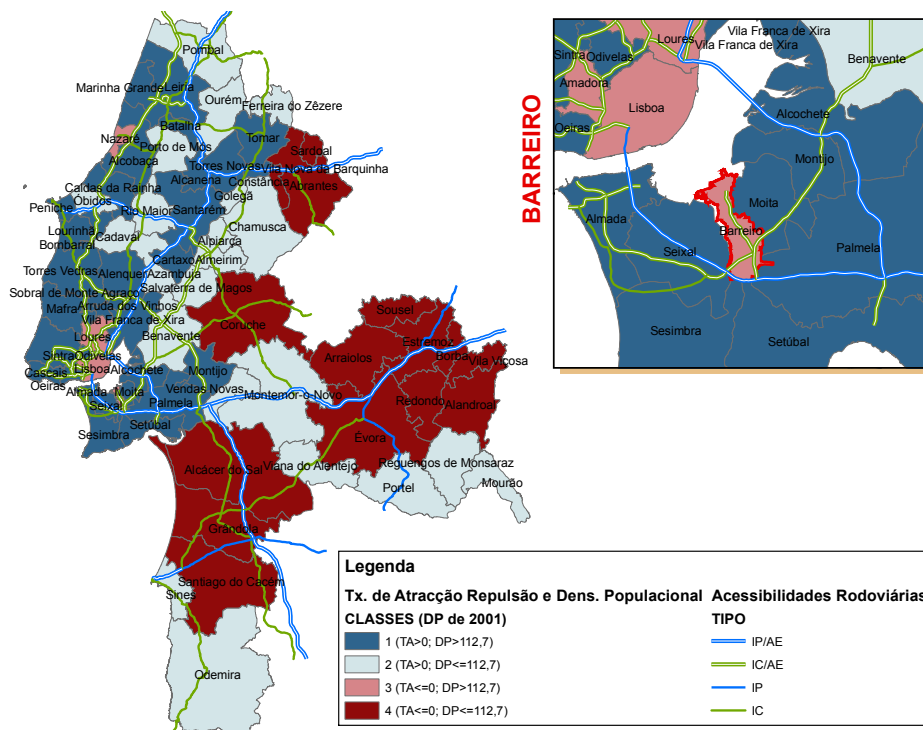
São concelhos que se assumem como pólos populacionais; apresentam, contudo, características que conduzem ao êxodo de população. Exemplos destes concelhos são Lisboa, Loures, Barreiro e Nazaré.

- **Concelhos fracamente povoados e com uma taxa de atracção negativa (4)**

Estes concelhos mantêm dinâmicas demográficas de repulsão populacional. São concelhos que estão situados, principalmente, numa faixa mais interior, à excepção de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, e nos quais tem sido patente um “circulo vicioso” de desertificação populacional.

¹⁴ Com densidade populacional igual ou inferior à média nacional, que é de 112,7 habitantes por quilómetro quadrado.

FIGURA 2-2:
Taxa de Atracção/Repulsão (Período 2001-2005)
e Densidade Populacional



Nota: Uma região é atractiva quando a Tx. Atracção/Repulsão for >0 (positiva) e uma região é repulsiva quando a Tx. Atracção Repulsão for <0 (negativa).

Fonte: AM&A com base no INE - Estatísticas Demográficas

2.1.2. Território e População

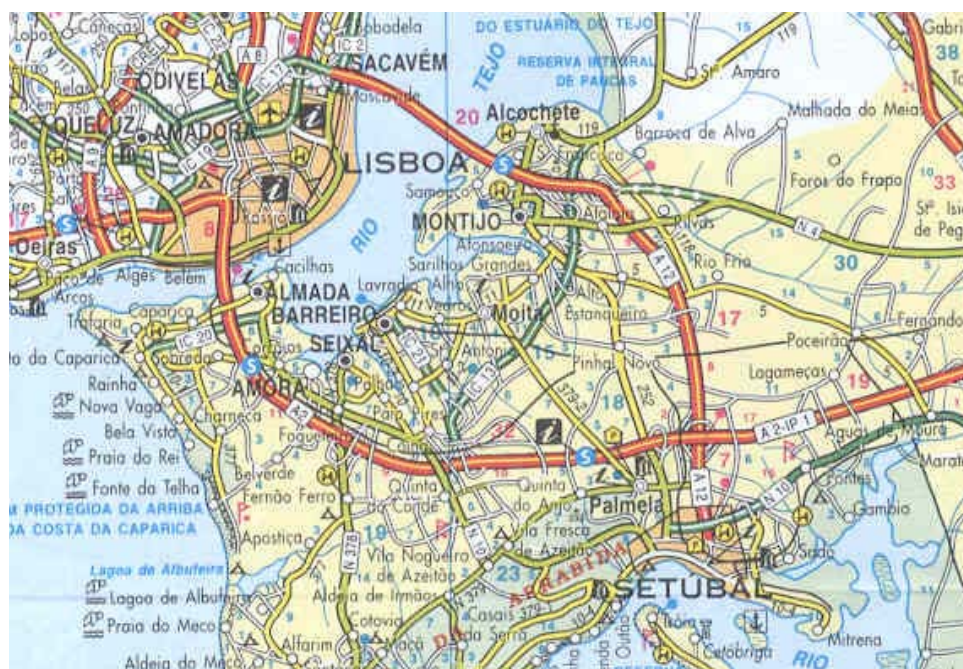
O concelho do Barreiro (Figura 2-3), um dos nove concelhos da NUTS III Península de Setúbal - Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Seixal e Setúbal -, pertence ao distrito de Setúbal, encontra-se inserido na designada Área Metropolitana de Lisboa (AML), está localizado na margem sul do estuário do Tejo e integra, em toda a sua extensão de 31,8 km², a bacia hidrográfica do estuário do Tejo.

O concelho do Barreiro é constituído por oito freguesias - Barreiro, Verderena, Alto do Seixalinho, Santo André, Santo António da Charneca, Coina, Lavradio e Palhais -, sendo delimitado a norte pelo rio Tejo desde a ponta do Mexilhoeiro até à ponta da Passadeira

e Ilha do Rato; a sul, pelos concelhos de Palmela (zonas de Penalva e Covas de Coina), Sesimbra (junto à EN10) e Setúbal; a oeste, pelo concelho do Seixal onde é ainda banhado pelo Esteiro (com cerca de 6 km), local onde confluem e se misturam as águas do rio Tejo e do ribeiro de Coina; e a este, pelo concelho da Moita, desde a zona da Quinta dos Morgados até Penalva.

A cidade do Barreiro, por sua vez, apresenta uma posição estratégica enquanto banhada pelo rio Tejo e apoiada por um importante terminal fluvial, ferro e rodoviário, estando a cerca de 40 km de Lisboa, ligada a esta cidade pela Ponte 25 de Abril ou pela Ponte Vasco da Gama e a cerca de 35 km de Setúbal, capital de distrito, cujo acesso mais destacado é a A2.

FIGURA 2-3:
Área de Inserção e Fronteiras



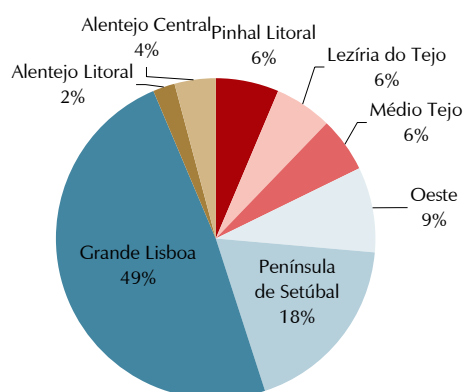
A caracterização demográfica do concelho do Barreiro e da respectiva área de inserção assumem-se como delineadores importantes das tendências e dinâmicas populacionais

actuais, nomeadamente no traçado do perfil da delimitação territorial em termos de potencial humano existente na região e nas perspectivas e expectativas da sua evolução.

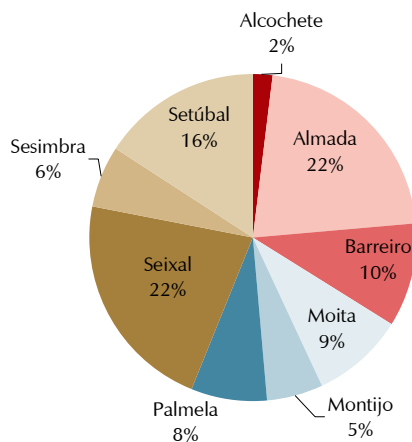
A Península de Setúbal, observando o território de forma mais global (Gráfico 2-4), concentra, para 2005, 766.172 habitantes, o correspondente a 18% da GRL, sendo o segundo maior pólo populacional deste conjunto de sub-regiões. Os seus três maiores populacionais - Almada (22%), Seixal (22%) e Setúbal (16%) - concentram 60% da população total da sub-região. O concelho do Barreiro, por sua vez, acolhe 10% da população da Península de Setúbal, o equivalente a 78.803 habitantes (1,9% da GRL).

GRÁFICO 2-4:
Distribuição Populacional, 2005

Grande Região de Lisboa (GRL) por NUTS III



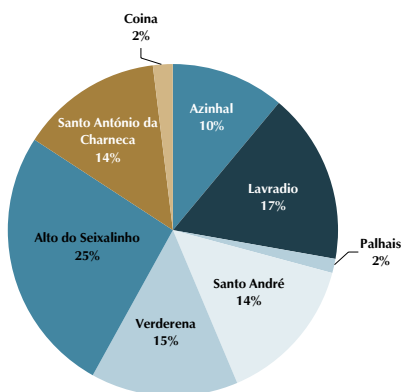
Península Setúbal por Concelhos



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE Estatísticas Demográficas; Estimativas Provisórias da População Residente para 2005

A observação da distribuição populacional ao nível da divisão administrativa “freguesia” do concelho do Barreiro (Gráfico 2-5) destaca as freguesias do Alto do Seixalinho enquanto seu principal aglomerado populacional com uma área total de 1,76 Km² e, inversamente, de Palhais com uma reduzida proporção da população concentrada nos seus limites territoriais e com uma extensão de 6,28 Km².

GRÁFICO 2-5:
Distribuição Populacional por Freguesias do Concelho do Barreiro, 2001

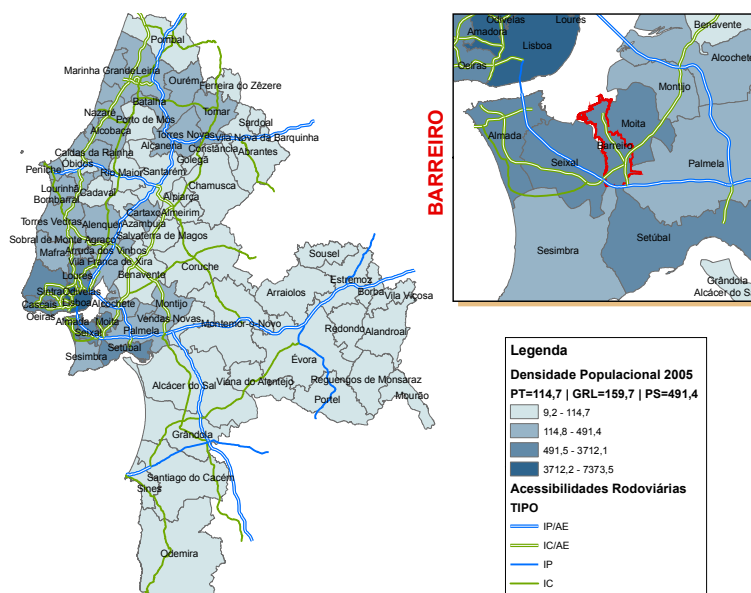


Fonte: INE, Censos 2001

As distribuições populacionais supra-expostas materializam-se em diferentes graus de concentração ou dispersão da população pelo território (Figura 2-4). A Península de Setúbal apresenta-se, com base em dados do INE para 2005, como sub-região densamente povoada (491,4 habitantes por km²), característica comum à quase totalidade das áreas que formam o eixo litoral Sesimbra-Marinha Grande, com significativa intensidade na AML.

A justificar a elevada densidade populacional registada a nível sub-regional, estão as realidades concelhias, no conjunto das quais nenhum concelho regista valores de concentração populacional por km² abaixo da média nacional (114,7 hab./km²) e onde se incluem áreas fortemente povoadas com valores acima da média sub-regional, de que são os casos, por ordem decrescente, os concelhos do Barreiro (2478,1 hab./km²), Almada (2361,4 hab./km²), Seixal (1757,5 hab./km²), Moita (1277,4 hab./km²) e Setúbal (706,1 hab./km²).

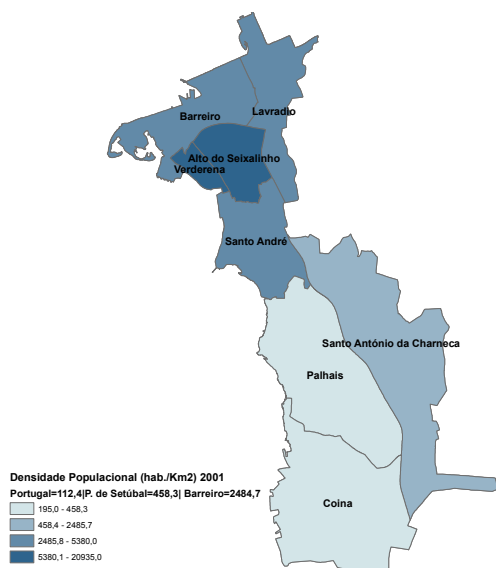
FIGURA 2-4:
Densidade Populacional (hab./Km²) por NUTS III e por Concelhos, 2005



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE Estatísticas Demográficas;
 Estimativas Provisórias da População Residente para 2005

A observação ao nível de freguesia do indicador de densidade populacional, para o ano de 2001, desenha uma dinâmica de concentração da população preferencialmente nas freguesias mais próximas do rio Tejo e, portanto, de proximidade à cidade de Lisboa, com valores acima da média sub-regional de 458,3 hab./km², valor já de si muito superior à média nacional (112,4 hab./km²), correspondendo aos casos, por ordem decrescente, das freguesias da Verderena (20.934,6 hab./km²), Alto do Seixalinho (11.660,2 hab./km²), Lavradio (4.628,0 hab./km²), Santo André (3.863,1 hab./km²), Barreiro (2.873,9 hab./km²) e Santo António da Charneca (1.430,1 hab./km²). As restantes duas freguesias, Coina e Palhais, apesar da maior extensão territorial, apresentam, ainda assim, valores para a concentração da população por km² acima dos níveis médios de concentração a nível nacional.

FIGURA 2-5:
Densidade Populacional (hab./Km²) por Freguesias do Concelho do Barreiro, 2001



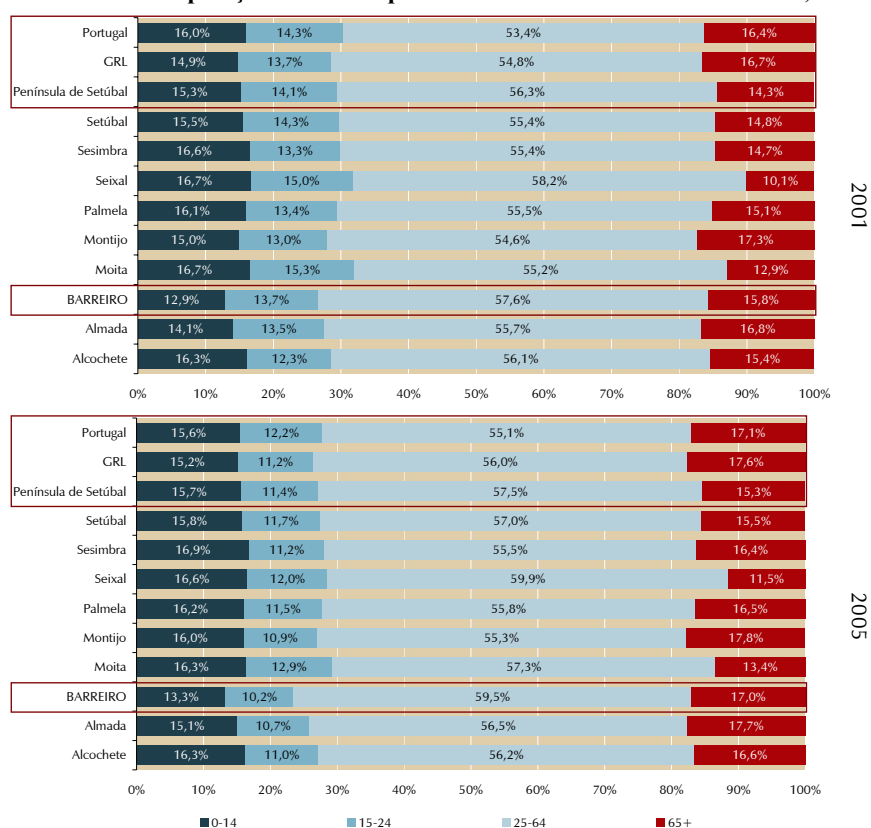
Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

A tendência de um progressivo envelhecimento populacional, embora pouco acentuado (a proporção da população idosa não ultrapassa, em nenhum caso, a proporção da população com idades entre os 0 e os 24 anos), verifica-se na configuração da estrutura etária da população dos concelhos da Península de Setúbal (Gráfico 2-6), registando-se um decréscimo dos quantitativos populacionais nos grupos etários da base da pirâmide e um acréscimo populacional nos escalões do topo da pirâmide etária, ocorrência que pode ser, sumariamente, explicada pela redução da natalidade e da mortalidade, complementada por um aumento da esperança média de vida da população.

Os concelhos do Barreiro, Almada e Montijo apresentam proporções elevadas da população no topo da pirâmide. Contudo, enquanto que nos casos de Almada e do Montijo esses valores são compensados por percentagens acima dos 25% de população na faixa etária dos 0-24 anos, no caso do Barreiro, perspectiva-se um duplo envelhecimento da respectiva estrutura etária, com a proporção da população de idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos (23,5%) a alcançar o mínimo no conjunto de todos os concelhos da

Península de Setúbal, enquanto que a franja etária superior apresenta um dos valores mais elevados (17,0%, mas abaixo da média nacional) do conjunto em apreço.

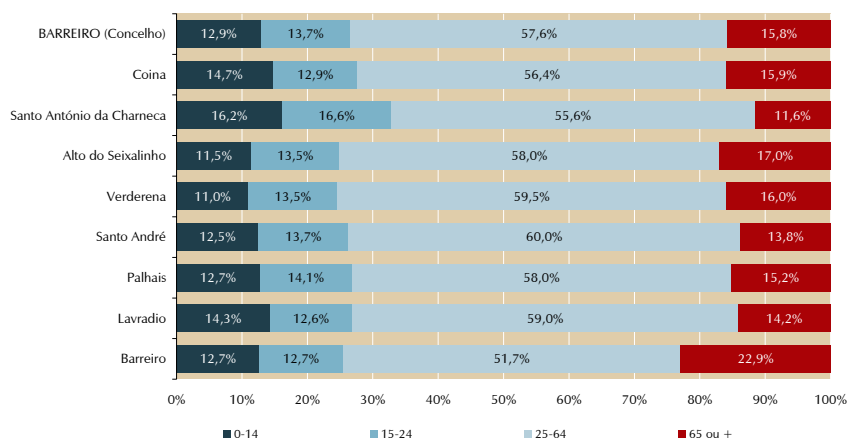
GRÁFICO 2-6:
Estrutura Etária da População Residente por Concelhos da Península de Setúbal, 2001 e 2005



Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente, 2005, e Censos 2001

A desagregação do indicador a um nível mais pormenorizado (Gráfico 2-7) permite destacar o contributo significativo da freguesia do Barreiro em termos de população idosa, e a importância da freguesia de Santo António da Charneca pelo facto de evidenciar um peso significativo da população entre os 0 e os 24 anos no total da população residente. A manutenção ou reforço das tendências actuais de envelhecimento poderão conduzir a novas problemáticas resultantes de desequilíbrios progressivamente mais acentuados nas estruturas etárias com consequências várias ao nível do potencial de desenvolvimento da região.

GRÁFICO 2-7:
Estrutura Etária da População Residente por Freguesias do Barreiro, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

As dinâmicas de crescimento populacional da Península de Setúbal e dos concelhos que constituem esta sub-região (Gráfico 2-8) evidenciam uma tendência favorável de taxas de crescimento populacional invariavelmente positivas, onde a componente migratória justifica largamente a evolução verificada entre 2001 e 2005, com destaque para o concelho de Alcochete com um crescimento na ordem dos 19,5%.

A margem sul do rio Tejo, especialmente os concelhos localizados na proximidade dos principais eixos de ligação a Lisboa (Ponte 25 de Abril, Ponte Vasco da Gama e respectivas vias de acesso) tornou-se uma área preferencial de destino e fixação de população para fins residenciais, com um fluxo populacional essencialmente oriundo da Grande Lisboa e das regiões do sul (Alentejo e do Algarve) e mesmo da região Centro, atraído pelas excelentes condições de habitação, principalmente ao nível dos factores preço e qualidade e pela melhoria das redes de ligação a Lisboa. Os movimentos pendulares com fins laborais (Caixa de Texto 2-2) são particularmente intensos entre as duas margens do rio Tejo, com a margem sul a assumir-se como “emissor líquido” de força de trabalho, o que faz dos concelhos da sub-região aquilo que se designa por “concelhos dormitório”, aparecendo Lisboa como “receptor líquido” de força de trabalho.

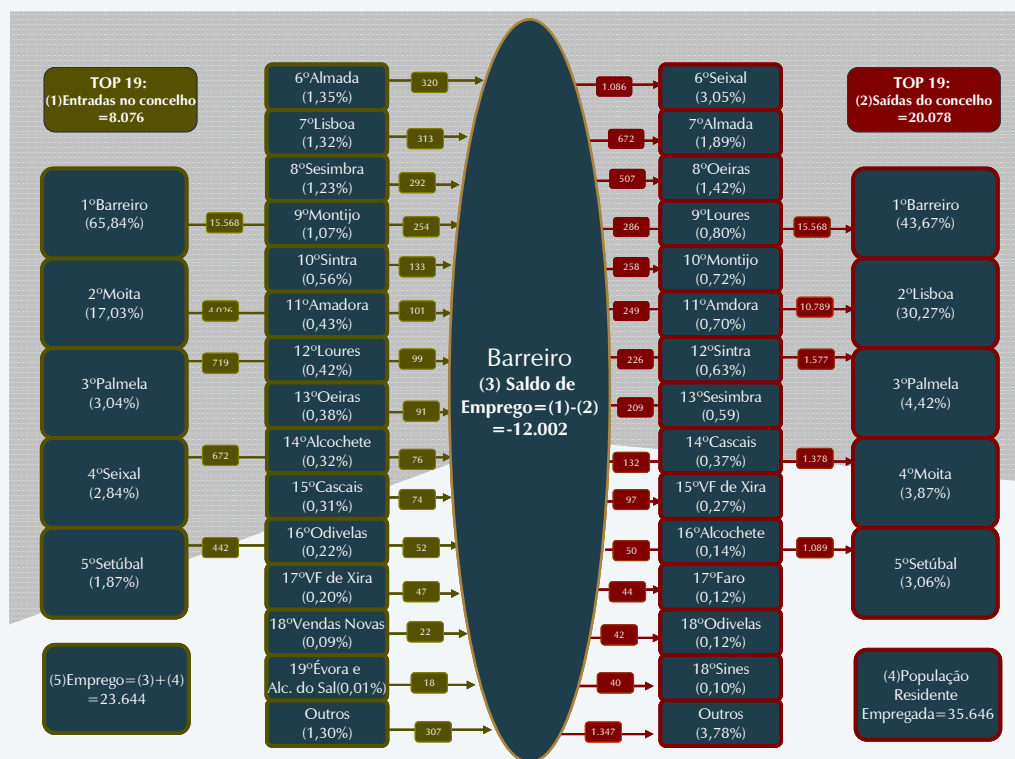
CAIXA DE TEXTO 2-2: Mobilidade Laboral: Estrutura Sectorial e Concelhia de “Entradas” e de “Saídas” do Concelho do Barreiro, 2001

A mobilidade da população nas mais diversas dimensões (laboral, ocupacional, geográfica, inter-concelhia, inter-regional, etc.), nomeadamente dos movimentos pendulares, e respectivas dinâmicas em termos de intensidade e suas características, assumem-se como norteadores na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento, permitindo o conhecimento das áreas geográficas relacionadas nesse processo de movimentação fundamental na prossecução de políticas de transporte e ambiente.

Os indicadores analisados de seguida apresentam-se como uma medida das movimentações laborais existentes no concelho do Barreiro, caracterizando os fluxos populacionais de “entradas” por concelhos de residência e de “saídas” por concelhos de destino, tendo como foco de análise os intercâmbios resultantes apenas de motivações laborais.

O concelho do Barreiro, revelando um volume de entradas inferior ao volume de saídas, ou seja, registando um saldo de emprego de sinal negativo, assume-se como emissor líquido de “força de trabalho” cujos principais concelhos de destino são, destacadamente, o concelho de Lisboa, “receptor líquido” de grande percentagem das saídas de trabalhadores do concelho do Barreiro e, com menor expressão, em termos relativos, os concelhos de proximidade.

ESTRUTURA CONCELHIA DE “ENTRADAS” POR CONCELHO DE RESIDÊNCIA E “SAÍDAS” POR CONCELHO DE DESTINO DO BARREIRO, 2001



Fonte: Elaborado por Augusto Mateus & Associados com base no INE, Censos 2001

As movimentações supra-expostas podem ser condensadas nos indicadores de mobilidade laboral especificados no quadro seguinte, que, simultaneamente, apresenta as conclusões mais ilustrativas das dinâmicas laborais protagonizadas pelo concelho do Barreiro:

INDICADORES DE MOBILIDADE DO CONCELHO DE BARREIRO

Indicadores de Mobilidade do Concelho de Barreiro		
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	(1) População residente empregada	35.646 pessoas residentes no concelho do Barreiro têm emprego (dentro ou fora do concelho)
	(2) Entradas	8.076 pessoas trabalham no Barreiro mas residem noutros concelhos
	(3) Saídas	20.078 pessoas residem no Barreiro mas trabalham noutros concelhos
	Saldo de Emprego (4) = (2) - (3)	Saldo de emprego de -12.002 pessoas traduz um concelho emissor líquido de mão-de-obra
	Emprego (5) = (1) + (4)	23.644 postos de trabalho gerados no concelho
Importância dos movimentos pendulares (em %)	Taxa de mobilidade extra-regional (6) = [(3)/(1)]*100	56,3% da população residente empregada sai do concelho para trabalhar
	Taxa bruta de atracção (7) = [(2)/(5)]*100	34,1% dos postos de trabalho do concelho são preenchidos por população não residente no concelho
	Grau de atractividade / repulsão (8) = [(5)/(1)]*100	Taxa de repulsão de 66,3% explicada por um nº de postos de trabalho gerados no concelho insuficiente para empregar a população residente empregada
	Grau de localização do emprego (9) = [(1)-(3)]/1*100	43,6% da população que trabalha no Barreiro reside, também, no Barreiro

Fonte: Elaborado por Augusto Mateus & Associados com base no INE, Censos 2001

Os fluxos laborais totais podem ser desagregados de forma a identificar, para cada um dos concelhos, a origem/destino, quais são as actividades económicas que os motivam. A estrutura de saídas e entradas de força de trabalho do concelho do Barreiro, tendo como referência o *Top5* de sectores, evidencia uma relativa coincidência entre os sectores de destino dos trabalhadores que saem do concelho e daqueles que integram o mercado de trabalho nas delimitações territoriais do Barreiro, ou seja, os principais sectores responsáveis pela “exportação” e “importação” de recursos humanos não diferem significativamente.

A observação dos quadros que se seguem permite, desta forma, verificar que a grande fatia dos fluxos de entrada no Barreiro destinam-se a sectores de forte peso na estrutura de emprego da generalidade das regiões portuguesas (comércio, saúde e acção social, construção e administração pública), estando também contemplados na lista dos principais sectores responsáveis pela “importação” de recursos humanos os que distinguem o perfil produtivo da região, dos quais se destacam transportes e armazenagem, actividades imobiliárias e alojamento e restauração.

Os fluxos de saída do Barreiro estão fortemente condicionados pelo perfil produtivo dos concelhos vizinhos que, em certa medida, coincidem com o perfil do próprio concelho, com variantes ao nível da importância em termos de absorção de força de trabalho dos sectores de fabricação de material de transporte e actividades financeiras. A determinação dos principais concelhos envolvidos nos fluxos laborais, que delimitou uma esfera de relações centralizadas nos concelhos da sub-região Península de Setúbal com Lisboa, é validada com o cruzamento entre concelhos e sectores de actividade de entrada e saída. Destaque-se Lisboa, enquanto principal concelho receptor de mão-de-obra, e o primeiro colocado na quase totalidade dos sectores “top” em termos de exportação de força de trabalho.

FLUXOS DE ENTRADA E DE SAÍDA: PRINCIPAIS SECTORES DE ACTIVIDADE RESPONSÁVEIS POR FLUXOS DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E PRINCIPAIS CONCELHOS DE DESTINO POR SECTORES DE ACTIVIDADE, 2001

PRINCIPAIS SECTORES RESPONSÁVEIS PELA “IMPORTAÇÃO” DE RECURSOS HUMANOS			PRINCIPAIS SECTORES RESPONSÁVEIS PELA “EXPORTAÇÃO” DE RECURSOS HUMANOS		
Sectores de Actividade	Emprego preenchido por população não residente no Barreiro “IMPORTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS”		Sectores de Actividade	População residente no Barreiro e empregada fora do Barreiro “EXPORTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS”	
	Principais concelhos de origem residencial	% nos fluxos totais de entrada no concelho		Principais concelhos de destino de trabalho	% nos fluxos totais de saída do concelho
Comércio (grosso e retalho)	Moita; Seixal; Palmela; Setúbal	18,78%	Comércio (grosso e retalho)	Lisboa; Moita; Palmela; Seixal	16,51%
Saúde e Acção Social	Moita; Lisboa; Palmela; Setúbal	9,99%	Administração Pública	Lisboa; Almada; Moita; Setúbal	10,51%
Construção	Moita; Seixal; Palmela; Sintra	9,85%	Actividades Imobiliárias	Lisboa; Palmela; Oeiras; Moita	8,71%
Administração Pública	Moita; Seixal; Palmela; Setúbal	9,49%	Construção	Lisboa; Moita; Palmela; Seixal	8,55%
Educação	Moita; Seixal; Setúbal; Lisboa	9,12%	Transportes, Armaz. e comunicações	Lisboa; Setúbal; Palmela; Almada	8,17%
Transportes, Armaz. e Comunicações	Moita; Palmela; Setúbal; Montijo	7,25%	Saúde e Acção Social	Lisboa; Moita; Setúbal; Almada	7,58%
Actividades Imobiliárias	Moita; Palmela; Seixal; Setúbal	6,09%	Educação	Lisboa; Moita; Setúbal; Almada	6,55%
Alojamento e Restauração	Moita; Seixal; Palmela; Almada	5,90%	Alojamento e Restauração	Lisboa; Moita; Palmela; Almada	5,80%
Fabricação de Produtos Químicos e Fibras Sintéticas	Moita; Lisboa; Palmela; Seixal	3,30%	Fabricação de Material de Transporte	Palmela; Setúbal; Seixal; Lisboa	3,99%
Outras actividades e serviços colectivos, sociais	Moita; Seixal; Montijo; Palmela	2,91%	Actividades Financeiras	Lisboa; Oeiras; Setúbal; Moita	3,41%

Fonte: Elaborado por Augusto Mateus & Associados com base no INE, Censos 2001

O concelho do Barreiro assume, contudo, uma lógica inversa à verificada para os concelhos que se localizam na sua orla, evidenciando uma taxa de crescimento da população ligeiramente negativa (-0,26%), resultado da evolução duplamente desfavorável das componentes migratória e natural, parcelas que explicam os processos de evolução da população. A evolução das dinâmicas populacionais do concelho do Barreiro constitui o resultado de significativas mutações internas a vários níveis,

nomeadamente na respectiva dinâmica empresarial, facto que merece alguns comentários.

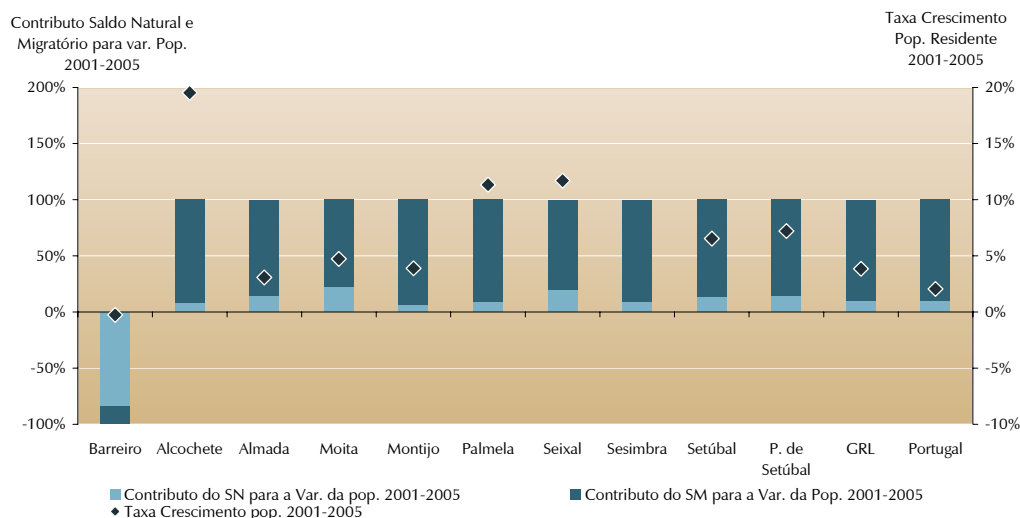
A proximidade a Lisboa, a excelente navegabilidade do Rio Coia, a construção do eixo central das comunicações ferroviárias entre o norte e o sul do Tejo, onde foi criado o primeiro núcleo de transportes ferroviários ao sul do Tejo, conduziram, a partir de 1861, a uma reconversão do concelho especializado em actividades de pesca, salicultura e moagem, em actividades industriais, primeiramente da cortiça, que culminou, em 1907, com o desenvolvimento do grande complexo fabril da CUF - Companhia União Fabril, fundada por Alfredo da Silva¹⁵.

O desenvolvimento e a envergadura do complexo industrial da CUF, que, no final dos anos 50, empregava mais de 8.000 operários, aliado ao caminho-de-ferro, produziram dinâmicas de atracção populacional sem precedentes, com significativos fluxos migratórios especialmente oriundos do Centro (Beiras) e do Sul (Alentejo e Algarve), movimentações motivadas, em larga medida, por perspectivas de emprego e de elevados níveis de vida. A CUF foi nacionalizada após o 25 de Abril, pertencendo actualmente à *Quimigal, EP*, sendo gerida pela *Quimiparque - Parques Empresariais*.

A explicação da perda líquida de população do concelho do Barreiro, tendência contrária às evoluções verificadas na região em que se insere, está profundamente correlacionada com o encerramento da maioria das indústrias que funcionavam no complexo da CUF, o que se repercutiu na redução das antigas condições de empregabilidade, sem a criação de novas oportunidades, que aliada à crescente mobilidade e acessibilidade a nível regional, conduziu a um êxodo da população residente no concelho do Barreiro para concelhos da proximidade, que apresentavam vantagens comparativas em termos de condições físicas e níveis de qualidade de vida mais atractivos.

¹⁵ Alfredo da Silva nasceu em Lisboa a 30 de Junho de 1871 e foi fundador de outras empresas emblemáticas como a *Tabaqueira*, o *Estaleiro da Rocha do Conde de Óbidos*, posteriormente designada por *Lisnave*, a *Carris*, o *Banco Totta* e a *Companhia de Seguros Império*. Faleceu em Sintra a 22 de Agosto de 1942.

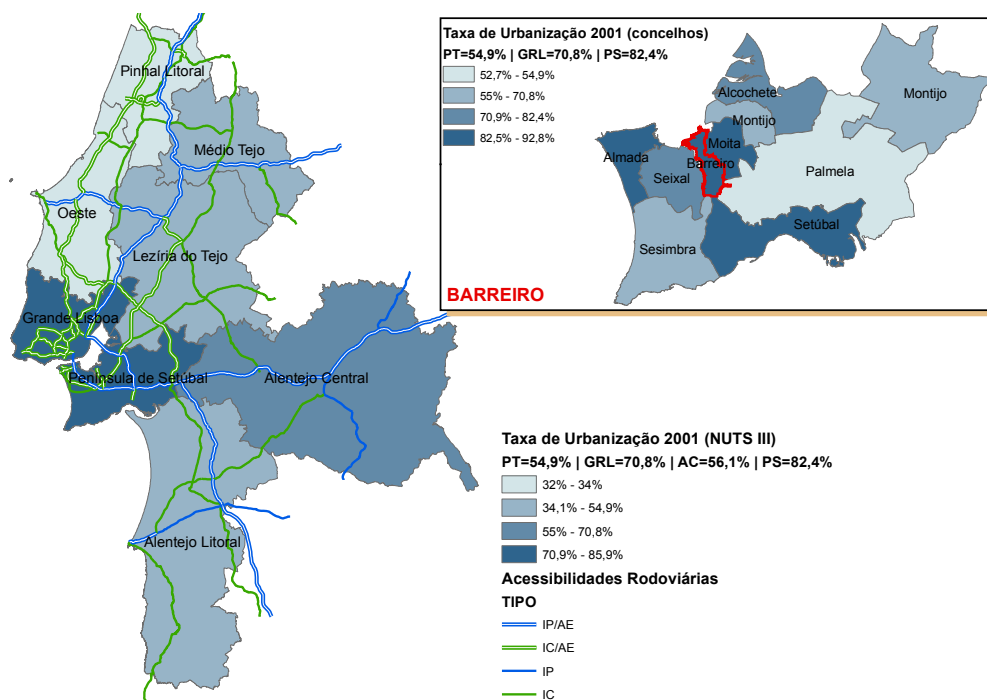
GRÁFICO 2-8:
Contributos do Saldo Natural e Migratório para a Variação da População e Taxa de Crescimento da População Residente (%), 2001-2005



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE Estatísticas Demográficas; Estimativas Provisórias da População Residente para 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005; Censos 2001

Por outro lado, a região de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal) regista, para 2001, elevados índices de urbanização, tal como se pode concluir pela observação do mapa da Figura 2-6, onde se destaca uma intensa mancha populacional nas margens do rio Tejo. A NUTS III Península de Setúbal apresenta uma natureza urbana vincada, com uma elevada proporção da população (82,4%) a residir em aglomerações com características urbanas (com mais de 2.000 habitantes). Abaixo do limiar dos 65%, encontram-se apenas os concelhos de Palmela (52,7%) e de Sesimbra (59,9%). O concelho do Barreiro confirma a média sub-regional, caracterizando-se como área com definições significativamente urbanas, com uma taxa de urbanização de 88,9%.

FIGURA 2-6:
Taxa de Urbanização (%) por NUTS III e por Concelhos, 2001



Nota: Taxa de Urbanização = População residente em lugares com mais de 2.000 habitantes/População residente total (%).

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

2.1.3. Capital Humano: Competências e Disponibilidade

A Grande Região de Lisboa revela uma estrutura global de níveis de habilitações da população residente e empregada bastante favorável no espaço nacional - com especial relevo, a este nível, para o posicionamento destacado da Grande Lisboa e, em menor grau, da Península de Setúbal, associado, em grande medida, aos seus perfis de especialização produtiva.

Tendo em consideração que, em economias em mudança acelerada, como as actuais, uma das chaves para o reforço e sustentação da competitividade e para a criação de sólidas vantagens competitivas dinâmicas, de médio e longo prazo, resulta da conjugação da flexibilidade organizacional, produtiva e comercial com a adaptabilidade da mão de

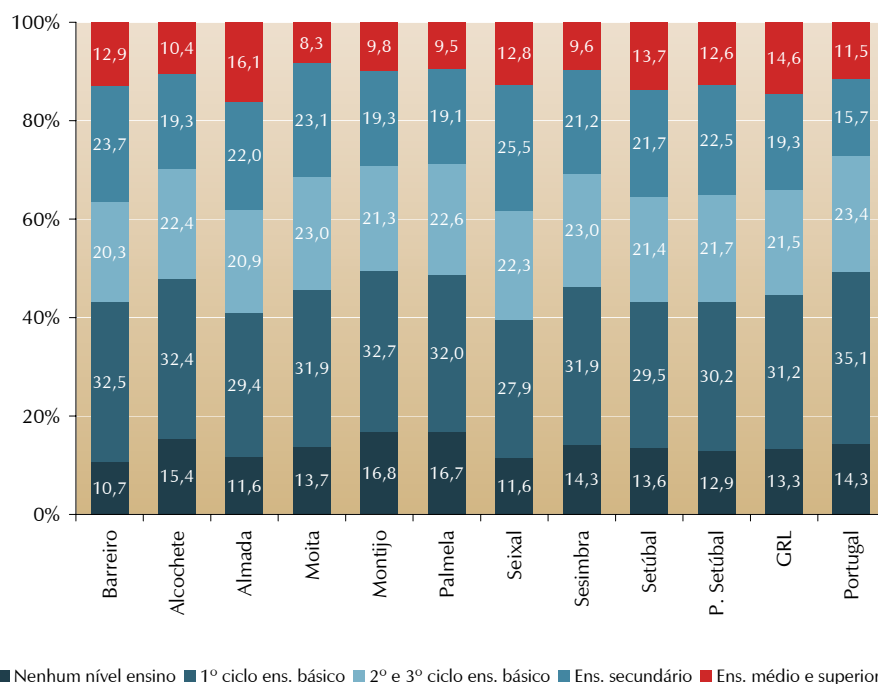
obra, importa, nesta medida, analisar a dotação de recursos humanos do Barreiro, sobretudo em termos da capacidade revelada de renovação permanente da qualidade e quantidade da sua reserva de recursos humanos.

O Barreiro revela uma estrutura global de níveis de habilitações da população residente semelhante à da Península de Setúbal, bastante favorável, portanto, no espaço nacional. Com efeito, o Barreiro apresenta um peso diminuto da população cujas habilitações são nulas e um peso relativamente significativo dos níveis educacionais mais elevados. Consta-se que, em 2001, cerca de 32,5% da população residente no Barreiro possui habilitações até ao 1º ciclo do ensino básico contra 35,1% da população residente no território nacional.

No que diz respeito ao escalão habilitacional mais elevado, observa-se, também, um posicionamento favorável do Barreiro no contexto nacional. Em 2001, 12,9% da população residente no Barreiro possuía habilitações ao nível do ensino médio e superior, superando, como tal, o peso médio nacional assumido por este mesmo escalão habilitacional (11,5%).

Contudo, ao considerarmos na análise ao concelho do Barreiro uma região de referência mais restrita, como a GRL, onde o Barreiro se insere e compete directamente com as respectivas sub-regiões, estas diferenças favoráveis tendem a esbater-se (Gráfico 2-9). Neste contexto, apesar do Barreiro apresentar uma menor faixa da população pouco qualificada, não deixa de apresentar um menor peso relativo da população licenciada. Verifica-se, assim, que, em 2001, cerca de 12,9% da população residente no Barreiro possui habilitações médias ou superiores contra 14,6% da população residente na GRL. Esta característica da estrutura global de recursos humanos desta mega região constitui um importante estímulo sobre o seu potencial de crescimento futuro, encontrando-se o Barreiro, no contexto da GRL, numa posição, ligeiramente, desfavorável.

GRÁFICO 2-9:
Estrutura de Habilitações da População Residente, 2001, em %



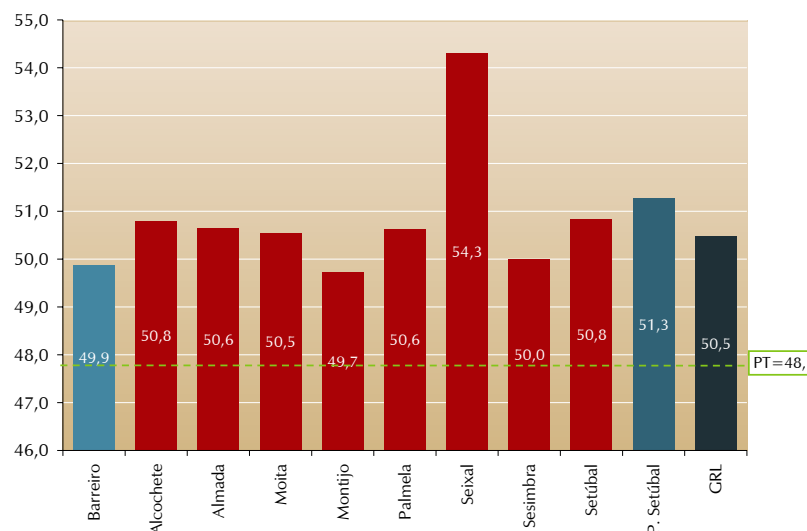
Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

Uma visão articulada do peso da população activa sobre a população total permite avaliar o nível de força de trabalho, efectivamente, disponível para integrar o processo produtivo. Desta forma, constata-se que a posição da GRL, em termos de taxa de actividade, é superior à posição nacional (50,5% versus 48,2%, respectivamente), ainda que a diferença não seja particularmente significativa.

No entanto, e para efeitos de análise da taxa de actividade, decidimos concentrar-nos, essencialmente, na Península de Setúbal e, especificamente, no Barreiro (Gráfico 2-10). Constata-se, desta forma, que a taxa de actividade da Península de Setúbal supera a da GRL e, consequentemente, a do país. Apesar de os valores diferenciais não serem especialmente elevados, permitem, todavia, no contexto nacional, colocar a Península de Setúbal numa posição bastante favorável.

Porém, o valor médio da taxa de actividade de uma região com a amplitude da Península de Setúbal não revela a heterogeneidade ao nível dos concelhos, escondendo a diversidade das realidades existentes. Desagregando este indicador a este nível, são evidentes, ainda que ligeiros, posicionamentos distintos dos concelhos que constituem a região da Península de Setúbal. Deste modo, o concelho do Seixal, em termos de taxa de actividade, destaca-se claramente dos restantes concelhos que constituem a Península de Setúbal, apresentando valores na ordem dos 54%. No que diz respeito à taxa de actividade do Barreiro, esta situa-se em torno dos 50%, ainda assim, um valor superior à média nacional (48%), mas ligeiramente inferior às médias observadas da Península de Setúbal (51%) e da GRL (50%). À excepção do Montijo, os níveis de actividade dos restantes concelhos da Península de Setúbal são, na sua maioria, ligeiramente superiores aos do Barreiro, deixando este concelho numa posição relativamente desfavorável na região em que se circunscreve.

GRÁFICO 2-10:
Taxa de Actividade da População Residente, 2001, em %

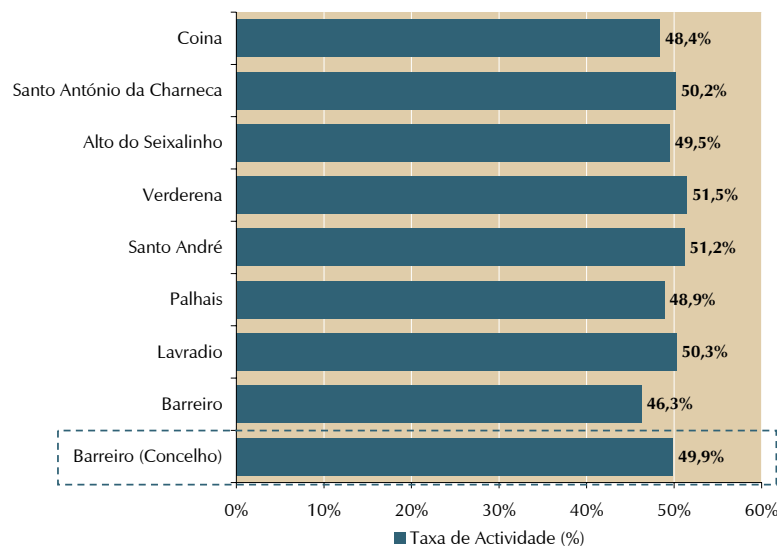


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

A taxa de actividade do Barreiro justifica-se internamente pela relativa homogeneidade, em torno dos 50%, das taxas de actividade das diferentes freguesias que compõem o concelho (Gráfico 2-11). Dentro destas, destaca-se o Barreiro, onde 47 habitantes em

cada 100 detêm características que lhe conferem capacidades de exercer actividades laborais, por ser a freguesia que mais se afasta pela negativa (aproximadamente 3 pontos percentuais) do valor médio de referência.

GRÁFICO 2-11:
Taxa de Actividade da População Residente por Freguesia, Barreiro, 2001, em %

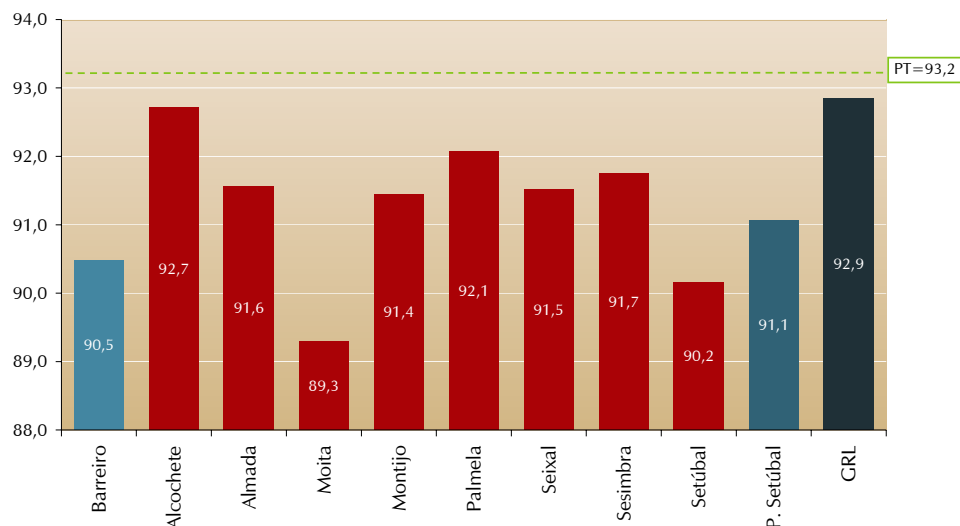


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

A compreensão da evolução geral do emprego e do desemprego da Península de Setúbal, e em especial do Barreiro, assume particular relevância no entendimento das características da população e dos recursos humanos disponíveis, assim como dos indicadores que reflectem a vitalidade económico-social da região.

O nível de emprego da Península de Setúbal (Gráfico 2-12) aparece, neste quadro, muito ligado à dinâmica evolutiva das indústrias com forte presença na região, com elevado grau de extroversão e associadas a processos produtivos baseados na exploração intensiva de economias de escala, como sejam a fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico.

GRÁFICO 2-12:
Taxa de Emprego da População Residente, 2001, em %

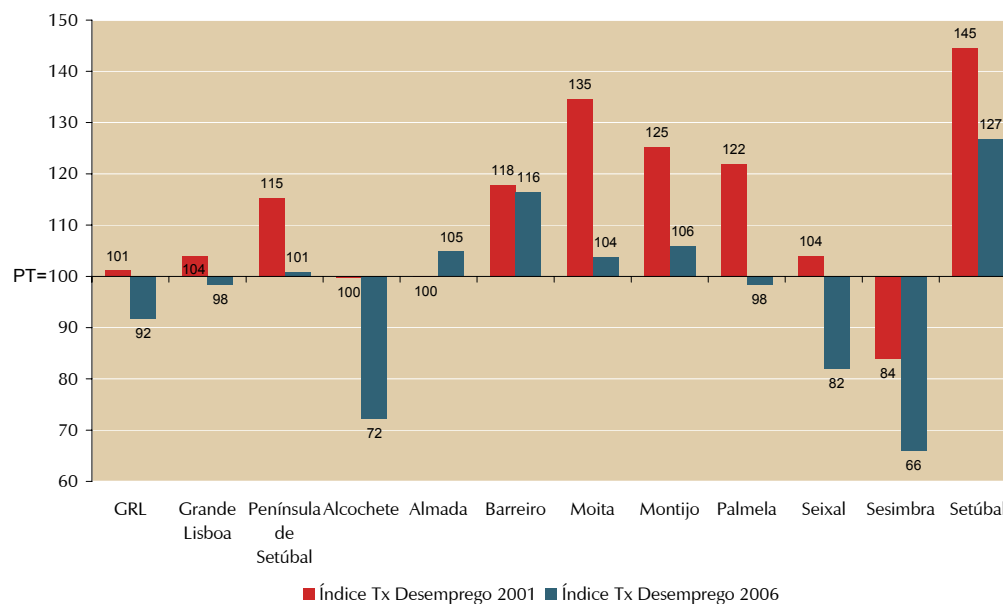


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

Nesta linha, o fenómeno da variação do desemprego, para o período 2001-2006 - cujos contornos estão expressos no Gráfico 2-13 -, assume, no âmbito territorial da Península de Setúbal, um desempenho satisfatório relativamente aos valores do país. Tal constatação comprova-se pela variação média do índice de desemprego da PS ter sido positiva no período considerado, baixando de 115%, em 2001, para 101%, em 2006. No que diz respeito ao concelho do Barreiro, verifica-se que, apesar de seguir a tendência descendente da Península de Setúbal, no período levado em consideração, esta não assume idêntica expressão, tendo tido um evolução favorável de apenas 2 pontos percentuais, dos 118% para os 116%.

Importa salientar que, em 2006, na Península de Setúbal, dos nove concelhos que a compõem, somente quatro - Sesimbra, Alcochete, Seixal e, em menor medida, Palmela - apresentam taxas de desemprego inferiores à referência (média) nacional, permanecendo a Península de Setúbal, no respectivo período, com uma taxa de desemprego relativa à média do país ligeiramente mais alta.

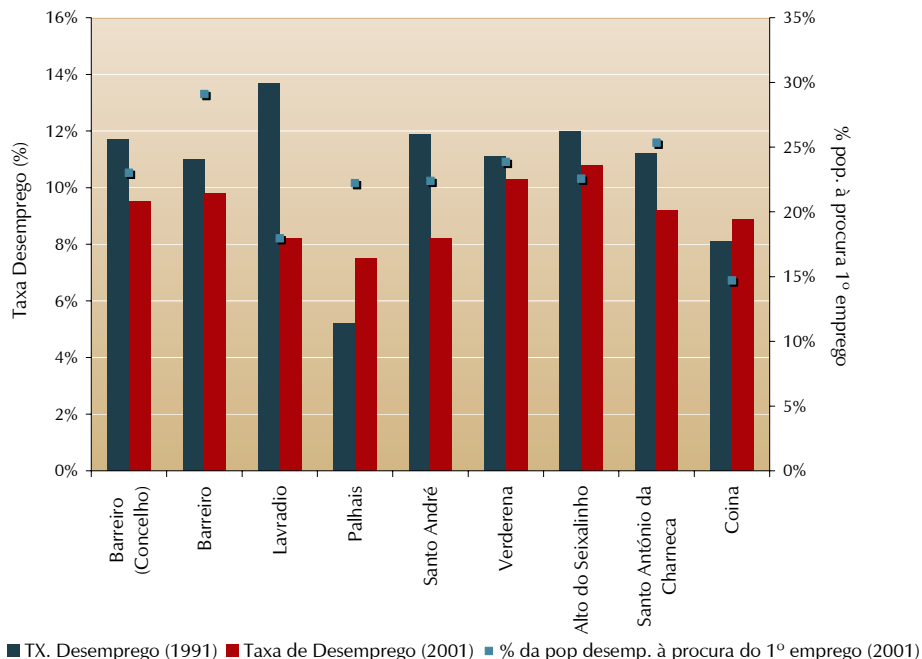
GRÁFICO 2-13:
Índice da Taxa de Desemprego da Península de Setúbal (2001-2006)



Fonte: Desemprego Registrado nos Centros de Emprego do IEFP

Ao nível das freguesias do concelho, há a registar o bom desempenho, a este nível, da maior parte delas entre 1991 e 2001 (com exceção de Palhais e Coina) - ver Gráfico 2-14. Relevância ainda para o peso da população desempregada à procura do primeiro emprego, que é mais elevado no concelho do Barreiro e na generalidade das suas freguesias do que a nível nacional ou regional, o que pode ter a ver com o perfil relativamente desfavorável de habilitações da população do Barreiro, no contexto da GRL.

GRÁFICO 2-14:
Taxa de Desemprego da População Residente por Freguesia do Concelho do Barreiro, 1991-2001, em %



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Censos 2001

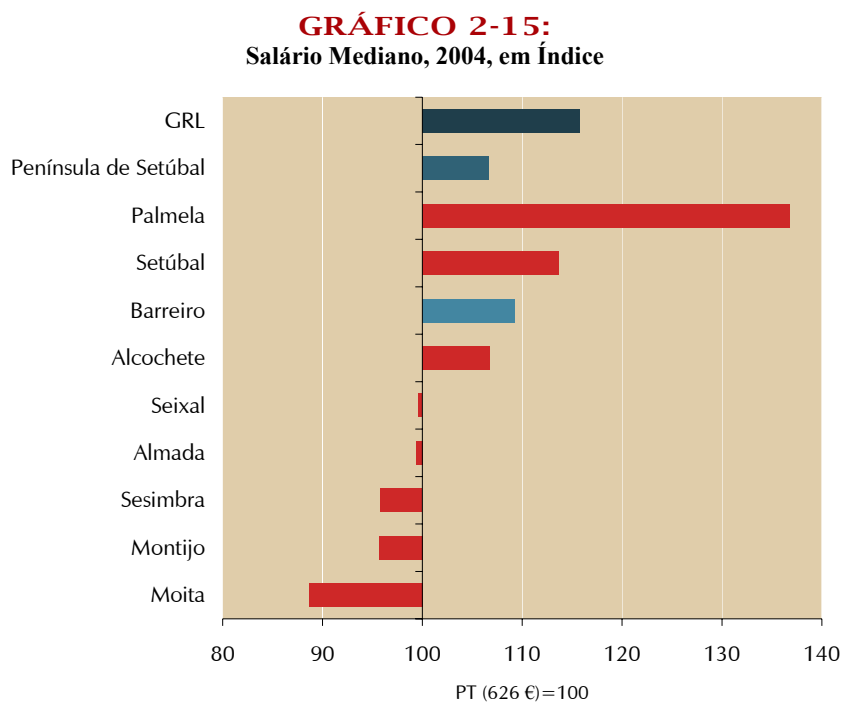
Para aferir do nível de capital humano da região, é indispensável levar em consideração, não só a disponibilidade e qualidade da mão de obra e o seu nível de formação, como também o custo do factor trabalho, considerando-se para o efeito, neste estudo, o salário mediano concelhio.

No que diz respeito à Península de Setúbal, verifica-se que o custo de mão-de-obra, tomando por critério o salário mediano, apresenta valores mais altos que a referência nacional. É, porém, mais baixo que o da GRL, uma vez que esta mediana se encontra fortemente influenciada pelo registo da Grande Lisboa. Os níveis remuneratórios mais elevados dos trabalhadores da Península de Setúbal devem ser enquadrados, por um lado, pelo facto da região apresentar, no seu perfil de especialização, uma predominância de indústrias capital intensivas, apostadas na exploração de economias de escala, sobrepondo-se claramente aos modelos de negócio mais polarizados pelo baixo custo do factor trabalho, e, por outro lado, com a presença, na região, de mão-de-

obra com níveis habilitacionais mais elevados, os quais tendem, em geral, a estar associados a níveis remuneratórios mais favoráveis.

Contudo, o valor mediano da região, tomado por si só, oculta a heterogeneidade dos diferentes concelhos que compõem a Península de Setúbal (Gráfico 2-15). Os concelhos predominantemente industrializados apresentam salários medianos superiores à mediana da Península de Setúbal, sendo por ordem decrescente: Palmela (fruto, fundamentalmente, da presença da Auto-Europa), Setúbal e Barreiro.

Por oposição, encontram-se os concelhos onde predominam actividades económicas ligadas ao sector primário, que apresentam um salário mediano abaixo do do país e, consequentemente, da Península de Setúbal. São eles, Moita, Montijo e Sesimbra.



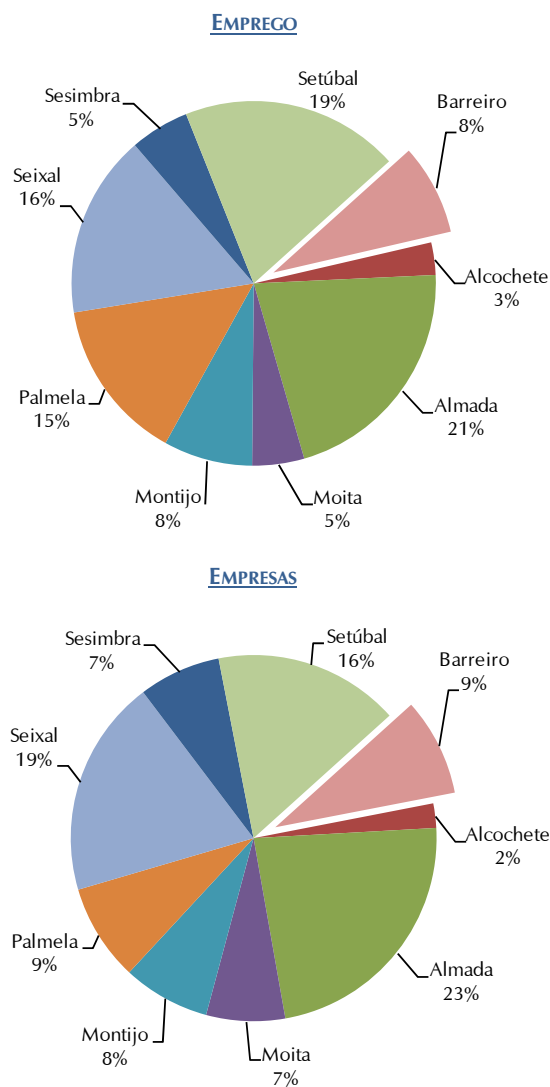
Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

2.1.4. Dinâmica e Concentração Empresarial e Especialização Produtiva

Neste ponto, procura-se sistematizar o conhecimento estratégico sobre as actividades económicas e as dinâmicas empresariais recentes no Barreiro por referência aos restantes concelhos da Península de Setúbal e a espaços mais alargados como sejam a própria Península de Setúbal, a Grande Região de Lisboa e Portugal como um todo. A ausência de estudos prévios actualizados sobre o Barreiro nesta matéria obrigou ao desenvolvimento de trabalho exploratório assente nas estatísticas oficiais disponíveis com desagregação ao nível do concelho e em informação geral existente sobre o Barreiro. Grande parte da análise efectuada, como se verá de seguida, tem por base os dados das empresas e do emprego por conta de outrem disponíveis nos Quadros de Pessoal (DEEP).

Gostaríamos, preferencialmente, de trabalhar com os dados das Contas Regionais do INE para o VAB e para o emprego desagregados, a um nível suficientemente detalhado das actividades económicas, por NUTS III e, sempre que tal fosse possível, por concelhos, mas a última série disponível, nestas condições, remonta a 2000, o que determinaria um desfaseamento temporal muito elevado face ao momento actual. Salientamos, contudo, que os critérios utilizados na construção das estatísticas dos Quadros de Pessoal que vamos usar subavaliam os números do emprego em geral e, muito especialmente, nos sectores onde os trabalhadores por conta própria e os funcionários públicos têm um peso relevante (A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social). Como tal, a análise aqui sistematizada encerra algumas limitações, devendo ser relativizada no que toca aos sectores em que a referida subavaliação é muito elevada (sectores que, para os nossos objectivos, têm uma importância relativamente marginal).

GRÁFICO 2-16:
Distribuição Concelhia das Empresas e do Emprego por Conta de Outrem na Península de Setúbal, 2004



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

Em primeiro lugar, interessa referir que o Barreiro é um concelho com um peso económico relevante na Península de Setúbal, respondendo por cerca de 9% do número total de empresas existentes nesta região e por 8% do emprego por conta de outrem. Em termos relativos, como se pode observar no Gráfico 2-16, situa-se (a par do Montijo) na

charneira entre os concelhos mais importantes que são Almada, Setúbal, Seixal e Palmela e os menos importantes que são Sesimbra, Moita e Alcochete.

QUADRO 2-1:
Indicadores de Caracterização Geral das Actividades Económicas, 2003

	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Proporção de emprego dos serviços intensivos em conhecimento	Proporção de emprego total em actividades TIC	Peso do emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia
Alcochete	39,7	15,3	15,2	0,9	23,0
Almada	22,1	0,7	41,3	3,3	18,1
Barreiro	28,7	1,5	41,5	1,5	28,5
Moita	8,9	1,1	49,5	2,6	6,6
Montijo	26,7	0,9	22,8	3,9	7,1
Palmela	34,7	46,5	40,7	11,0	72,4
Seixal	23,6	1,3	34,2	3,2	37,8
Sesimbra	8,4	0,2	29,7	0,8	2,7
Setúbal	36,4	2,4	43,7	2,7	10,4
Grande Lisboa	42,7	13,3	48,4	5,9	31,7
Península de Setúbal	27,2	9,1	39,3	4,1	38,1
Portugal	31,4	7,0	38,4	3,3	17,5

Fonte: INE, Estatísticas das Empresas

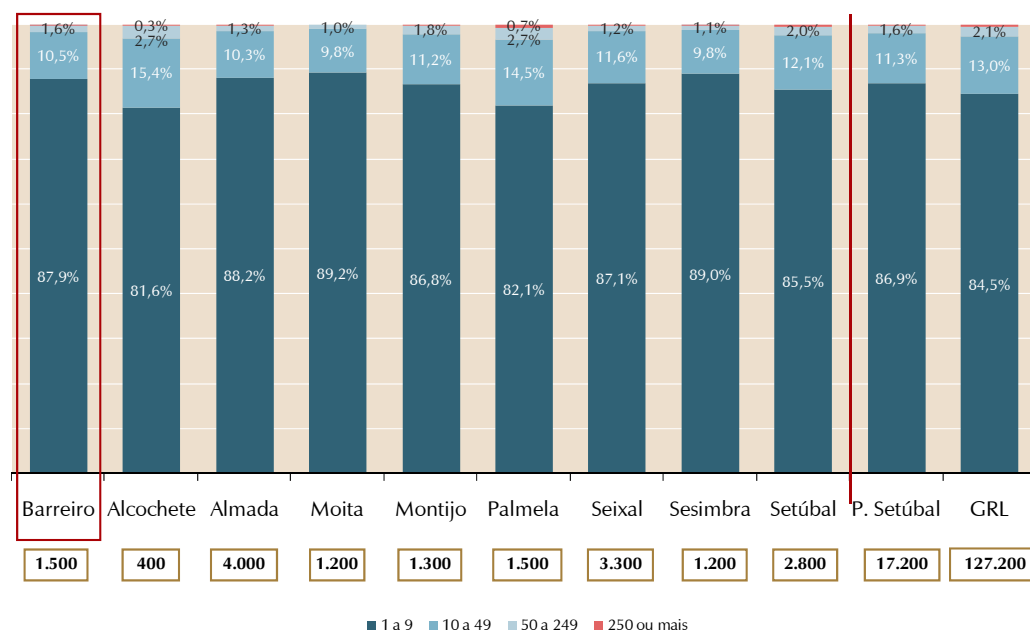
No que respeita ao grau de sofisticação económica e empresarial, o concelho do Barreiro apresenta um padrão que se destaca relativamente pouco no contexto da Península de Setúbal e do país em geral. Tem uma proporção de emprego em sociedade anónimas consideravelmente mais baixo do que Setúbal e Palmela. Possui uma presença marginal de capital estrangeiro, situação que diverge muito do que acontece em Palmela e em Alcochete. Apresenta uma proporção do emprego em actividades ligadas às TIC reduzida, o que contrasta com uma realidade bem diferente em Palmela e no Montijo. Possui uma proporção do emprego industrial em indústrias de média e alta tecnologia ainda um pouco tímida, principalmente face a Palmela e ao Seixal (Quadro 2-1).

79
II

No que toca à estrutura dimensional dos estabelecimentos localizados no Barreiro, é notória a predominância das micro e das pequenas empresas: mais de 98% das empresas com um ou mais trabalhadores por conta de outrem existentes neste concelho têm

menos de 50 trabalhadores. Esta situação não é muito diferente nos restantes concelhos que formam a Península de Setúbal e no país como um todo. Na Península de Setúbal, ressalta apenas a maior importância que as empresas de média e de grande dimensão assumem nos concelhos de Palmela e de Alcochete (Gráfico 2-17).

GRÁFICO 2-17:
Empresas por Dimensão (Nº. Trabalhadores), 2004

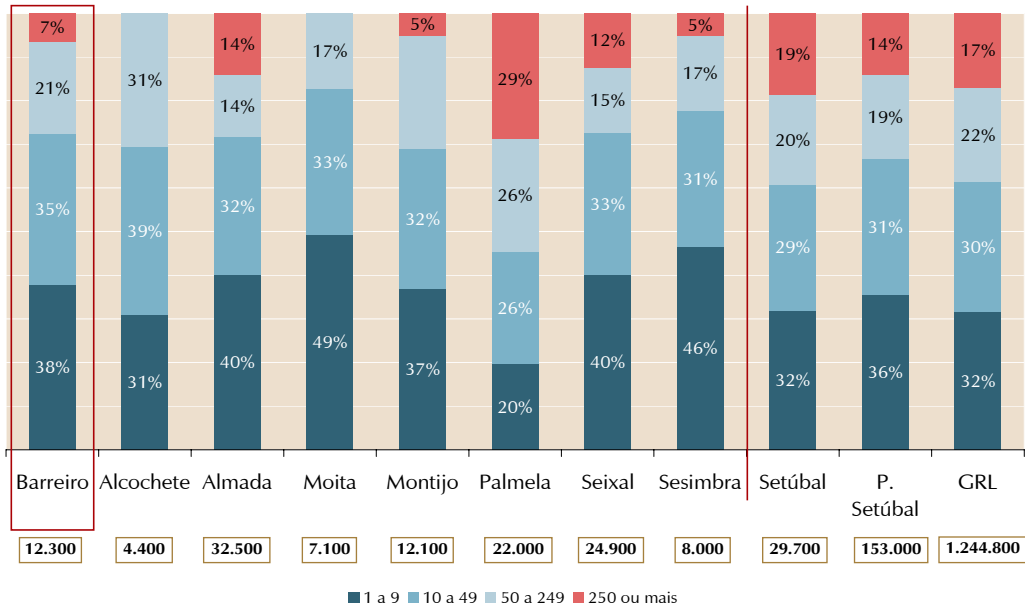


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

A estrutura empresarial do Barreiro determina, naturalmente, que a maior parte do emprego no concelho esteja concentrado em micro e pequenas empresas: 73% do emprego por conta de outrem está afecto a estabelecimentos com menos de 50 trabalhadores. A situação é idêntica em todos os restantes concelhos da Península de Setúbal, verificando-se que a única grande excepção ocorre para o caso de Palmela (largamente em resultado da presença da Auto-Europa), onde os estabelecimentos com 250 ou mais trabalhadores absorvem cerca de 55% do emprego por conta de outrem (Gráfico 2-18).

A estrutura empresarial do Barreiro também determina um grau de concentração empresarial pouco significativo. Os cinco maiores estabelecimentos localizados no concelho do Barreiro (FISIPE, FEIRA NOVA, MULTITEMPO, EMEF e SOVENA) não empregam mais de 1.213 trabalhadores por conta de outrem, representando cerca de 16% do total de emprego concelhio. Mais uma vez, a situação é substancialmente diferente nos concelhos de Palmela e Alcochete, onde os cinco maiores estabelecimentos absorvem mais de 25% do emprego por conta de outrem (Quadro 2-2).

GRÁFICO 2-18:
Emprego em Função da Dimensão do Estabelecimento, 2004



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

QUADRO 2-2:
Importância no Emprego dos 5 Maiores Estabelecimentos por Concelho, 2004

Concelhos	Número de Empregados	Peso no Emprego Total	Sectores Predominantes
Alcochete	721	24,6%	I. Metálica, I. Madeira Papel, Comércio, Construção, I. Química
Almada	3.255	14,8%	Serviços às Empresas, Comércio, Outros Serviços
Barreiro	1.213	15,8%	I. Química, Comércio, S. às Empresas, I. Mat. Transporte, I. Alimentar
Moita	695	12,2%	I. Metálica, Comércio, Outros Serviços, I. Alimentar
Montijo	1.202	16,4%	Comércio, Outros Serviços, I. Alimentar, Serviços às Empresas
Palmela	5.801	28,4%	I. Mat. Transporte, I. Electr. Electrónica, I. Química
Seixal	2.816	14,2%	I. Electr. Electrónica, S. às Empresas, Comércio

Concelhos	Número de Empregados	Peso no Emprego Total	Sectores Predominantes
Sesimbra	978	15,4%	Construção, Serviços às Empresas, Comércio
Setúbal	3.248	15,0%	I. Madeira Papel, S. às Empresas, I. Mat. Transporte, Comércio

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

QUADRO 2-3: Os 5 Maiores Estabelecimentos por Concelho na Península de Setúbal, 2004

Concelho	Nome	CAE	Nº Trabalhadores
ALCOCHETE	CROWN CORK & SEAL DE PORTUGAL EMBALAGENS, SA	28720	241
	MANUEL JOAQUIM ORVALHO, SA	20522	171
	TENGELMANN PORTUGAL LOJAS DE DESCONTO, LDA	52111	111
	OPCA OBRAS PUBLICAS E CIMENTO ARMADO, SA	45212	101
	SPEL SOC PORTUGUESA DE EXPLOSIVOS, SA	24610	97
ALMADA	SUMA COMUNICACAO E MERCHANDISING, LDA	74130	871
	TST TRANSPORTES SUL TEJO, SA	60212	710
	COMP PORTUGUESA HIPERMERCADOS, SA	52111	703
	EMPRECEDE CEDENCIAS DE PESSOAL, LDA	74500	684
	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, SA	85110	552
BARREIRO	FISIPE FIBRAS SINTETICAS DE PORTUGAL, SA	24700	285
	FEIRA NOVA HIPERMERCADOS, SA	52111	265
	MULTITEMPO GESTAO TEMPORARIA DE PESSOAL, LDA	74500	260
	EMEF EMP DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO FERROVIARIO, SA	35200	230
	SOVENA COM IND PRODUTOS ALIMENTARES, SA	15413	173
MOITA	METALURGICA CENTRAL DE ALHOS VEDROS, LDA	28110	232
	AMAL CONSTRUcoes METALICAS, SA	28210	207
	ST. CASA DA MISERICORDIA DE A VEDROS	85313	144
	CACETINHO COM. RET. E EXPL. CENT. COMERCIAL, SA	52111	90
	AMARSUL VALORIZACAO E TRATAM. RESIDUOS SOLIDOS, SA	90020	84
MONTIJO	CARREFOUR PORTUGAL, SA	52111	332
	UNIAO MUTUALISTA N. SRA. DA CONCEICAO	85321	280
	RAPORAL RACOES DE PORTUGAL, S A	15130	144
	SAPROPOR PRODUTOS ALIMENTARES, S A	15130	104
	CIUMAC EMP DE TRABALHO TEMPORARIO, LDA	15130	239
PALMELA	AUTOEUROPA AUTO, LDA	74500	184
	AUTOEUROPA AUTO, LDA	34100	2.917
	VISTEON PORTUGUESA, LDA	32300	1.681
	SAI AUTOMOTIVE PORTUGAL, SA	25240	501
	LEAR CORPORATION PORTUGAL COMPONENTES AUTOMOVEIS, SA	34300	383
SEIXAL	CONTINENTAL TEVES PORTUGAL SISTEMAS DE TRAVAGEM, LDA	34300	319
	ALCOA FUJIKURA PORTUGAL, SA	31610	1.042
	DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS PORTUGAL, SA	31610	552
	HUSETTE EMP DE TRABALHO TEMPORARIO, LDA	74500	476
	MCH MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, SA	52111	448
SESIMBRA	PIONEER TECHNOLOGY PORTUGAL, SA	32200	298
	TEODORO GOMES ALHO & FILHOS, LDA	45230	420
	URBITERRAS, LDA	45230	160
	SERBRICONDE TRABALHO TEMPORARIO, LDA	74500	140
	MCH MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, SA	52111	136
	JOSE MARQUES GOMES GALO, SA	45250	122

Concelho	Nome	CAE	Nº Trabalhadores
SETÚBAL	PORTUCEL EMP PRODUTORA DE PASTA E PAPEL, SA	21110	828
	NETT NOVA EMP TRABALHO TEMPORARIO UNIPessoal, LDA	74500	680
	LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, SA	35111	605
	COMP PORTUGUESA HIPERMERCADOS, SA	52111	584
	VEDIOR PSICOEMPREGO EMP TRABALHO TEMPORARIO, LDA	74500	551

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

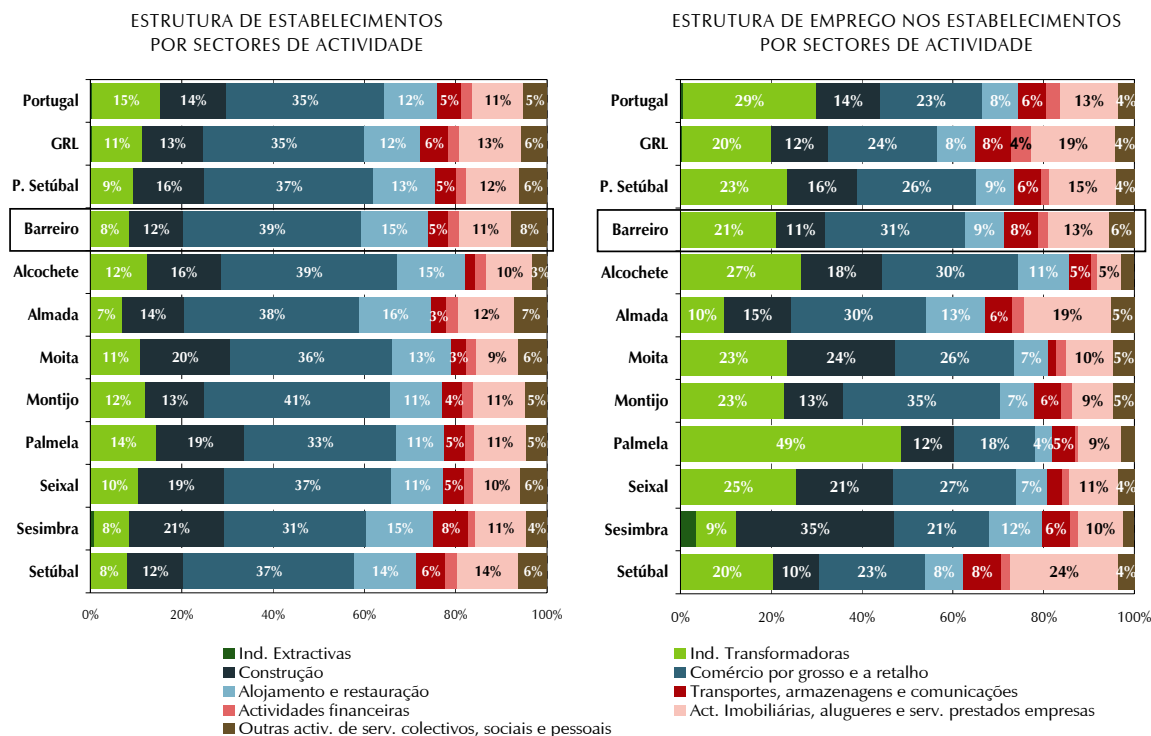
QUADRO 2-4:
Os Maiores Estabelecimentos na P. Setúbal e na Grande Região de Lisboa, 2004

Região	Nome	CAE	Nº Trabalhadores
PENÍNSULA DE SETÚBAL	AUTOEUROPA AUTO LDA	34100	2.917
	VISTEON PORTUGUESA	32300	1.681
	COMP PORTUGUESA HIPERMERCADOS SA	52111	1.287
	TST TRANSPORTES SUL TEJO SA	60212	1.103
	ALCOA FUJIKURA PORTUGAL SA	31610	1.042
	SUMA COMUNICACAO E MERCHANDISING LDA	74130	871
	PORTUCEL EMP PRODUTORA DE PASTA E PAPEL SA	21110	828
	MCH MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS SA	52111	816
	EMPRECEDE CEDENCIAS DE PESSOAL LDA	74500	684
	NETT NOVA EMP TRABALHO TEMPORARIO UNIPessoal LDA	74500	680
	LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS SA	35111	605
	HOSPITAL GARCIA DE ORTA SA	85110	552
	DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS PORTUGAL SA	31610	552
	VEDIOR PSICOEMPREGO EMP TRABALHO TEMPORARIO LDA	74500	551
	SAI AUTOMOTIVE PORTUGAL P P R I A S A	25240	501
GRANDE REGIÃO DE LISBOA	MCH MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS SA	52.111	5354
	RANDSTAD, LDA	74.500	5152
	VEDIOR PSICOEMPREGO EMP TRABALHO TEMPORARIO LDA	74.500	4883
	TAP AIR PORTUGAL SA	62.100	4857
	CTT CORREIOS DE PORTUGAL SA	64.110	4425
	PT COMUNICACOES S A	64.200	4350
	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	65.120	3684
	SECURITAS SERV E TECN DE SEGURANCA SA	74.600	3508
	COMP PORTUGUESA HIPERMERCADOS SA	52.111	3433
	SELECT RECURSOS HUMANOS LDA	74.500	3100
	PROSEGUR C DE SEGURANCA LDA	74.600	2929
	AUTOEUROPA AUTO LDA	34.100	2917
	CP CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES E P	60.100	2909
	COMP CARRIS DE FERRO DE LISBOA SA	60.211	2892
	SERVIBANCA EMP PRESTACAO SERVICOS A C E	65.120	2455
		65.224	135
	IBERLIM SOC TECNICA LIMPEZAS SA	74.700	2299
	HOSPITAL AMADORA SINTRA SOC GESTORA S.A.	85.110	2250
	FEIRA NOVA HIPERMERCADOS SA	52.111	2233
	SELECT I SERVICOS LDA	74.500	2214
	EL CORTE INGLES GRANDES ARMZS SA	52.111	2102
	EUREST PORT SOC EUROPEIA REST LDA	55.510	2047
	ADECCO RECURSOS HUMANOS EMP T T LDA	74.500	2035
	ISS SERVISYSTEM SERVICOS DE LIMPEZA LDA	74.700	1933
	BANCO BPI SA SOC ABERTA	65.120	1884

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

Do ponto de vista da especialização produtiva, verifica-se que a actividade económica no Barreiro se encontra muito centrada em quatro sectores: comércio, indústrias transformadoras, construção e alojamento e restauração. No comércio, estão 39% dos estabelecimentos e 31% dos empregados por conta de outrem deste concelho. Nas indústrias transformadoras, estão 8% dos estabelecimentos e 21% do empregados por conta de outrem. Na construção, estão 12% dos estabelecimentos e 11% do emprego por conta de outrem. Finalmente, no alojamento e restauração, estão 15% dos estabelecimentos e 9% do emprego por conta de outrem (Gráfico 2-19).

GRÁFICO 2-19:
Especialização Produtiva dos Concelhos da Península de Setúbal, 2004



Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do SILATEE

Fazendo uma análise mais fina às indústrias transformadoras, verifica-se que o Barreiro apresenta uma especialização relevante na indústria química e uma presença assinalável na indústria metálica, na indústria do papel e da madeira, nas indústrias alimentares e na indústria dos materiais de transporte. Esta especialização decorre, em larga medida, dos

fortes e continuados investimentos que a CUF e a REFER efectuaram, durante uma grande parte do século XX, em muitos dos terrenos que actualmente integram o Quimiparque.

CAIXA DE TEXTO 2-3: Quociente de Localização

O Quociente de Localização (QL) é um indicador do grau de especialização de uma região numa certa actividade. O $QL_{r,j}$ pode ser definido a partir da seguinte expressão:

$$QL_{r,j} = \frac{\frac{X_{rj}}{X_r}}{\frac{X_{pj}}{X_p}} \quad (0 \leq QL_{r,j} \leq \infty)$$

Onde: $QL_{r,j}$ é o quociente de localização da actividade j na região r
 X_{rj} é o valor da variável X para a actividade j no espaço padrão
 X_p é o valor da variável X no espaço padrão no conjunto das actividades

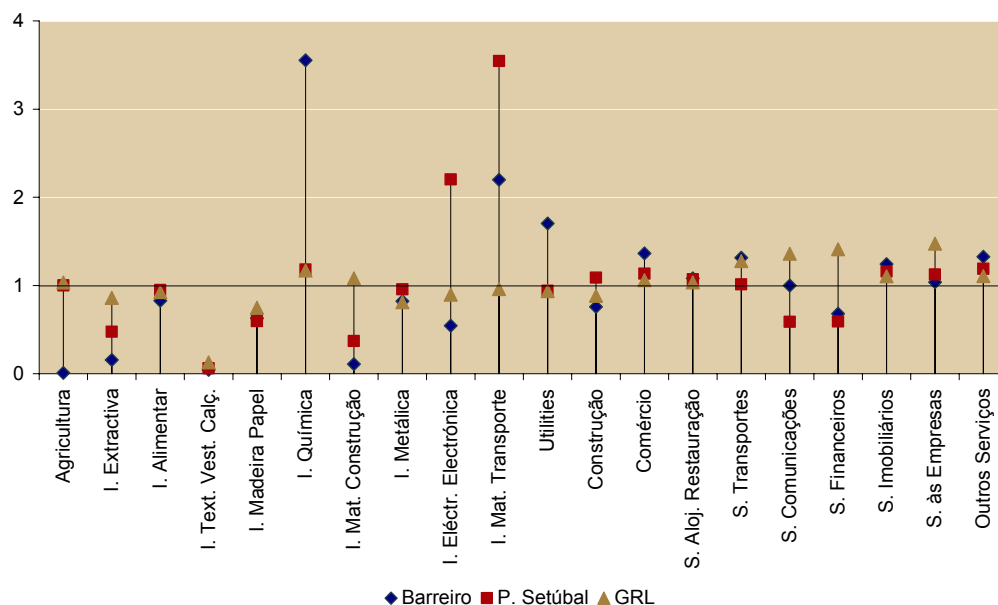
Se $QL_{r,j}$ é igual a 0, a região não possui a actividade j e se $QL_{r,j}$ é igual a 1, a região r tem um grau de especialização idêntico ao do espaço padrão. Se $QL_{r,j}$ é maior que 1, a actividade j é mais importante na região r do que na região padrão.

Este indicador fornece uma medida da importância de cada sector na região, tendo em conta a respectiva dimensão nacional. Assim, pode ser um indicador das disparidades regionais na distribuição de uma determinada actividade. Se considerarmos a distribuição sectorial da actividade produtiva do espaço padrão como óptima, considera-se exemplar a região que mais se aproxima do espaço padrão. Contudo, esta hipótese revela bastante fragilidade, pela dificuldade de indicar a distribuição sectorial óptima. De facto, a especialização ideal para uma região não tem que ser necessariamente a mais indicada para outra. O quociente de localização possui outras limitações que resultam do facto de se utilizar uma única variável para realizar as comparações inter-regionais; com efeito, não se trata de uma medida agregada para cada espaço, pelo que, para cada um, obtém-se um número de indicadores cuja apreciação de conjunto se torna difícil.

A especialização produtiva do Barreiro, apesar de revelar algumas semelhanças com os restantes concelhos que integram a Península de Setúbal, evidencia, igualmente, várias diferenças importantes. Por um lado, o Barreiro partilha com os restantes concelhos da sua NUTS III uma forte especialização no comércio. Note-se, porém, que só o Montijo consegue apresentar uma maior concentração do emprego neste sector do que o Barreiro. Por outro lado, não existe nestes concelhos qualquer paralelo com a importância que a indústria química ocupa no Barreiro. Acresce que, no Barreiro, a indústria dos materiais de transporte e o próprio sector dos transportes assumem alguma

importância relativa. O mesmo acontece em relação à produção de energia. Todos estes aspectos tornam-se claramente evidentes através da análise dos quocientes de localização (Gráfico 2-20).

GRÁFICO 2-20:
Quocientes de Localização nos Concelhos da Península de Setúbal, 2004



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

As diferenças na especialização produtiva entre o Barreiro e os restantes concelhos que integram a Península de Setúbal tornam-se mais evidentes quando se faz uma análise caso a caso. Em Alcochete, as actividades industriais possuem um peso importante (sobretudo, na indústria metálica e na indústria da madeira e papel), mas a agricultura também permanece como actividade relevante. Em Almada, sobressai o peso das actividades ligadas ao turismo (alojamento e restauração e outros serviços) e dos serviços às empresas. Na Moita, destaca-se, sobretudo, o peso da indústria metálica. No Montijo, releva a importância da agricultura, das indústrias alimentares e da indústria da madeira e do papel. Já em Palmela, fruto da presença da Auto-Europa, destacam-se a indústria dos materiais de transporte, a indústria metálica e a indústria eléctrica e electrónica. No Seixal, sobressai a importância da indústria metálica e da indústria eléctrica e

electrónica. Em Sesimbra, toda a actividade económica está muito centrada nos serviços, não existindo tradição industrial muito relevante. Por último, em Setúbal, releva a importância da indústria metálica e dos serviços às empresas (Quadro 2-5).

QUADRO 2-5:
Especialização Produtiva do Emprego nos Concelhos da P. de Setúbal, 2004

	Alcochete	Almada	Barcelos	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Agricultura	7,7%	0,3%	0,0%	2,7%	7,7%	2,6%	0,3%	3,0%	1,5%
Indústrias Extractivas	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	3,0%	0,1%
Indústrias Alimentares	2,4%	1,5%	2,8%	4,2%	7,4%	5,5%	2,5%	1,8%	2,6%
Ind. Têxtil e Vestuário	0,2%	1,0%	0,3%	0,7%	0,1%	0,2%	0,9%	0,0%	0,1%
Ind. Madeira e Papel	5,7%	1,6%	2,9%	2,5%	5,8%	1,4%	2,4%	1,9%	4,0%
Indústria Química	3,1%	0,1%	6,0%	1,0%	1,0%	3,8%	1,8%	0,0%	2,3%
Ind. Mat. Construção	0,8%	0,3%	0,2%	0,6%	2,2%	0,4%	0,3%	1,2%	1,4%
Indústria Metálica	11,2%	1,9%	3,5%	11,1%	1,8%	4,4%	5,5%	2,4%	3,8%
Ind. Eléctrica e Electrónica	0,0%	1,3%	0,8%	0,6%	0,8%	8,2%	7,9%	0,0%	1,1%
Ind. Mat. Transporte	0,0%	0,6%	2,7%	0,1%	0,0%	21,2%	2,0%	0,2%	2,9%
Utilities	0,3%	0,2%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	1,5%
Construção	15,5%	12,9%	9,7%	21,2%	10,7%	11,0%	19,6%	30,2%	8,9%
Comércio e Rep. Auto	26,3%	25,8%	27,9%	23,2%	29,0%	16,5%	24,8%	18,3%	20,6%
Alojamento e Restauração	9,7%	11,4%	7,7%	6,6%	6,2%	3,5%	6,5%	10,1%	7,5%
Transportes	4,3%	4,3%	5,7%	1,1%	4,6%	4,4%	2,2%	4,8%	6,5%
Comunicações	0,0%	0,8%	1,2%	0,6%	0,5%	0,3%	0,7%	0,5%	0,9%
Sector Financeiro	1,0%	2,3%	1,9%	1,9%	1,9%	0,6%	1,5%	1,4%	1,8%
Sector Imobiliário	1,2%	1,0%	1,0%	0,8%	0,9%	0,3%	0,9%	2,5%	1,0%
Serviços às Empresas	3,6%	15,5%	11,1%	8,4%	6,6%	8,5%	9,0%	6,3%	19,9%
Outros Serviços	7,0%	17,1%	13,7%	12,9%	12,8%	7,1%	10,9%	12,0%	11,7%

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

CAIXA DE TEXTO 2-4: Tipologia de Classificação por Factores Chave de Competitividade

A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década^(*), traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma

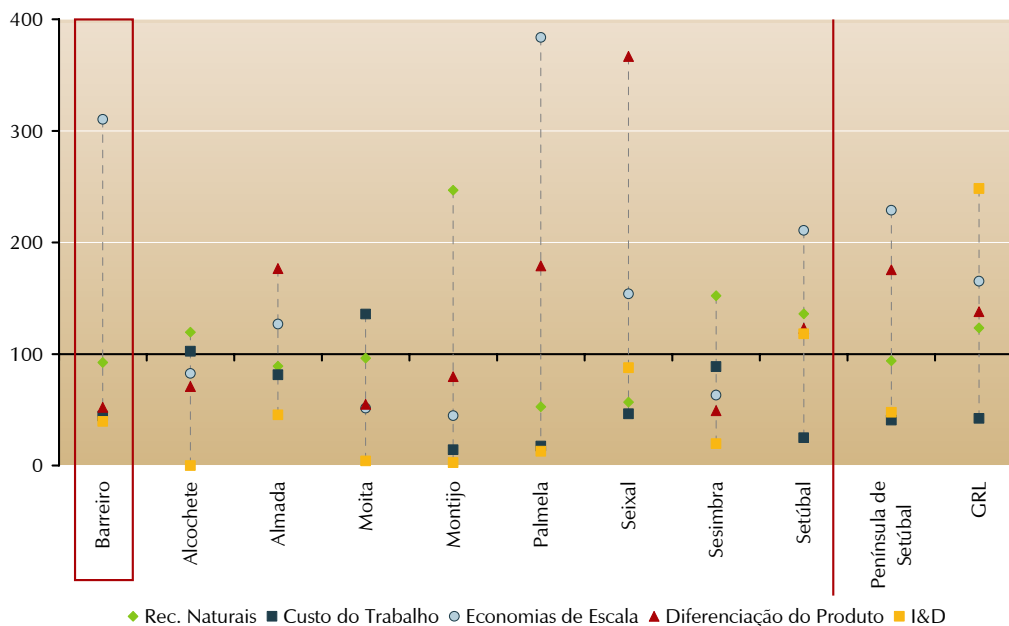
vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor-Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na cadeia de valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, "sourcing") no acesso aos recursos naturais	Produtos alimentares, bebidas, tabaco, couro, madeira, mobiliário e cortiça, pasta e papel, refinação de petróleo, cimento e outros materiais de construção
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Têxteis, vestuário, calçado, mobiliário, metalurgia dos não ferrosos e produtos metálicos
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Artes gráficas, produtos químicos industriais, borracha e plásticos, cerâmica e vidro, siderurgia, construção naval, automóvel e componentes, material ferroviário
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Máquinas não eléctricas e equipamentos, máquinas e aparelhos eléctricos (excluindo material de telecomunicações e semicondutores)
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, semicondutores e material de telecomunicações, aeroespacial e aeronáutica, instrumentos científicos e de precisão

^(*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

Tomando por referência a tipologia desenvolvida pela OCDE na década de 90 que permite classificar os sectores industriais segundo os factores-chave que determinam a sua competitividade, verifica-se que o Barreiro possui uma especialização produtiva muito centrada em indústrias onde a exploração de economias de escala é o aspecto mais determinante da sua competitividade. Este padrão, igualmente partilhado pelos concelhos de Palmela e de Setúbal, corresponde ao padrão central da Península de Setúbal como um todo. Diferentemente, no Seixal e em Almada, o principal factor-chave de competitividade da indústria é a diferenciação do produto. Já no Montijo, Sesimbra e Alcochete, são os recursos naturais. Na Moita, é o custo do trabalho (Gráfico 2-21).

GRÁFICO 2-21:
Especialização da Indústria por Factores Chave de Competitividade, 2004
Índice: PT=100



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal

Tomando por referência a tipologia desenvolvida pela OCDE em finais da década de 90 que permite classificar os sectores industriais segundo o seu grau de intensidade tecnológica, verifica-se que o Barreiro possui uma especialização produtiva muito centrada em sectores de média-alta tecnologia. Trata-se de um padrão único no contexto da Península de Setúbal. Palmela, Setúbal, Alcochete, Almada e Seixal dividem a sua especialização entre sectores de alta, média-alta e média baixa tecnologia. Sesimbra está especializada em sectores de média-baixa tecnologia e o Montijo em sectores de baixa tecnologia (Gráfico 2-22).

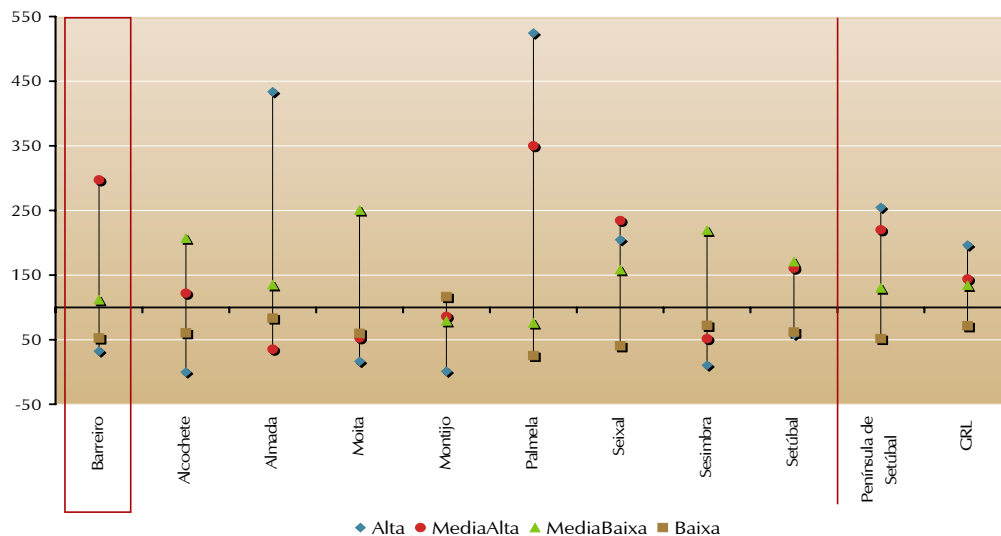
CAIXA DE TEXTO 2-5: Tipologia de Classificação por Graus de Intensidade Tecnológica

A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue, também, a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente^(*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de Média-Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

GRÁFICO 2-22:
Especialização da Indústria por Graus de Intensidade Tecnológica, 2004
Índice: PT=100



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos DEEP, Quadros de Pessoal, 2004

Do ponto de vista da dinâmica empresarial recente, o concelho do Barreiro apresenta uma evolução muito tímida e comparativamente pior do que a média da Península de Setúbal e do que a média do país como um todo. Com efeito, entre 1998 e 2004, o número de empresas, o número de estabelecimentos e o emprego por conta de outrem cresceram no Barreiro a uma taxa média anual de 2,6%, 1,4% e -1,4%, respectivamente. Na Península de Setúbal, estes três indicadores cresceram a uma taxa média anual de 3,8%, 3,2% e 1,0%, respectivamente. Em Portugal, cresceram a uma taxa média anual de 3,3%, 3,0% e 1,0%, respectivamente(Quadro 2-6).

QUADRO 2-6:
Caracterização Geral do Dinamismo Empresarial do Barreiro, 1998-2004

	Empresas			Estabelecimentos			Emprego (nos estabelecimentos)		
	1998	2004	TMAC 98/04	1998	2004	TMAC 98/04	1998	2004	TMAC 98/04
	Nº		%/ano	Nº		%/ano	Nº		%/ano
Portugal	256.927	312.939	3,3%	304.536	362.892	3,0%	2.722.778	2.898.623	1,0%
GRL	106.198	127.208	3,1%	128.524	149.577	2,6%	1.159.243	1.244.806	1,2%
P. Setúbal	13.725	17.183	3,8%	17.239	20.885	3,2%	144.397	153.033	1,0%
Barreiro	1.273	1.482	2,6%	1.765	1.916	1,4%	13.380	12.324	-1,4%
% P. Setúbal no País	5,3%	5,5%		5,7%	5,8%		5,3%	5,3%	
% Barreiro na P. Setúbal	9,3%	8,6%		10,2%	9,2%		9,3%	8,1%	

Nota: TMAC 98/04 representa a taxa média anual de crescimento entre 1998 e 2004.

Fonte: AM&A, com base em dados do SILATEE

Fruto desta performance, o concelho do Barreiro perdeu importância relativa em termos de localização empresarial na Península de Setúbal e em Portugal como um todo. O peso relativo do total das empresas existentes no concelho do Barreiro na Península de Setúbal, por exemplo, caiu de 9,3% para 8,6%; o peso dos estabelecimentos diminuiu de 10,2% para 9,2%; o peso do emprego por conta de outrem reduziu-se de 9,3% para 8,1%. Este comportamento é, por si só, negativo. Todavia, mostra-se ainda mais desvantajoso quando constatamos que, no período em análise, a Península de Setúbal melhorou a sua posição no contexto do país (Quadro 2-6).

QUADRO 2-7:
Dinamismo Empresarial nos Concelhos da Península de Setúbal, 1998-2004

	Empresas			Estabelecimentos			Emprego*		
	1998	2004	TMAC 98/04	1998	2004	TMAC 98/04	1998	2004	TMAC 98/04
	Número		%/ano	Número		%/ano	Número		%/ano
P. Setúbal	13.725	17.183	3,8%	17.239	20.885	3,2%	144.397	153.033	1,0%
Barreiro	1.273	1.482	2,6%	1.765	1.916	1,4%	13.380	12.324	-1,4%
Alcochete	337	370	1,6%	397	507	4,2%	2.874	4.408	7,4%
Almada	3.481	3.972	2,2%	4.256	4.810	2,1%	31.141	32.522	0,7%
Moita	1073	1.197	1,8%	1.331	1.385	0,7%	8.171	7.071	-2,4%
Montijo	972	1.325	5,3%	1.196	1.710	6,1%	9.570	12.098	4,0%
Palmela	920	1.469	8,1%	1.173	1.747	6,9%	19.526	22.027	2,0%
Seixal	2.465	3.302	5,0%	2.948	3.836	4,5%	24.553	24.870	0,2%
Sesimbra	890	1.247	5,8%	1.047	1.406	5,0%	6.616	8.036	3,3%
Setúbal	2.314	2.819	3,3%	3.126	3.568	2,2%	28.566	29.677	0,6%

Legenda: TMAC 98/04 > percentil 75 das observações concelhias (empresas = 5,9%, estab. = 5,5%; emprego=2,4%)

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do SILATEE

Centrando agora a atenção na dinâmica empresarial individual dos concelhos congêneres do Barreiro que integram a Península de Setúbal, verifica-se que os concelhos que evidenciam maiores ritmos de crescimento anual do número de empresas, estabelecimentos e emprego, no período 1998-2004, diferem daqueles que constituem os principais pólos de localização económica da região da Península de Setúbal (Almada, Seixal e Setúbal), o que sinaliza uma tendência de aumento da convergência interna. Em termos específicos, como se pode observar pelo Quadro 2-7, observa-se o seguinte:

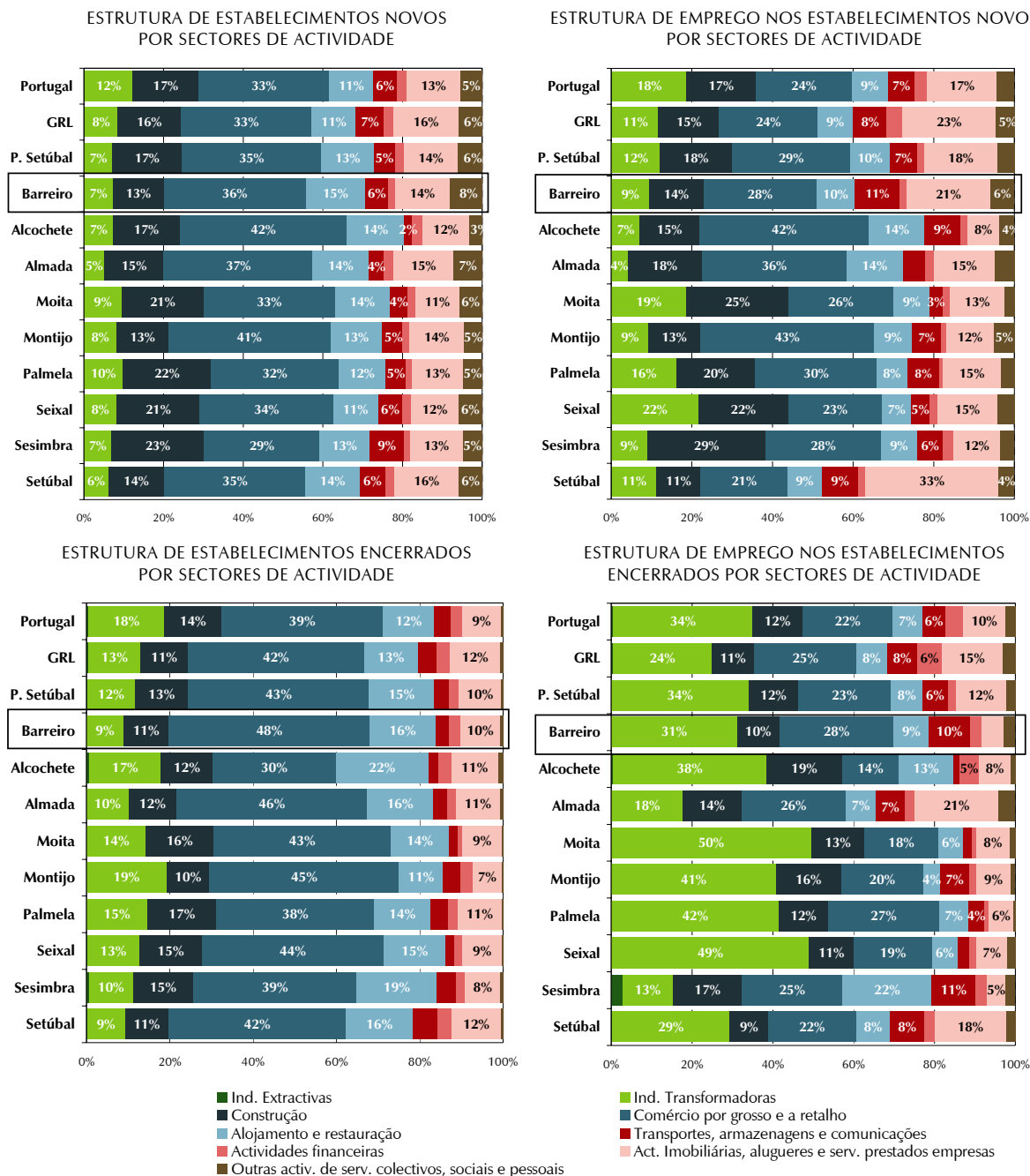
- Os concelhos de Alcochete, Montijo, Palmela e Sesimbra são aqueles que apresentam os melhores ritmos de crescimento médio anual do número de empresas, do número de estabelecimentos e do emprego por conta de outrem. Fruto deste comportamento, estes concelhos viram aumentar o peso das suas empresas e dos seus estabelecimentos na Península de Setúbal de 23%, em 1998, para 26%, em 2004, e o peso do emprego por conta de outrem de 27% para 30%.

- ▶ Os concelhos de Almada, Seixal e Setúbal apresentam uma dinâmica global de criação de empresas, estabelecimentos e emprego próxima da média da Península de Setúbal (embora ligeiramente abaixo), situação que os deixa numa posição relativa claramente estável nesta região durante o período em análise. Com efeito, o peso das empresas e dos estabelecimentos destes três concelhos no total da Península de Setúbal passou de 60%, em 1998, para 59%, em 2004, e o peso do emprego passou de 58% para 57%.
- ▶ Os concelhos da Moita e do Barreiro são aqueles que apresentam a pior performance no conjunto da Península de Setúbal nos indicadores em análise. Em consequência, entre 1998 e 2004, estes concelhos viram o peso das suas empresas na Península de Setúbal reduzir-se de 17% para 16%, o peso dos seus estabelecimentos de 18% para 16% e o peso do emprego por conta de outrem de 15% para 13%.

Ainda assim, a dinâmica empresarial de encerramento e criação de empresas e estabelecimentos vivida em anos recentes introduziu algumas alterações significativas na hierarquia dos sectores de actividade com mais peso no Barreiro e nos restantes concelhos que compõem a Península de Setúbal. No caso concreto do Barreiro, parece claro que esta dinâmica empresarial tem vindo a favorecer o reforço das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, das actividades associadas a transportes, armazenagem e comunicações e das actividades ligadas a outros serviços na sua estrutura de actividade económica. O reverso da medalha parece ter-se feito sentir sobretudo ao nível do comércio e das indústrias transformadoras. Neste ponto, é de salientar a elevada dimensão média dos estabelecimentos industriais encerrados no concelho do Barreiro, facto que contribuiu, de forma significativa, para explicar a destruição líquida de emprego na indústria transformadora. Em contraposição, interessa também evidenciar a diminuta dimensão dos estabelecimentos encerrados no comércio (Gráfico 2-23).

GRÁFICO 2-23:

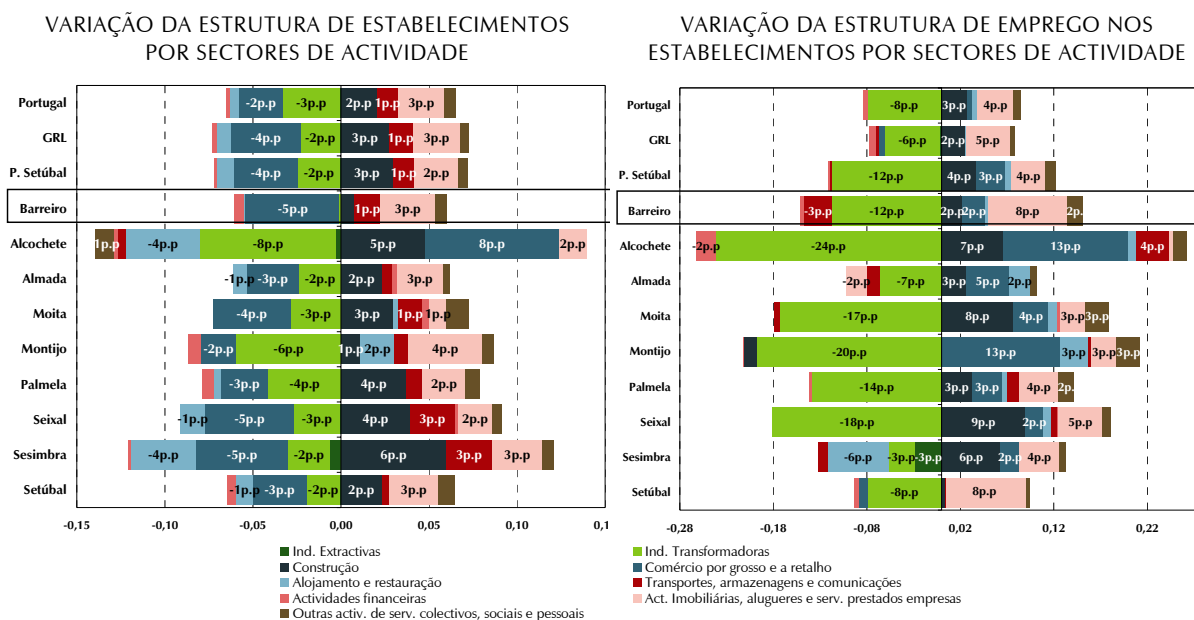
Distribuição Sectorial dos Estabelecimentos Novos e Encerrados nos Concelhos da Península de Setúbal, 1998-2004



Fonte: AM&A, com base em dados do SILATEE

O padrão de evolução mais geral nos concelhos que integram a Península de Setúbal não parece diferir de forma significativa daquela que marcou o Barreiro em anos recentes. Neste padrão, sobressai igualmente a superioridade do peso do comércio e da indústria transformadora na estrutura de estabelecimentos encerrados face à estrutura de estabelecimentos novos, bem como a superioridade do peso das actividades ligadas ao imobiliário, alugueres e serviços prestados às empresas, das actividades associadas a transportes, armazenagem e comunicações e das actividades ligadas a outros serviços na estrutura de estabelecimentos novos face à estrutura de estabelecimentos encerrados.

GRÁFICO 2-24:
Mudanças na Estrutural Sectorial da Economia nos Concelhos da Península de Setúbal, 1998-2004



Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do SILATEE

Uma das consequências práticas desta dinâmica para o Barreiro e para os restantes concelhos que integram a Península de Setúbal traduziu-se por uma reconfiguração importante do peso de alguns sectores nas economias destes concelhos. No Barreiro, entre 1998 e 2004, o peso do número de estabelecimentos ligados ao comércio diminuiu 5 pontos percentuais no total dos estabelecimentos existentes e o peso do número de

estabelecimentos ligados às indústrias transformadoras também sofreu uma redução marginal de 0.1 pontos percentuais. Em contrapartida, nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, aquele indicador registou um aumento de 3 pontos percentuais e nas actividades de transportes, armazenagem e comunicações registou um aumento de 1 ponto percentual (Gráfico 2-24).

CAIXA DE TEXTO 2-6: Mudanças na Estrutura das Indústrias Transformadoras no Concelho do Barreiro, 1998-2004

Em termos agregados, a análise dos impactos da dinâmica empresarial sobre as indústrias transformadoras instaladas no Barreiro aponta para uma redução do peso dos estabelecimentos em 0.1 pontos percentuais e do peso do emprego em 12 pontos percentuais. A análise mais fina destes impactos permite concluir que esta contracção do peso das indústrias transformadoras na estrutura produtiva do Barreiro se manifestou, sobretudo, na indústria química, embora também sejam visíveis quebras com algum significado na indústria de material de transporte, na indústria metálica e na indústria têxtil.

Indústrias Transformadoras	Estabelecimentos			Emprego		
	1998	2004	Var. 98/04	1998	2004	Var. 97/04
DA - Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	1,3%	0,8%	-0,5 p.p	1,7%	3,1%	+1,4 p.p
DB - Indústria Têxtil	0,6%	0,5%	-0,1 p.p	1,1%	0,4%	-0,7 p.p
DC - Indústria do Couro e de Produtos do Couro	0,0%	0,0%	0,0 p.p	0,0%	0,0%	0,0 p.p
DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,5%	0,5%	0,0 p.p	1,8%	1,9%	+0,1 p.p
DE - Indústria de Pasta, Papel, Cartão; Edição e Impressão	0,9%	1,0%	+0,1 p.p	0,6%	0,5%	-0,1 p.p
DF - Fab. de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados, etc.	0,0%	0,0%	0,0 p.p	0,0%	0,0%	0,0 p.p
DG - Fab. Prod. Químicos e de Fibras Sint. ou Artificiais	0,9%	0,8%	-0,1 p.p	15,0%	4,8%	-10,2 p.p
DH - Fab. de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	0,2%	0,3%	+0,1 p.p	1,7%	1,2%	-0,5 p.p
DI - Fab. de Outros Produtos Minerais não Metálicos	0,4%	0,2%	-0,2 p.p	0,3%	0,2%	-0,1 p.p
DJ - Ind. Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	1,8%	1,7%	-0,1 p.p	4,5%	3,5%	-1,0 p.p
DK - Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	0,4%	0,6%	+0,2 p.p	0,2%	0,3%	+0,1 p.p
DL - Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica	0,4%	0,5%	+0,1 p.p	0,9%	0,8%	-0,1 p.p
DM - Fabricação de Material de Transporte	0,4%	0,4%	0,0 p.p	4,2%	2,9%	-1,3 p.p
DN - Indústrias Transformadoras, N.E.	0,8%	1,1%	+0,3 p.p	0,8%	1,4%	+0,6 p.p

Por outro lado, esta análise mais fina também permite verificar que, embora de forma tímida, existem algumas indústrias transformadoras onde a dinâmica empresarial tem produzido uma evolução contrária ao sector como um todo. A este nível, destaca-se, sobretudo, a indústria alimentar onde se detecta uma consolidação do número de estabelecimentos que tem vindo a ser acompanhada pela criação líquida de emprego. Mas existem igualmente alguns sinais positivos na indústria da madeira e papel, na indústria de fabricação de máquinas e equipamentos e nas indústrias transformadoras n.e.

Ao nível do emprego, verificou-se uma quebra de 12 pontos percentuais no peso das indústrias transformadoras (o que indicia o encerramento de grandes empresas) e uma quebra de 3 pontos percentuais nas actividades ligadas aos transportes, armazenagem e comunicações, aparentemente em resultado de um processo de redução da dimensão média dos estabelecimentos neste sector. Pela positiva, observa-se um aumento de 8 pontos percentuais nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e um aumento de 2 pontos percentuais nas actividades ligadas ao comércio e nas actividades ligadas à construção. Nos restantes concelhos, as consequências não foram muito diferentes (Gráfico 2-24).

CAIXA DE TEXTO 2-7:

Mudanças na Estrutura do Comércio no Concelho do Barreiro, 1998-2004

Em termos agregados, a análise dos impactos da dinâmica empresarial sobre o comércio no Barreiro aponta para uma redução do peso dos estabelecimentos em 5 pontos percentuais, que se fez acompanhar por um aumento do peso do emprego em 2 pontos percentuais, o que revela um claro processo de consolidação do sector.

Comércio	Estabelecimentos			Emprego		
	1998	2004	Var. 98/04	1998	2004	Var. 97/04
51 - Comércio por Grosso	5,7%	8,0%	+2,3%	4,4%	6,5%	+2,1%
52 - Comércio a Retalho	30,3%	21,0%	-9,3%	17,0%	12,9%	-4,1%

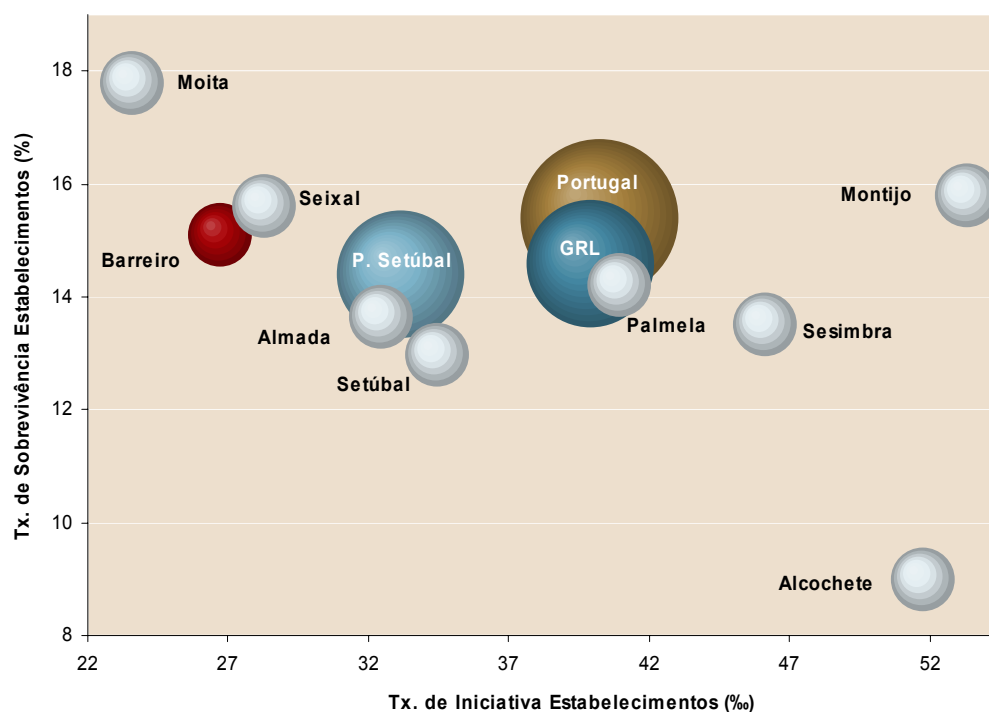
A análise mais fina destes impactos permite concluir que este processo de consolidação tem incidido, essencialmente, no comércio a retalho. Diferentemente, ao nível do comércio por grosso, é visível uma dinâmica bastante acelerada de criação líquida de estabelecimentos e de emprego.

Os impactos da dinâmica empresarial registada em anos recentes no Barreiro e nos restantes concelhos que compõem a Península de Setúbal também se fizeram sentir nas características do tecido empresarial e do grau de maturidade que atinge os estabelecimentos em actividade, designadamente em resultado dos movimentos de turbulência ocorridos (criação, encerramento ou deslocalização de estabelecimentos). A este nível, a comparação entre “nível de dinamismo efectivamente atingido” e o “grau potencial de dinamismo” que poderia ter sido atingido permite posicionar cada uma das realidades territoriais em termos do seu grau de iniciativa (que relaciona o número de novos estabelecimentos com o universo de trabalhadores potencialmente responsáveis

pela criação de um novo estabelecimento, isto é, com a população activa) e do seu grau de sucesso empresarial (% de estabelecimentos novos que atingem os três primeiros anos completos de vida).

GRÁFICO 2-25:

Taxa de Iniciativa e Taxa de Sobrevivência de Estabelecimentos nos Concelhos da Península de Setúbal, 2004



Taxa de Sobrevivência - relação entre o número de estabelecimentos que se mantêm em actividade durante pelo menos 3 anos de vida e o número de novos estabelecimentos criados no período.

Taxa de Iniciativa - relação entre o número de novos estabelecimentos criados e a população activa.

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do SILATEE

Nesta matéria, o posicionamento relativo do Barreiro é nitidamente dual. Por um lado, o Barreiro é um dos concelhos da Península de Setúbal com taxas de sobrevivência dos seus estabelecimentos mais elevadas, o que, em princípio, é um facto positivo. Por outro lado, depois da Moita, o Barreiro é o concelho que apresenta o nível de iniciativa mais reduzido, o que é um facto claramente negativo. Na verdade, é um facto negativo que é muito preocupante, uma vez que se constata que a própria posição da Península de

Setúbal nesta matéria fica substancialmente aquém da que existe no país como um todo (Gráfico 2-25).

Neste quadro, torna-se óbvio que o Barreiro necessita urgentemente de potenciar a sua dinâmica de iniciativa empresarial. Assumindo um cenário em que, a breve prazo, o Barreiro consegue melhorar significativamente a sua capacidade de atracção para novas empresas e novos investimentos, achamos que este concelho terá condições, desde logo, para reforçar a sua tradição na indústria química e metálica, sobretudo nos segmentos mais leves e limpos do negócio. Por outro lado, consideramos que, no conjunto dos concelhos vizinhos do Barreiro que integram a Península de Setúbal, existem empresas suficientemente fortes e competitivas em sectores que podem alavancar a diversificação e modernização económica no território barreirense. Por último, acreditamos que a centralidade do Barreiro face à Grande Lisboa também pode ser usada estrategicamente para induzir o “upgrading” das actividades ligadas ao comércio por grosso já existentes neste concelho e a emergência de uma logística ligeira e pesada de nova geração.

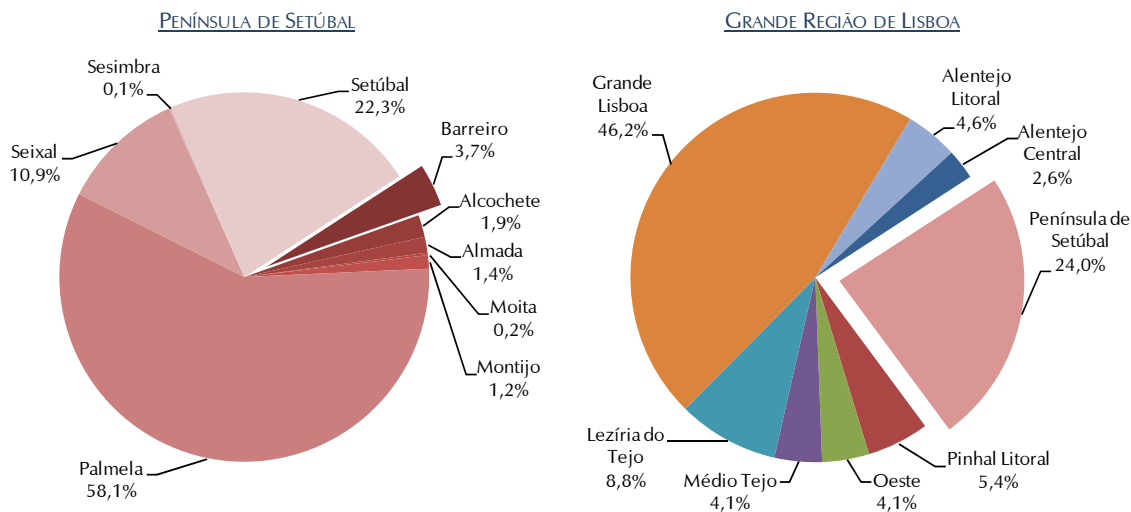
2.1.5. Comércio Internacional

Do ponto de vista das saídas de mercadorias para o exterior, o Barreiro posiciona-se como o quarto concelho mais exportador da Península de Setúbal, embora a grande distância do principal pólo exportador da região onde se encontra inserido que é Palmela. O seu posicionamento nesta matéria está claramente aquém da sua importância económica na NUTS III, uma vez que o Barreiro responde actualmente apenas por cerca de 3,7% do total das saídas (expedições e exportações) da Península de Setúbal. Em contrapartida, Palmela responde por 58,1%, Setúbal responde por 22,3% e o Seixal por 10,9% (Gráfico 2-26).

Esta observação torna-se totalmente evidente quando olhamos para a divergência de valores que existe ao nível do valor das saídas de mercadorias para o exterior por habitante em 2005 entre os concelhos mais importantes da Península de Setúbal. Este indicador vale 1.327 euros para o concelho do Barreiro, 5.145 euros para o concelho de Setúbal, 1.823 euros para o concelho do Seixal e 27.369 euros para o concelho de

Palmela. A única exceção neste conjunto de concelhos respeita a Almada, concelho que apresenta um nível residual de saídas *per capita* (Gráfico 2-27).

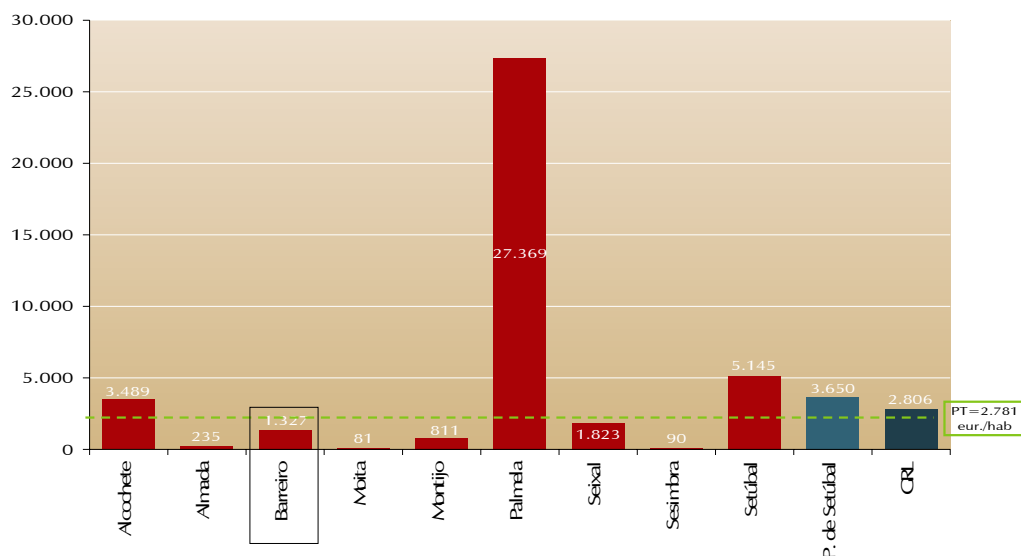
GRÁFICO 2-26:
Quotas de Saída da Península de Setúbal e dos seus Concelhos no Contexto da Grande Região de Lisboa, 2005



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

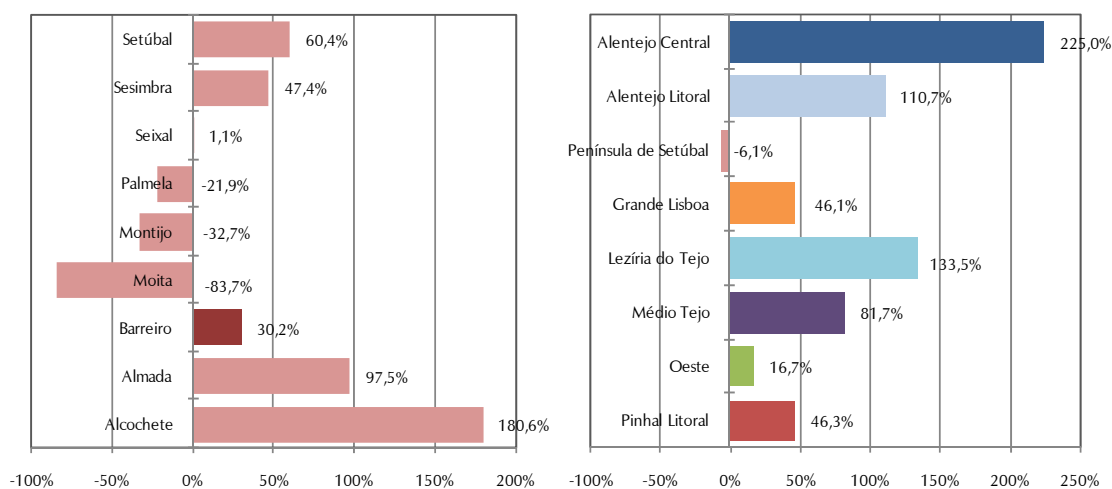
Em termos de evolução recente, verifica-se que as saídas de mercadorias para o exterior com origem no Barreiro apresentam um crescimento interessante quando comparado com a média da Península de Setúbal como um todo. Porém, quando comparado com alguns concelhos que integram esta NUTS III ou com algumas NUTS III que formam a Grande Região de Lisboa, este crescimento é claramente modesto. Concretamente, no período 1997-2005, as saídas (expedições+exportações) com origem no Barreiro cresceram 30,2% enquanto na Península de Setúbal caíram 6.1%. Mas neste mesmo período, este mesmo indicador cresceu 180,6% para Alcochete, 97,5% para Almada, 60,4% para Setúbal e 47,4% para Sesimbra. Em termos de regiões mais alargadas, destaca-se o crescimento de 225% no Alentejo Central, de 133,5% na Lezíria do Tejo, de 110,7% para o Alentejo Litoral e de 81,7% para o Médio Tejo (Gráfico 2-28).

GRÁFICO 2-27:
Saídas por Habitante nos Concelhos da Península de Setúbal, 2005



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional/Estimativas da População Residente

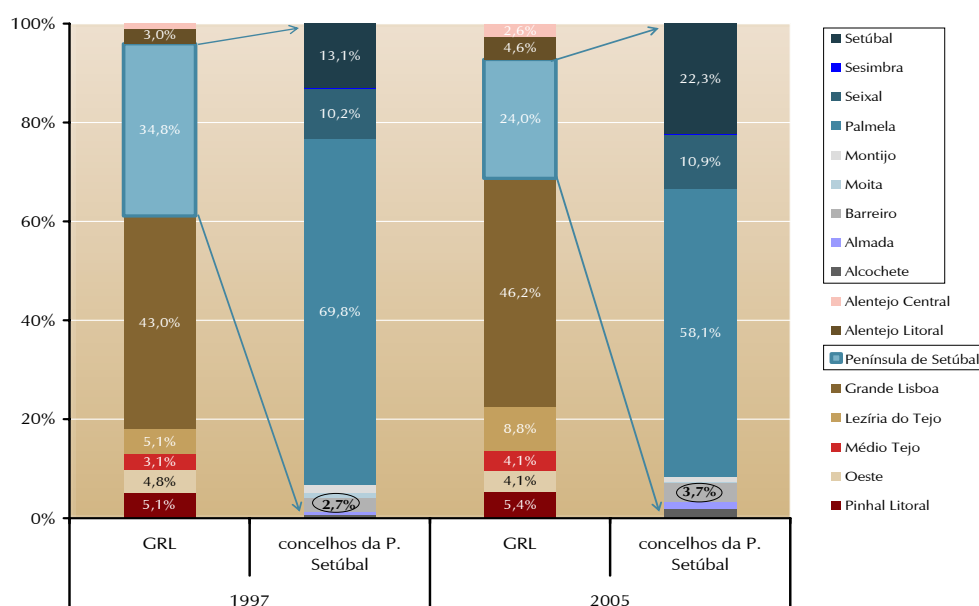
GRÁFICO 2-28:
Taxa de Variação das Saídas da Península de Setúbal e dos seus Concelhos no Contexto da Grande Região de Lisboa, 1997-2005



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Em consequência, entre 1997 e 2005, a quota das saídas de mercadorias para o exterior com origem no Barreiro no contexto da Península de Setúbal cresceu de 2,7% para 3,7%. Trata-se de uma evolução favorável, mas que dentro do contexto dos concelhos mais importantes da Península de Setúbal fica bastante aquém da performance conseguida a este nível pelo concelho de Setúbal (Gráfico 2-29).

GRÁFICO 2-29:
Quotas de Saída da Península de Setúbal e dos seus Concelhos no Contexto da Grande Região de Lisboa, 1997-2005

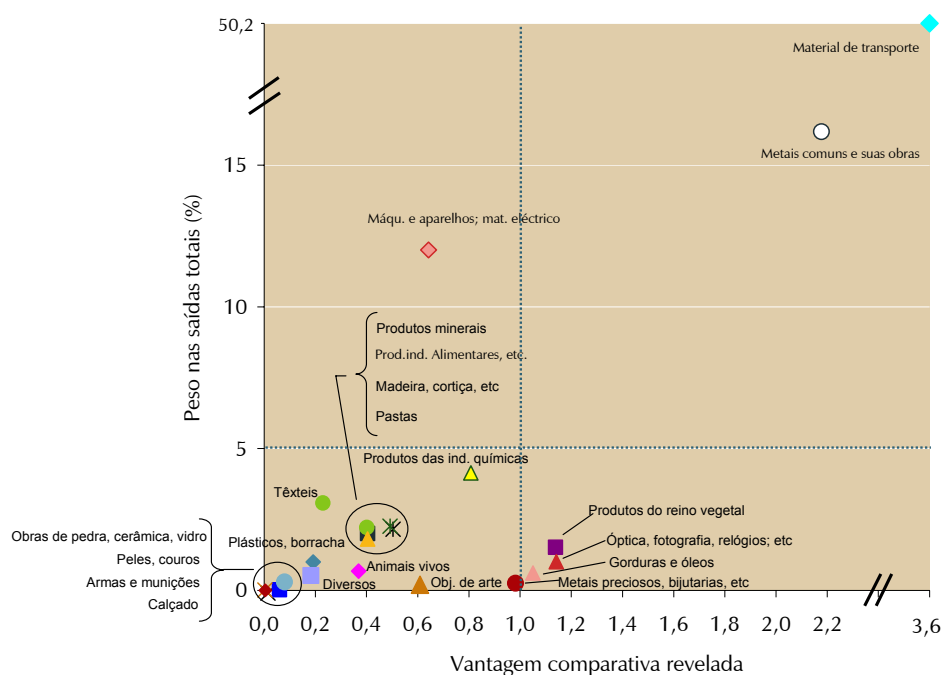


Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

No que respeita à especialização sectorial das saídas, a desagregação geográfica das estatísticas do comércio internacional só permite trabalhar dados ao nível de NUTS III, ou seja, para a Península de Setúbal como um todo. A este nível, como seria de esperar, verifica-se que as saídas estão muitíssimo concentradas no material de transporte, categoria que só por si responde por mais de 50% do total das saídas da Península de Setúbal. Com um peso muito menor, mas ainda assim representativo, aparecem os metais comuns e suas obras, as máquinas, aparelhos e material eléctrico, os produtos das indústrias químicas e os têxteis. Entre estas categorias de produtos, verifica-se que duas

possuem, incontestavelmente, vantagens comparativas reveladas: a categoria do material de transporte e a categoria dos metais comuns. Existem ainda algumas categorias com peso residual no total das saídas (produtos do reino vegetal; óptica, fotografia e relógios; gorduras e óleos) que apresentam igualmente vantagens comparativas reveladas com algum significado (Gráfico 2-30).

GRÁFICO 2-30:
Quotas de Saída “vs” Perfil de Especialização da Actividade Exportadora da Península de Setúbal, 2005



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados do INE – Estatísticas do Comércio Internacional

Cruzando estes dados das saídas de mercadorias para a Península de Setúbal com os dados da especialização produtiva desagregados ao nível do concelho (ver Quadro 2-5), podemos inferir, com alguma margem de certeza, que as saídas com origem no Barreiro estarão largamente concentradas nos produtos das indústrias químicas, respondendo por uma grande parte do peso que esta categoria de produtos ocupa no total das saídas da Península de Setúbal como um todo. Em paralelo, também parece seguro afirmar que o Barreiro responde por uma parte importante das saídas de gorduras e óleos. Por fim,

admite-se que o Barreiro possa contribuir (embora com contributos pouco significativos) para as saídas de metais comuns e suas obras, de material de transporte, de madeira e papel e de produtos das indústrias alimentares da região.

2.2. O Quimiparque no Contexto do Barreiro

2.2.1. Caracterização Geral do Quimiparque

O Quimiparque, no Barreiro, é uma enorme infra-estrutura de acolhimento empresarial que pertence à Quimiparque – Parques Empresariais, SA, uma empresa portuguesa que tem por vocação principal gerir e desenvolver parques empresariais. Actualmente, com 17 anos de existência, gere dois grandes parques empresariais em Portugal (um no concelho do Barreiro e outro em Estarreja) e detém ainda interesses num outro em Vendas Novas. Como se verá ao longo deste ponto, a história recente do Barreiro confunde-se e interpenetra-se com a história do Quimiparque e com a empresa que esteve na sua origem: a Companhia União Fabril (CUF).

FIGURA 2-7:
Panorâmica Aérea dos Parques Empresariais do Barreiro e de Estarreja

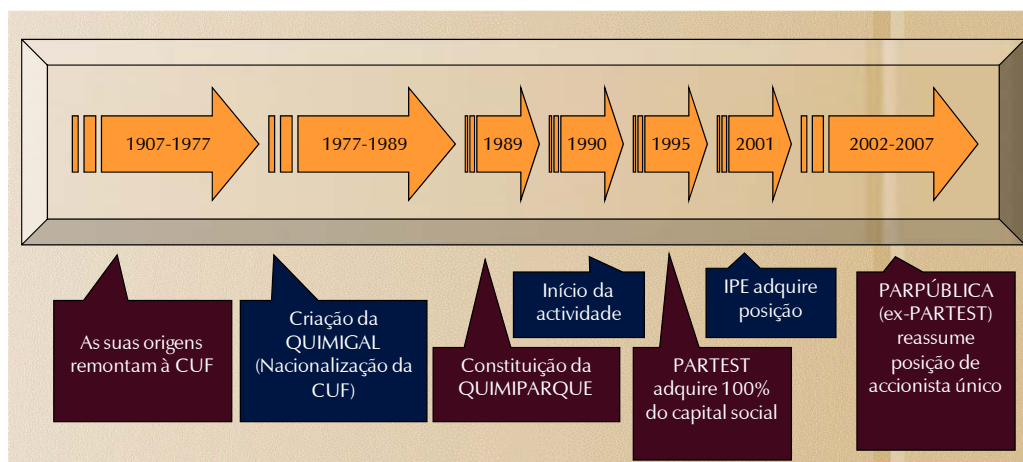


Fonte: Quimiparque, SA

A Quimiparque, SA, abraçou este tipo de negócio com a certeza de contar com quatro grandes trunfos: (i) Localização geográfica privilegiada dos seus dois parques, com forte tradição industrial e comercial em ambas as regiões; (ii) Variedade de oferta em espaços

de diferente natureza e dimensão, com um bom suporte de infra-estruturas e de serviços básicos; (iii) Aproveitamento de sinergias e oportunidade de protagonismo no desenho do ordenamento regional; (iv) Implantação dos órgãos de gestão da empresa nos próprios parques. Em finais de 2006, entre actividades industriais, comerciais e serviços, existiam mais de 400 empresas instaladas nos seus dois parques.

FIGURA 2-8:
Principais Marcos da História do Quimiparque, 1907-2007



Fonte: Quimiparque, SA

Enquanto estrutura de acolhimento empresarial, o Quimiparque foi fundado em finais de 1989. No entanto, como se pode ver pela Figura 2-8, as suas origens remontam a 1907, ano a partir do qual, sob a égide do industrial Alfredo da Silva, se começaram a construir no Barreiro as primeiras fábricas daquele que viria a ser um dos maiores complexos da indústria química nacional: o complexo da CUF. Em 1977, após a sua nacionalização e a dos outros dois produtores portugueses de adubos, operou-se uma fusão que deu origem à Quimigal. Esta empresa passou, assim, a dispor de dois outros complexos industriais – um dos quais situado em Estarreja. A actividade empresarial da Quimigal passou por diferentes fases ao sabor de conjunturas económicas, comerciais e sociais, até que, já sociedade anónima, foi alvo de uma reestruturação de que resultou a autonomização dos seus diversos negócios em empresas, parte das quais foram seguidamente privatizadas.

Foi neste quadro que, em 1989, a Quimiparque, SA, foi constituída. Esta empresa foi criada para gerir e potenciar os avultados bens patrimoniais em terrenos e edifícios anteriormente detidos pela Quimigal, bem como a completa rede de infra-estruturas que integravam os complexos industriais do Barreiro e de Estarreja, entretanto convertidos em parques empresariais. Com o início da actividade da Quimiparque em 1990, já com 40 empresas instaladas, começou-se a desenvolver um trabalho de recuperação de edifícios, renovação de arruamentos e equipamentos e reabilitação de áreas degradadas, melhorando, de forma sustentada, o meio ambiente e as condições de funcionamento das instalações. Este trabalho permitiu que se mantivessem em laboração as empresas que já estavam instaladas antes da constituição da Quimiparque, SA, e possibilitou, ao longo do tempo, o estabelecimento, nos seus dois parques empresariais, de mais de 400 novas empresas. Em consequência, assistiu-se à recuperação de mais de cinco milhares de postos de trabalho, facto que contribuiu de forma importante para atenuar os efeitos do emprego perdido com o decorrer do processo de reestruturação e reconversão que esteve na sua génese.

QUADRO 2-8:
Ficha Descritiva da Quimiparque, SA

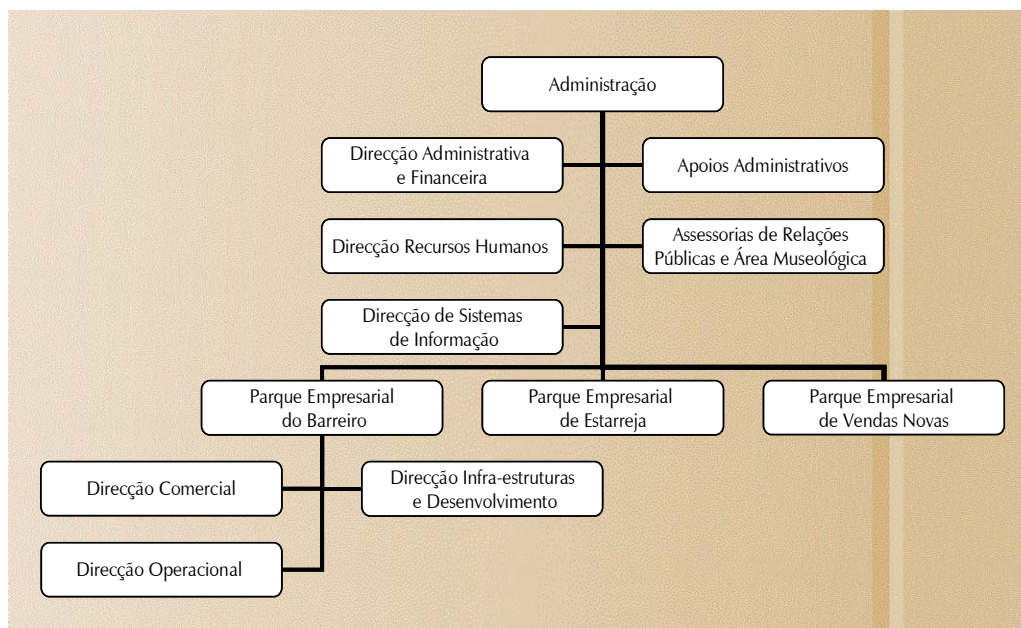
Nome Legal	Quimiparque – Parques Empresariais, SA
Morada	Largo Alexandre Herculano, C.P. 5001 2831 – 904 Barreiro
País	Portugal
Telefone	(+351) 212 067 600
Fax	(+351) 212 073 933
URL	http://www.quimiparque.pt
E-mail	p.freire@quimiparque.pt
CAE	70320
Presidente do Conselho de Administração	Dr. José Neto
Controlo Accionista	PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA

Fonte: Quimiparque, SA

Em 1995, a Partest – Participações do Estado, SGPS, SA, adquiriu a totalidade do capital social da Quimiparque, SA (58.858 milhares de euros), tornando-se accionista única da

empresa. Posteriormente, em 2001, a IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA, passou a deter a Quimiparque. Ainda em 2001, foi construído, em Vendas Novas, o primeiro de dois pavilhões na Área Quimiparque, disponibilizando 8 espaços com área de 236/180 metros quadrados cada para cedência por venda ou aluguer com condições flexíveis. Em Dezembro de 2002, a Quimiparque, SA, regressou para o controlo da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA (anterior Partest). Mais recentemente, em Novembro de 2004, a gestão do PEE foi cedida à APIParques – Gestão de Parques Industriais, SA, empresa do universo da API - Agência Portuguesa para o Investimento, também ela pertencente à holding Parpública. Contudo, em Abril de 2007, este contrato com a API foi cancelado, retomando a Quimiparque, SA, à gestão dos parques.

FIGURA 2-9:
Organograma da Quimiparque, SA

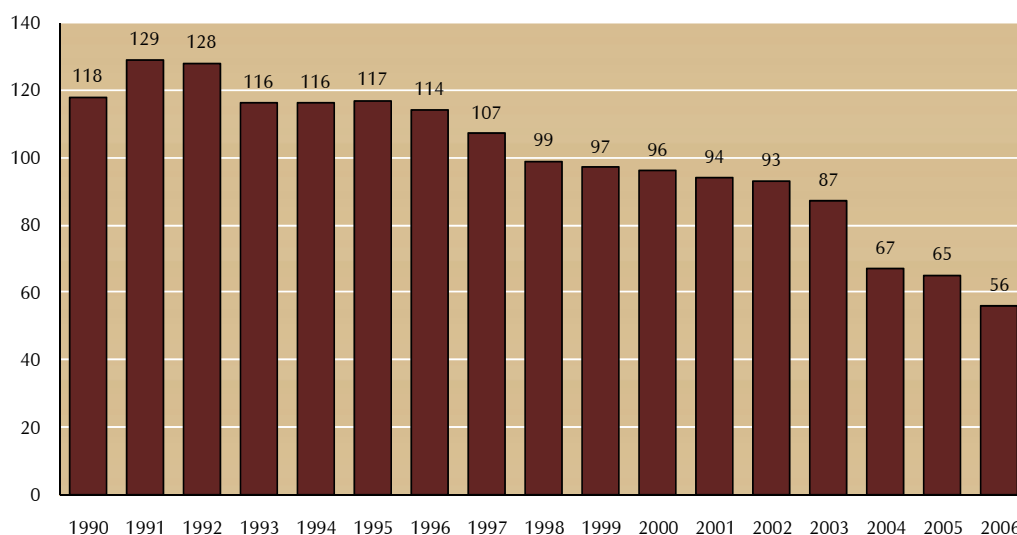


Fonte: Quimiparque, SA

Actualmente, a gestão da Quimiparque, SA, é assegurada através de uma estrutura orgânica funcional que tem como órgão de cúpula o Conselho de Administração, presidido pelo Dr. José Neto. Este órgão é coadjuvado na condução do destino dos Parques pela Direcção Administrativa e Financeira, pela Direcção de Recursos Humanos,

pela Direcção de Sistemas de Informação, pelas Assessorias de Relações Públicas e Área Museológica e, ainda, pelos Apoios Administrativos. O Conselho reúne informalmente todas as semanas e formalmente pelo menos uma vez por mês. Na governância do Parque Empresarial do Barreiro, as responsabilidades repartem-se entre os seguintes órgãos de gestão: Direcção Comercial, Direcção Operacional e Direcção de Infra-estruturas e Desenvolvimento (Gráfico 2-31).

GRÁFICO 2-31:
Evolução do Número de Efectivos da Quimiparque, 1990-2006



Fonte: Quimiparque, SA

No que toca ao quadro de pessoal da Quimiparque, SA, verifica-se que existe, desde 1991, um esforço grande de redução do seu número de efectivos. Entre 1991 e 2006, o número de efectivos passou de 129 para 56. Uma parte importante destes efectivos foi transferida para os quadros da APIParques, empresa que gere actualmente o Parque Empresarial de Estarreja. Em termos de estrutura de qualificações, entre 2000 e 2006, o peso dos colaboradores com formação superior existentes na empresa passou de 12,5% para 17,6%.

2.2.2. Oferta do Quimiparque

A área infraestrutural detida pela Quimiparque, SA, no Barreiro, a partir daqui designada por Quimiparque, representa aproximadamente um décimo da área total do concelho, estendendo-se por um território que ocupa sensivelmente 230 hectares, 25 dos quais se destinam a zonas verdes. O grosso desta área possui uma localização privilegiada junto à margem sul do Tejo, com uma ampla frente para Lisboa.

FIGURA 2-10:
Localização e Acessos ao Parque Empresarial do Barreiro (Quimiparque)



Fonte: Quimiparque, SA

Para além da vista, esta localização beneficia da existência de dois portos (um para carga geral e outro para movimentação e armazenamento de produtos líquidos) e de uma relativa proximidade ao aeroporto de Lisboa e mesmo à fronteira com Espanha. A partir dela, existem ligações rápidas à capital por auto-estrada e via rápida através das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama e pela frota de catamarãs da Soflusa, encontrando-se em fase de estudo a ligação ao Seixal através de uma ponte sobre o rio Coina. As ligações ao norte do país agilizam-se com a A13 (Marateca-Santarém). A futura ponte do Carregado-Benavente promete alargar ainda mais o leque de acessibilidades. Para além disso, está

prevista ainda a definição de um corredor consignado à futura terceira travessia sobre o Tejo e à passagem do metropolitano de superfície do Sul do Tejo (Figura 2-10).

FIGURA 2-11:
Caracterização do Património Edificado do Parque Empresarial do Barreiro

Edifício Tejo Espaços multiusos 140 m ² , 170 m ² e 210 m ² Pé-Direito de 4,5 a 8 metros 	Edifício Sado Espaços multiusos 120 m ² e 132 m ² Pé-Direito de 6 a 10 metros 	Edifício Guadiana Vários espaços 200 m ² e 400m ² Pé-Direito de 4,5 a 8 metros 
Edifício Mondego Espaços multiusos 140, 170 e 210 m ² Pé-Direito de 4,5 a 8 metros 	Edifício Douro Espaços multiusos 144 m ² Pé-Direito de 4 a 5 metros 	Edifício Arrábida Escritórios /Salas em condomínio 16 m ² 
Edifício Almansor Espaços multiusos áreas diversas Pé-Direito de 5 a 6 metros 	Edifício Côa Espaços multiusos Áreas diversas Pé-Direito de 5 metros 	Escritórios Escritórios / Salas em condomínio 60 a 200 m ² 
Edifício 153 Instalações sociais e escritórios Área de 1000 m ² Pé-Direito de 10 metros 	Espaços de Aluguer Temporário Aluguer de Curta Duração Áreas de 130 a 1400 m ² 	Estaleiros Áreas vedadas Espaços de 400 a 600 m ² 

Fonte: Quimiparque, SA

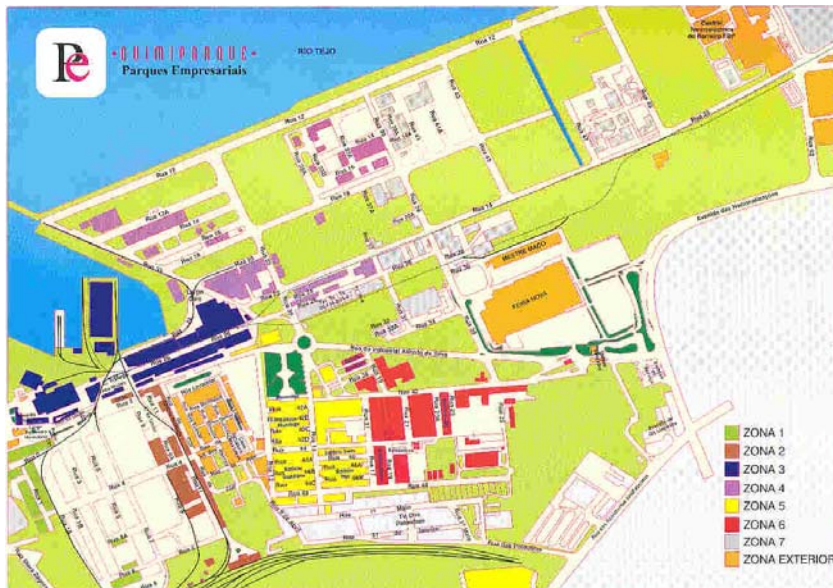
No seu interior, o Quimiparque é atravessado por uma vasta rede rodoviária asfaltada e por caminho-de-ferro com ligação à rede ferroviária nacional. Possui redes gerais de energia eléctrica, gás natural, água, telecomunicações, iluminação e esgotos.

Actualmente, o Quimiparque alberga 295 empresas dos mais diversos ramos da indústria, comércio e serviços, incluindo diversas escolas e centros de formação, designadamente a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (pólo do Instituto Politécnico de Setúbal). No entanto, prevê-se para breve o desaparecimento de algumas destas empresas ou a sua deslocalização para outras zonas do concelho num processo gradual que entronca numa incontornável requalificação da antiga área industrial da Quimigal/CUF. O Quimiparque reanimou a antiga zona da Quimigal, tornando-a rentável através da adaptação das instalações para pequenas e médias empresas. Criou infra-estruturas e demoliu edifícios de antigas empresas, procurando respeitar sempre o património histórico. Mas talvez seja a hora de abraçar desafios mais ambiciosos e democratizar esta parte da cidade, devolvendo-a às pessoas em geral e humanizando um espaço que tem vindo a ser desde há um século um lugar exclusivo de empresas.

Presentemente, o Quimiparque desenvolve a sua actividade em três grandes segmentos de negócio: actividades relativas ao parque empresarial, promoção imobiliária e espaços museológicos. Ao nível do ***acolhimento empresarial***, o parque disponibiliza espaços muito variados para a instalação de novas empresas, desde pequenos escritórios até médias e grandes superfícies multi-usos ou armazéns, com dimensões que variam entre poucos metros quadrados e os milhares de metros. Edifício Tejo, Edifício Sado, Edifício Guadiana, Edifício Mondego, Edifício Douro, Edifício Arrábida, Edifício Almansor, Edifício Côa, Escritórios, Edifício 153, Espaços de Aluguer Temporário e os Estaleiros são as denominações usadas para identificar e referenciar as várias estruturas de acolhimento empresarial existentes no parque (Figura 2-11).

Atendendo à sua dimensão, o parque encontra-se repartido em 8 Zonas, as quais tendem a oferecer aspectos distintos valorizados por grupos homogéneos de clientes (Figura 2-12). Assim, sensivelmente um quarto dos espaços locados situam-se na Zona Exterior. A Zona 5 – à semelhança da Zona 6 – reúne 20% dos espaços cedidos. Seguidamente, as zonas com maiores responsabilidades no acolhimento de empresas são a Zona 7 e a Zona 2, na medida em que cada uma reúne cerca de 10% dos espaços disponibilizados pelo parque (Gráfico 2-32).

FIGURA 2-12:
Identificação da Zonagem do Parque Empresarial do Barreiro

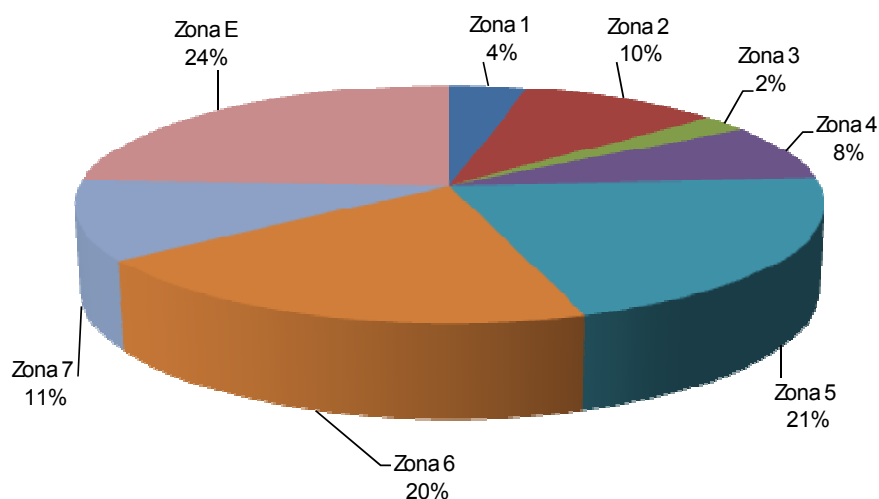


Fonte: Quimiparque, SA

As Zonas 1, 3 e 4 representam áreas infra-estruturadas pouco expressivas¹⁶ se nos cingirmos à variável “número de espaços locados”. No entanto, temos que ter presente que desconhecemos alguns parâmetros, facto que recomenda prudência nas ilações aduzidas. Por exemplo, relativamente à Zona 3, a qual representa apenas 2% no total dos contratos celebrados no parque, o inexpressivo valor assumido é eventualmente explicado pelo facto de se tratar de uma zona portuária cuja exploração exige áreas de elevada dimensão e, conseqüentemente, um reduzido número de superfícies disponíveis para locação (Gráfico 2-32).

¹⁶ Importa sublinhar o seguinte: i) referimo-nos a “número de espaços locados” ao invés de nos referirmos a “número de clientes” já que são vários os casos de clientes que alugam mais do que um espaço; ii) não estamos na posse de outros elementos relevantes que nos permitiriam deduzir ilações de uma forma mais consistente (e.g., área útil locada, por Zona vs. área útil disponível para acolhimento, por Zona; preço médio/m² praticado por Zona, etc.).

GRÁFICO 2-32:
Cedência de Espaços por Zona do Parque Empresarial do Barreiro, 2006

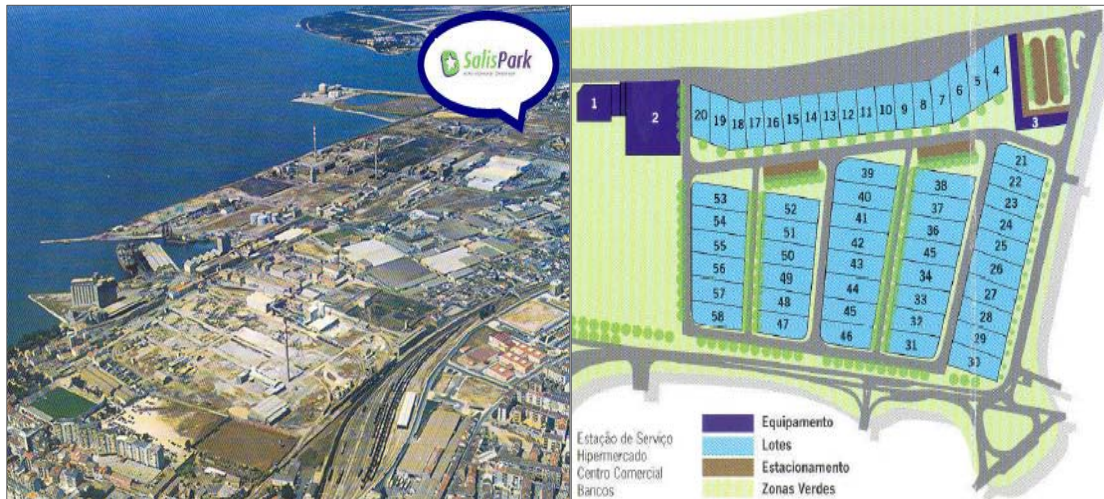


Fonte: Quimiparque, SA

Finalmente, resta-nos referir o Business Club existente no parque, também designado por Clube de Empresas. É uma das construções que sobressai de entre o património edificado do parque pelo facto de conseguir recriar, numa edificação antiga, devidamente restaurada, uma ambiência gastronómica com o requinte do mais luxuoso escritório. É, portanto, um espaço acolhedor, que confere um pano de fundo ideal para a concretização de importantes negócios.

Outro dos activos que não pode deixar de ser elencado ao já de si extenso património da Quimiparque é o SalisPark. O SalisPark é um espaço localizado na zona nascente do parque, com uma ampla frente para Lisboa e que integra 55 lotes para uso comercial, industrial e de serviços. O loteamento empresarial SalisPark compreende uma área total de lotes para venda de 52.500 m², à qual corresponde uma área de construção de 45.800 m², de arquitectura moderna e que oferece a opção à empresa-cliente de adquirir o lote com ou sem construção(Figura 2-13).

FIGURA 2-13:
Loteamento Empresarial SalisPark



Fonte: Quimiparque, SA

Esta estrutura é uma reminiscência do projecto de reconversão e requalificação da área do Quimiparque que teve como inspiração o Masterplan anunciado em 2003. Consiste num loteamento que se situa entre a Fábrica do Amoníaco e o hipermercado Feira Nova, que inclui 55 lotes que a empresa sob tutela do Ministério das Finanças pretende começar a vender para a implantação de actividades económicas diversas. Mais recentemente, o processo de comercialização conheceu uma nova dinâmica que resultou da celebração de um contrato de mediação imobiliária com a conhecida empresa Aguirre Newman Portugal – Mediação Imobiliária, Lda.

Para além do património infra-estrutural de que dispõe, e que tende a ser valorizado em virtude dos projectos que o rodeiam, o PEB inventaria ainda um singular património histórico-museológico. Fruto da actividade da antiga CUF, este património situa-se no que é hoje o PEB e distribui-se pelos seguintes pólos:

114
II

- *Bairros Operários da ex-CUF* (1908-1932). De toponímica característica, integrados a partir de 1989 no Quimiparque. Sobressaem os edifícios da Torre do Relógio e da Casa da Cultura.

- ▶ *Mausoléu de Alfredo da Silva* (1944). Monumento funerário em granito, com 12 metros de largo e 7 de altura, projectado pelo arquitecto Luís Cristino da Silva, com baixos-relevos do escultor Leopoldo de Almeida.
- ▶ *Casa-Museu Alfredo da Silva* (1907). Contém espólio proveniente da Fábrica Sol, em Alcântara. O 1º andar era utilizado por Alfredo da Silva quando este se deslocava ao Barreiro.
- ▶ *Museu Industrial* (1935) e *Centro de Documentação*. Veio, em Dezembro de 2004, valorizar o património museológico da Quimiparque através um espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa e um acervo documental e iconográfico considerável, numa central eléctrica desactivada (edifício característico dos anos trinta, recuperado e criteriosamente adaptado).

Actualmente, encontra-se em apreciação junto das instâncias competentes a criação de uma fundação ou outro órgão semelhante vocacionado para acolher a gestão do património histórico-museológico da Quimiparque, SA. Este processo de constituição duma fundação foi impulsionado pela inauguração do Museu Industrial, cujas especificidades aconselham competências e estruturas especiais. Os custos associados da área museológica tendem a revelar-se pouco expressivos e incluem-se no âmbito da responsabilidade social da empresa.

CAIXA DE TEXTO 2-8: Património Histórico-Museológico do Quimiparque

Casa-Museu Alfredo da Silva. Habitação onde perpassa a memória do fundador da CUF, foi enriquecida nos anos 90, já sob a égide da QUIMIPARQUE, mercê da transferência do espólio proveniente da Fábrica Sol, em Alcântara, na capital. O edifício começou por funcionar, em 1907, como escritório central da CUF, sendo o 1º andar utilizado por Alfredo da Silva quando se deslocava ao Barreiro. Nos anos sessenta, o escritório foi convertido em sala de recepção, albergando mais tarde a maquete do complexo industrial do Barreiro apresentada na F.I.L. como peça central da exposição comemorativa do centenário da CUF (1965). O 1º andar foi então objecto de remodelação e restauro.



Mausoléu de Alfredo da Silva. Os restos mortais de Alfredo da Silva (1871-1942) repousam num mausoléu mandado edificar pela sua família no antigo cemitério do Barreiro, que se situava junto das fábricas da CUF. O projecto, da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva, com baixos-relevos do escultor Leopoldo de Almeida, é um imponente monumento funerário em granito, com 12 metros de largo e 7 de altura, assente num envasamento circular e tendo como centro um sarcófago simbólico. Em 1963, a Câmara Municipal do Barreiro construiu um novo cemitério e procedeu ao levantamento do antigo, ficando apenas o mausoléu, enquadrado num arranjo arquitectónico de 1971.



Bairros operários. O primeiro bairro operário da CUF foi construído a partir de 1908 em terrenos a nascente das fábricas de ácido sulfúrico e de adubos. Em 1914, este bairro contava já com cinco extensos blocos de moradias, todas iguais, de rés-do-chão com pequeno quintal. O Bairro Novo foi edificado em 1932 e ocupava uma área idêntica - cerca de 30 mil metros quadrados - estendendo-se para norte. O equipamento social dos bairros integrava um lavadouro público com depósito de água privativo, a carvoaria (1908), a moagem de trigo e padaria (1908), a academia recreativa e musical (1911), a escola primária (1927). Do património edificado, sobressaem a Torre do Relógio e os edifícios da Casa da Cultura e do Clube de Empresas.



Museu Industrial e Centro de Documentação. O Museu foi criado pela QUIMIPARQUE com a intenção de deixar para as gerações futuras o legado histórico do que foi um dos mais importantes complexos químico-industriais da Europa em meados do século XX. Reúne um espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa e um acervo documental e iconográfico considerável, representativo de áreas como a química, a têxtil, a metalomecânica, a produção de energia, a segurança e higiene industrial, etc. O Museu Industrial encontra-se instalado na antiga Central Diesel, edifício de dimensões e características arquitectónicas adequadas ao fim em vista, datado de 1935, e cuja recuperação teve início em 1999. O Centro de Documentação é composto por uma Biblioteca, Sala de Leitura e Arquivo de Fotografias e documentos diversos.



O Quimiparque coloca à disposição das empresas e empresários um conjunto de soluções que assentam em várias linhas de orientação. Primeira, *flexibilidade e*

versatilidade contratual. Os contratos de cedência dos espaços são bastante flexíveis, no que diz respeito à sua duração, e são efectuados com um mínimo de formalidades, permitindo a instalação rápida do cliente. Por outro lado, os contratos de cedência de espaço prevêem, adicionalmente, modalidades alternativas ao aluguer como a disponibilização de lotes para venda.

Segunda, boa qualidade das infra-estruturas de base, assentes na oferta de uma completa rede de estradas e ruas asfaltadas, além de rede interna de caminho-de-ferro (ligado à rede nacional), redes eléctricas, de telecomunicações, de abastecimento de águas e esgotos. No que diz respeito a infra-estruturas portuárias, o Quimiparque dispõe de dois portos (um de carga geral e outro de movimentação de líquidos). Dispõe ainda de uma rede interna de gás natural.

Terceira, proximidade dos serviços prestados pela Quimiparque. O parque possui bombeiros privativos 24 horas por dia e serviço de portarias e vigilância estática. Um serviço de ambulâncias está também à disposição dos clientes. Por outro lado, a localização dos órgãos de gestão da Quimiparque, SA, nos próprios parques proporciona aos clientes um apoio constante no que se refere à sua instalação e funcionamento, bem como no acompanhamento dos procedimentos necessários para o licenciamento industrial (ou outro) do cliente.

Quarto, caixa postal na estação de correios instalada gratuitamente numa das entradas. Existem, para além dos já referidos, outros serviços de apoio, tais como o Clube de Empresas e o anfiteatro do edifício da Administração.

Quinta, variedade de serviços prestados por clientes já instalados. Desde o momento em que nasceu, foi pretensão da Quimiparque, SA poder disponibilizar todo o tipo de serviços dentro dos seus parques através de clientes instalados. Neste momento, pode-se afirmar que esse desiderato foi já atingido visto haver praticamente todo o tipo de serviços indispensáveis a um parque moderno, fornecidos por empresas-clientes, desde o

hipermercado ao ginásio, passando pelos serviços médicos, banco, estação de serviço, reparação de viaturas (Quadro 2-9).

QUADRO 2-9:
Principais Serviços Prestados por Clientes Instalados no Quimiparque

Banca	Banco “Millenium - BCP” – junto à Portaria do Lavradio 212 066 470
Correios	C.T.T. – Largo das Obras junto à Portaria Principal 212 068 770
Ensino	Instituto Politécnico – Rua Stinville nº 14 212 064 660
	“Rumo” Formação e Integração – Rua 19, nº 13 212 064 920
	Jardim de Infância / Berçário “Bambi” – Rua Lavoisier, nº 6 212 076 909
	Colégio “Fábrica das Brincadeiras” – Rua Lawes, nº 2-C 212 060 186
Estações de Serviço	GALP – Av. das Nacionalizações, junto à Portaria do Lavradio 212 074 427
Ginásio	Gimnoparque – Rua da CUF, nº 17 212 078 034
Hipermercado e Centro Comercial	Feira Nova – Av. das Nacionalizações 212 066 300
Materiais de Construção, Jardinagem e Bricolage	Mestre Maco – Av. das Nacionalizações 212 064 770
Papelaria	“Papelaria Universal” – Rua Gay Lussac, nº 11 212 067 100
	“Ircacil” – Rua 17, nº 11 212 075 308
Restaurantes e Snack-Bars	“Clube de Empresas” – Rua do Cinema da CUF 212 077 173
	Restaurante “Palácio Alfredo da Silva” – Rua Lawes, nº 2-A, 1º 212 067 839
	“Cafabar Tropical” – Rua da CUF, nº 1 212 076 309
	Restaurante “O Parque” – Rua 35 212 060 567
	Restaurante “Zarcos II” – Rua 46-A, nº 2 212 061 081
	Snack-bar “Zarcos III” – Rua 15, nº 31 212 064 050
Medicina no Trabalho	Labormedic – Rua da CUF, nº 31 212 079 265

Fonte: Quimiparque, SA

Sexta, *diversidade de espaços disponíveis*. O Quimiparque disponibiliza, para aluguer, espaços cobertos e descobertos numa grande gama de dimensões e tipos. O seu portfólio

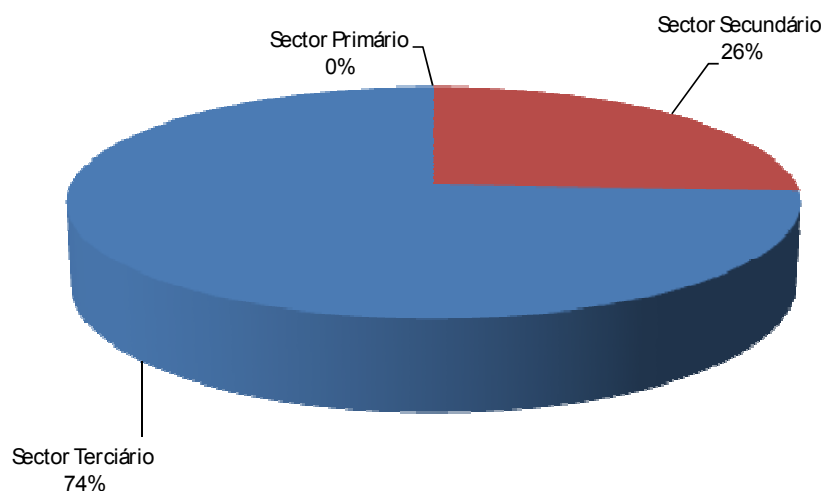
compreende espaços que vão desde escritórios com algumas dezenas de m² a pavilhões com vários milhares, podendo anexar a estes últimos espaços livres descobertos para estacionamento ou armazenagem ao ar livre. Entretanto, desde 1997, o Quimiparque tem vindo oferecer espaços cobertos com dimensões normalizadas de 170/180/200 m², já equipados com as instalações eléctricas e sanitárias e prontas a utilizar, para armazéns e oficinas. O facto de estes espaços terem origem em modulação de grandes edifícios já existentes permitiu a utilização de ruas internas cobertas dando acesso a esses módulos. Dado o sucesso deste tipo de espaços, o parque continua a disponibilizá-los, procurando agora consagrar espaços com novas dimensões normalizadas para diversificar a oferta e responder à procura.

Esta combinação de factores tende a facilitar sinergias que acabam por sustentar, em parte, o crescimento das empresas acolhidas. A diversidade de actividades desenvolvidas pelas empresas-clientes neste parque, a sua concentração por zonas, a boa rede de comunicações existente e o elevado número de pessoas que lá trabalham tornam este parque empresarial numa comunidade empresarial que pode fomentar sinergias que se podem revelar um dos principais instrumentos para o seu desenvolvimento.

2.2.3. Procura do Quimiparque

O Quimiparque possui actualmente quase 300 empresas instaladas nos espaços do seu parque empresarial do Barreiro. Todas estas empresas pertencem ao sector secundário e terciário: 74% destas empresas têm a sua actividade centrada no sector terciário e os restantes 26% são empresas industriais (Gráfico 2-33). Neste total, existem um conjunto de cerca de 30 empresas de dimensão significativa. Dada a sua importância para o estudo em curso, estas empresas serão objecto de análise detalhada no próximo relatório.

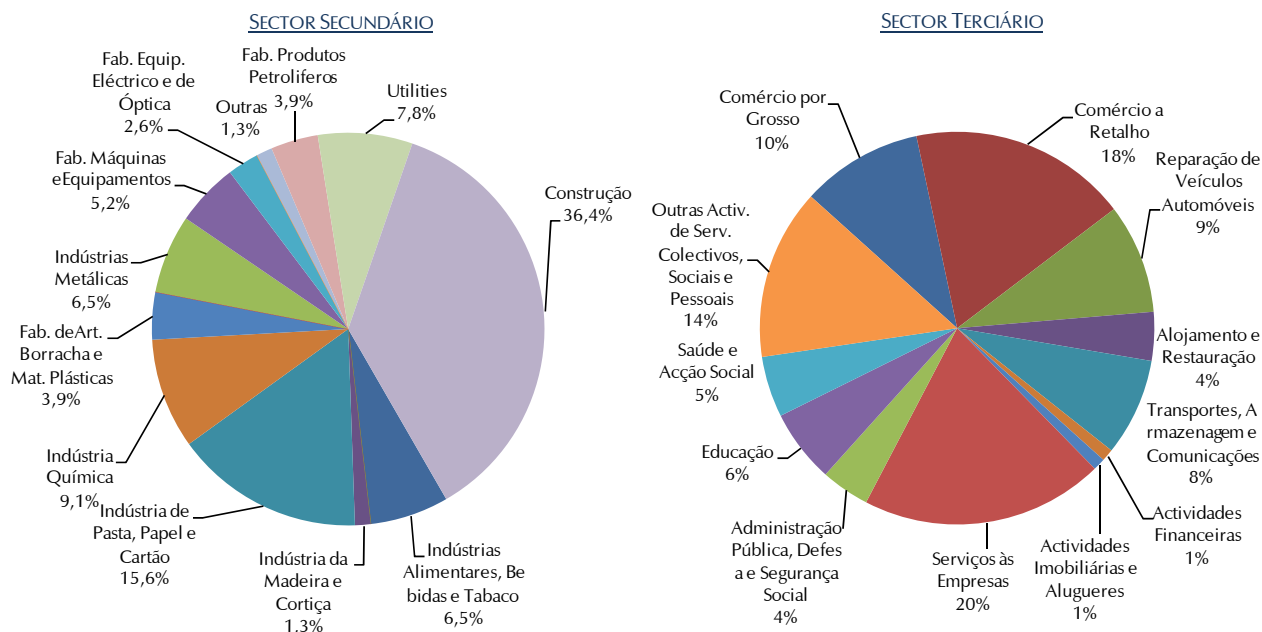
GRÁFICO 2-33:
Classificação da Actividade das Empresas Instaladas no Quimiparque por Grandes Sectores de Actividade, 2006



Fonte: Quimiparque, SA

No conjunto de empresas industriais, destacam-se, de forma extremamente evidente, as empresas ligadas à construção (36% do total). Seguem-se as empresas ligadas à indústria de pasta, papel e cartão e de edição e impressão, com um peso de 15,6% no total das empresas industriais. Depois aparecem as empresas ligadas à indústria química, com um peso de cerca de 9% neste mesmo segmento. As utilities pesam cerca de 7,8%, principalmente em resultado da central da EDP. As empresas ligadas às indústrias metálicas, à semelhança das que estão ligadas à indústria alimentar, das bebidas e do tabaco têm um peso em torno dos 6,5%. As empresas ligadas à fabricação de máquinas e equipamentos têm um peso de cerca de 5,2%. Depois, encontramos um conjunto alargado de empresas ligadas a sectores muito diversos cujo peso no total das empresas industriais não vai além dos 4% (fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas, fabricação de produtos petrolíferos, fabricação de equipamento eléctrico e de óptica, indústria da madeira e cortiça). Na indústrias relacionadas com a fabricação de material de transporte, fabricação de produtos minerais não metálicos, têxteis, couro e de produtos do couro não encontramos nenhuma empresa (Gráfico 2-34).

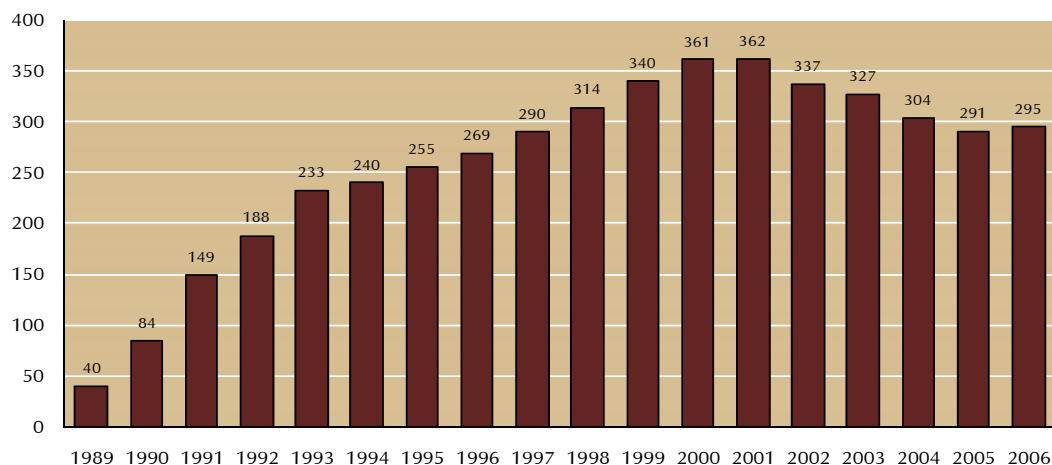
GRÁFICO 2-34:
Classificação Sectorial das Empresas Instaladas no Quimiparque, 2006



Fonte: Quimiparque, SA

Se fizermos o mesmo exercício para o sector terciário, verificamos que 20% destas empresas são prestadoras de serviços às empresas. Seguem-se as empresas ligadas ao comércio, onde encontramos 18% ligadas ao comércio a retalho e 10% ligadas ao comércio por grosso. Depois, as empresas ligadas a outros serviços colectivos (onde se destacam, sobretudo, empresas com actividades ligadas à recolha e tratamento de resíduos), que pesam 14%. As empresas ligadas à reparação de veículos automóveis pesam 9% e as que têm actividades ligadas aos transportes, armazenagem e comunicações pesam 8%. As entidades ligadas aos serviços públicos (administração pública, educação e saúde) têm também algum significado (Gráfico 2-34).

GRÁFICO 2-35:
Número de Empresas Instaladas no Quimiparque, 1989-2006



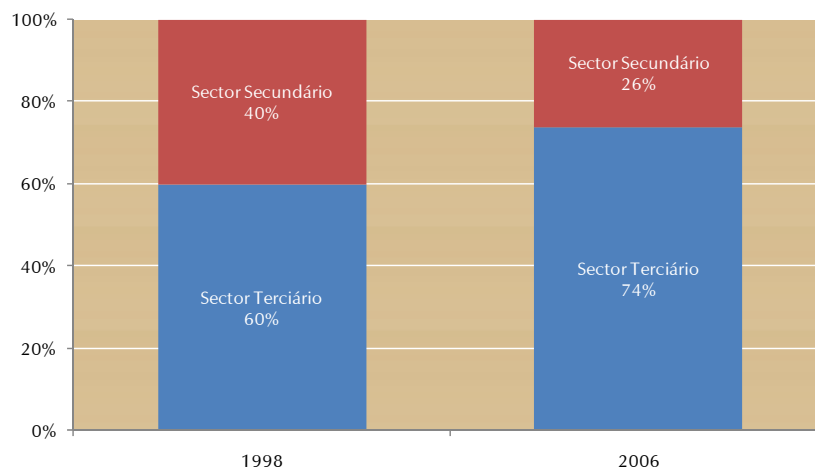
Fonte: Quimiparque, SA

Em termos de evolução recente, verifica-se que a procura de espaços de instalação por empresas no Quimiparque teve uma fase de crescimento relativamente acelerado desde a sua criação até 2001, ano em que se iniciou uma prolongada fase de estagnação/recessão na economia portuguesa. Criou-se, portanto, um contexto bastante desfavorável para o Quimiparque. Por um lado, a procura para novos espaços caiu fortemente e, por outro, várias empresas instaladas passaram por grandes dificuldades. Esta situação obrigou um acompanhamento permanente da situação dos clientes, materializado na renegociação de taxas ou na formulação de propostas de deslocalização para instalações menos onerosas. Este esforço evitou a saída de um número importante de empresas. Ainda assim, o número total de empresas instaladas no Quimiparque caiu de 362, em 2001, para 291, em 2005, ano em que esta tendência foi aparentemente invertida (Gráfico 2-35).

Esta dinâmica de entrada e saída de empresas no Quimiparque fez-se acompanhar por uma significativa alteração do padrão de especialização de actividades. Em concreto, o peso das empresas ligadas ao sector terciário aumentou significativamente, passando de 60% para 74% do total, totalmente a expensas da redução do peso das empresas

industriais, cujo peso caiu de 40% para 26%. Trata-se de uma tendência que está em linha com a conhecida tendência de terciarização da economia (Gráfico 2-36).

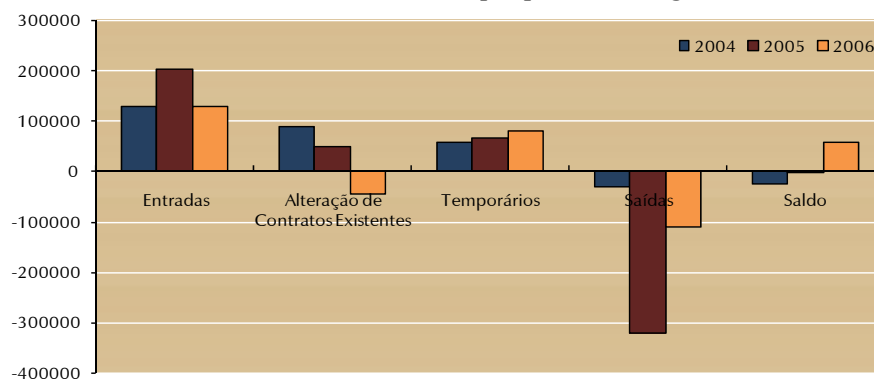
GRÁFICO 2-36:
Distribuição das Empresas Instaladas no Quimiparque por Grandes Sectores de Actividade, 1998-2006



Fonte: Quimiparque, SA

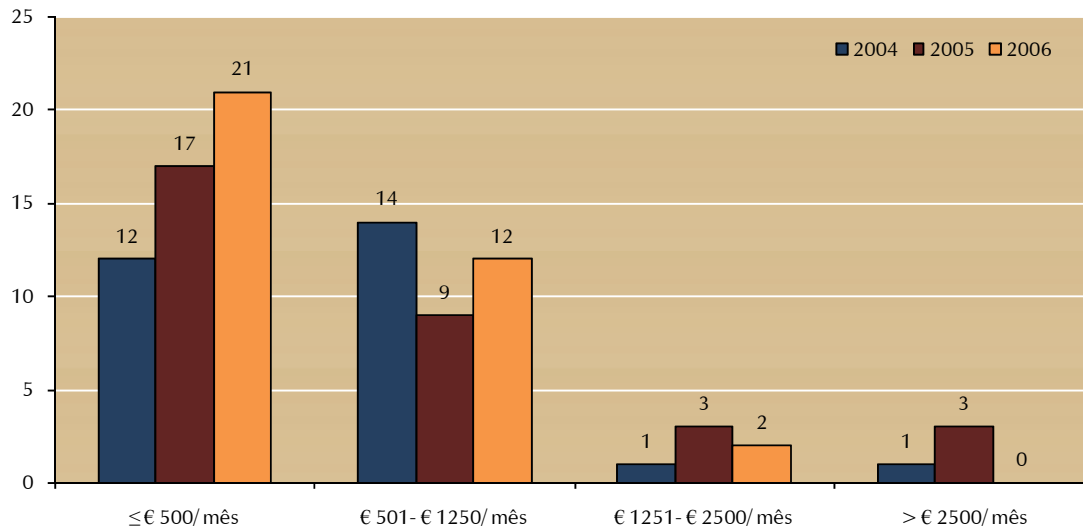
Este processo de mudança que se fez sentir no Quimiparque nos últimos anos, para além de se repercutir negativamente no volume de negócios do parque, também se traduziu em alterações importantes nas condições contratuais de ocupação das empresas.

GRÁFICO 2-37:
Variação das Receitas Anuais do Quimiparque e suas Origens, 2004-2006



Fonte: Quimiparque, SA

GRÁFICO 2-38:
Valores dos Contratos nos Novos Processos de Instalação
de Empresas no Quimiparque, 2004-2006



Fonte: Quimiparque, SA

Como se pode verificar pela análise do Gráfico 2-37, no período 2004-2006, ocorreram alterações significativas nos contratos existentes que, em regra, se traduziram por ganhos de receitas para o parque e por um crescimento dos contratos de natureza temporária. Em paralelo, também se vem a verificar que os novos contratos envolvem, sobretudo, valores mensais abaixo dos 500 euros, existindo uma procura diminuta para espaços que envolvem valores acima dos 2.500 euros (Gráfico 2-38). Aparentemente, só com uma requalificação e um reordenamento efectivo do parque será possível inverter esta tendência.

2.2.4. Situação Económico-Financeira do Quimiparque

Na vertente económico-financeira, apesar da evolução recente, verifica-se que a empresa que detém o Quimiparque (a Quimiparque, SA) apresenta uma situação aparentemente bastante sólida: o capital social da empresa ronda os 59 milhões de euros, o imobilizado líquido anda em torno dos 72 milhões de euros, o investimento anual aproxima-se dos 2 milhões de euros, a prestação de serviços ascende a cerca de 8

milhões de euros e o valor acrescentado bruto (VAB) gerado anualmente cifra-se em torno dos 6 milhões de euros. Como se pode confirmar pelos dados apresentados no Quadro 2-10, a empresa goza de uma inequívoca robustez na sua estrutura financeira e apresenta uma elevada capacidade de recurso a crédito, se tal vier a ser necessário.

QUADRO 2-10:
Elementos da Situação Económico-Financeira da Quimiparque, 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Capitais Próprios (milhares de euros)	66.494	67.608	68.741	69.084	69.034
Dívidas a Médio e Longo Prazo (milhares de euros)	5.811	6.051	6.051	6.051	6.051
Passivo a Curto Prazo (milhares de euros)	(^{**) 1.595}	-272	(^{*) 1.655}	(^{*) 1.722}	(^{*) 2.292}
Imobilizado Líquido (milhares de euros)	73.401	72.854	72.958	72.622	71.980
Activo Circulante (milhares de euros)	2.644	(^{*** 1.419}	3.512	4.579	5.707

(^{*) Passivo a curto prazo + Acréscimos de custos.}

(^{**} Passivo a curto prazo - Disponibilidades + Acréscimos de custos.

(^{***} Existências + Dívidas de terceiros (curto Prazo) + Disponibilidades + Acréscimos e diferimentos.

Fonte: Quimiparque, SA

Porém, esta invejável solidez da estrutura financeira da Quimiparque, SA, infelizmente fez-se acompanhar, em anos recentes, por uma quebra muito significativa nas verbas destinadas a investimentos em edifícios e em infra-estruturas. Em termos globais, face a 2001, os valores aplicados em investimento nos últimos 5 anos apresentam uma redução muito significativa (Quadro 2-11).

QUADRO 2-11:
Investimentos Anuais da Quimiparque, 2001-2006
(em milhares de euros)

	Edifícios	Infra-estruturas	Outros	Total
2001	3.486	278	407	4.171
2002	2.770	981	232	3.983
2003	644	1.074	209	1.927
2004	378	2.156	173	2.707
2005	1.419	422	176	2.017
2006	1.013	339	362	1.714

Fonte: Quimiparque, SA

Do ponto de vista da rentabilidade, a performance da Quimiparque, SA, também não tem sido muito convincente. O volume de negócios dos Parques Empresariais tem vindo a diminuir e com ele todos os indicadores de exploração e rentabilidade. Em 2006, em particular, a actividade da Quimiparque, SA, foi muito afectada pela falta de pagamentos da NUTASA (empresa com a qual a Quimiparque, SA, possui actualmente um litígio grave) e pela saída de duas empresas (a CIN/TINCO e da ECORESÍDUOS), todos grandes clientes instalados em regime de direito de superfície ou similar. Fruto destas situações, os resultados líquidos do exercício em 2006 registaram um decréscimo significativo face ao ano de 2005 (Quadro 2-12).

QUADRO 2-12:
Indicadores Financeiros da Quimiparque, 2002-2006

<i>(Valores em milhares de euros)</i>	2002	2003	2004	2005	2006^(**)
Prestações de Serviços ^(*)	10.208	10.403	9.832	8.226	7.760
Meios Libertos Brutos de Exploração	5.430	5.026	4.709	3.630	2.644
Resultado da Actividade Imobiliária	-	-	-	-	-
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	8.410	8.541	7.818	6.368	5.856
Resultados Operacionais	2.831	2.331	2.175	1.172	283
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	1.636	1.519	1.517	722	130

^(*) Exclui vendas de imobilizado ^(**) Valores apenas respeitantes ao Parque Empresarial do Barreiro.

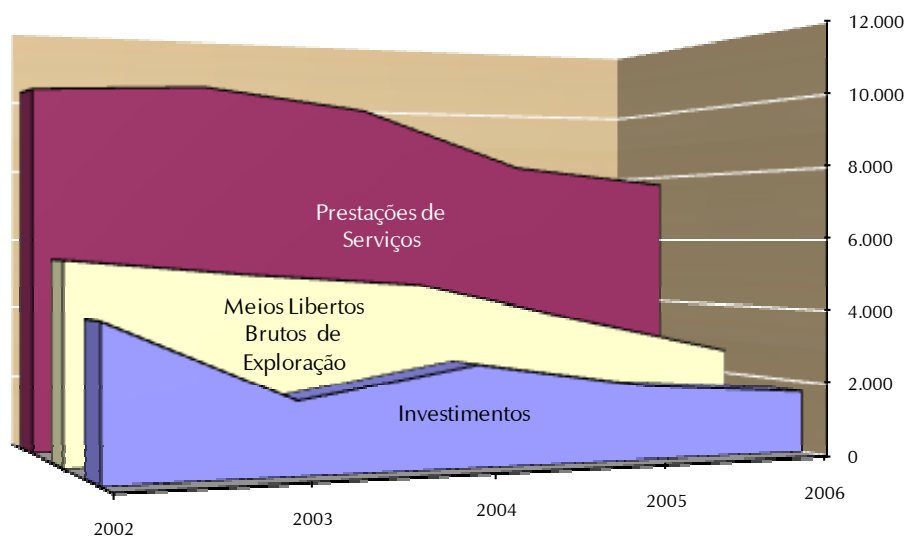
Fonte: Quimiparque, SA

Por outro lado, em relação à promoção imobiliária, cuja rentabilidade está longe de estar a ser optimizada, continuam a desenvolver-se estudos para a definição de outras utilizações para o território que contribuam para alavancar o seu valor no futuro. A Quimiparque acredita que esteja para breve a definição de um plano estratégico de desenvolvimento em articulação com a autarquia que possa servir de base para posteriores planos de detalhe.

Assim, à semelhança de grande parte do tecido empresarial português, a Quimiparque, SA, tem vindo a sentir em anos mais recentes bastantes dificuldades. Essas dificuldades resultam, por um lado, do ciclo económico pouco favorável à actividade económica em geral e, em particular, à actual especialização do parque. Por outro, a empresa sente

uma forte concorrência na sua zona de influência, fruto da criação de novos núcleos de acolhimento de empresas. Perante este cenário, durante o ano de 2006, foram implementadas medidas que procuraram contrariar os efeitos da redução da procura e conter mais eficazmente os seus custos. No entanto, dada a sua natureza de médio prazo, estas medidas tenderão a ter, sobretudo, impacto nos resultados de 2007.

GRÁFICO 2-39:
Evolução da Performance Económico-Financeira da Quimiparque, 2002-2005
 (valores em milhares de euros)



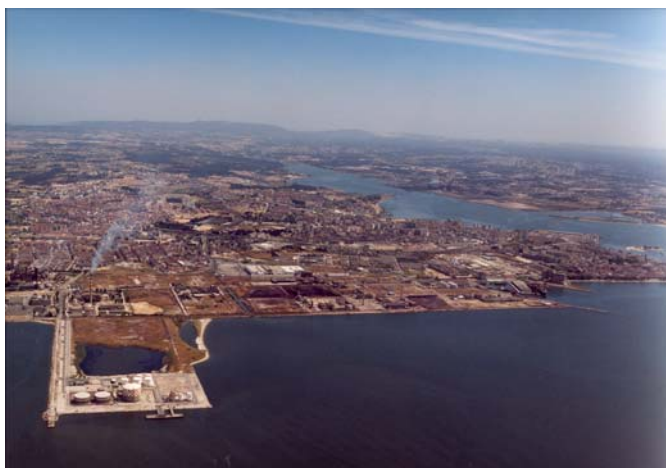
Fonte: Quimiparque, SA

2.3. Características e Dinâmicas Urbanas no Barreiro

2.3.1. Enquadramento Geral

Este ponto assume-se como uma mais uma base importante de definição e de sustentação das estratégias a propor para a cidade do Barreiro e, muito particularmente, para os territórios da Quimiparque. Foi concebido como uma das componentes de diagnóstico e de análise que dará suporte às futuras reflexões sobre as problemáticas, à esperada obtenção de consensos e à tomada de decisões dos parceiros relevantes: a Câmara Municipal do Barreiro, a Quimiparque, a APL, a REFER, a CCDR-LVT, os diversos empresários e proprietários dos espaços envolvidos e restantes actores e cidadãos do Barreiro.

FIGURA 2-14:
Visão a Norte do Barreiro



O concelho do Barreiro é um território de características fortemente urbanas: segundo dados do INE, possui actualmente uma taxa de urbanização em torno dos 89%. Esta forte urbanização resultou, em grande medida, de um longo e continuado processo de investimento privado e público durante os primeiros três-quartos do século passado. Este processo centrou-se muito em actividades industriais pesadas ao longo das margens ribeirinhas do concelho, tendo induzido a migração e instalação de extensas camadas de população provenientes especialmente das regiões do Alentejo e do Algarve.

O concelho do Barreiro possui, actualmente, cerca de 79 mil residentes. Um pouco menos de metade destes reside nas freguesias da Verderena e do Alto do Seixalinho, as grandes zonas urbanas imediatamente a sul da linha-férrea. A outra metade da população distribui-se, grosso modo, pelas malhas urbanas do Barreiro mais antigo, pelas zonas de Santo André, pelo Lavradio e ainda por Santo António da Charneca (numa parte da Baixa da Banheira) - ver Figura 2-5.

Porém, durante a última década e meia, no decurso de grandes alterações operadas nos padrões de formação e de modulação económica das cadeias globais de valor de bens e serviços, ocorreram sucessivos processos de encerramento e de realocização numa parte importante das actividades industriais existentes no Barreiro, que induziram alterações muito profundas nos padrões de dinâmica económica, laboral e urbana do Barreiro. Os níveis de perda populacional ocorridos em diversas zonas urbanizadas do concelho, ao longo dos anos 90, espelham estes sentidos de mudança sócio-económica.

No seguimento deste processo, olhando para a realidade actual do Barreiro, somos obrigados a concluir que existiu uma clara dificuldade de resposta das estruturas económico-sociais existentes no seu território a estas transformações. Supõe-se que estas dificuldades de resposta, em importante medida, terão resultado de uma conjugação de quatro ordens de factores:

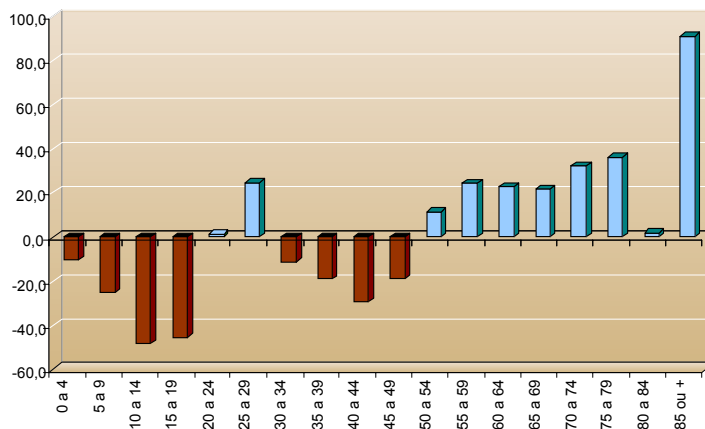
- ▶ A elevada concentração empresarial e de processos decisórios locais em poucas instituições e sectores, tornando elevadas as consequências económico-sociais e territoriais de cada processo de encerramento ou de deslocalização;
- ▶ Os padrões de alta especialização laboral entretanto obtidos pela população empregada, deixando-a menos preparada para novas aptidões e exigências no âmbito de outro tipo de actividades sócio-económicas ou culturais;
- ▶ A debilidade de importantes factores-chave de competitividade, a reduzida percentagem de população com ensino superior e ainda a deficiente capacidade exportadora das actividades económicas existentes;

- ▶ A ‘condição urbano-espacial’ do Barreiro, uma vez que, à escala regional, o concelho, por um lado, tem vivido, em importante medida, para a sua própria indústria (não obstante os movimentos pendulares com a margem norte da AML e a população aí também empregada) e, por outro lado, não detém redes de comunicação e de interligação eficazes para as outras partes e margens da metrópole; à escala interna, as malhas urbanas da cidade encontram-se consideravelmente espartilhadas e com difícil fluidez, quer pela presença de importantes barreiras físicas - e mesmo cognitivas -, tais como o corredor ferroviário ou a própria Quimiparque (de acesso restrito), quer pela existência de diversas zonas e terrenos progressivamente ‘vazios’ e sem actividade.

De facto, apesar de geograficamente situado numa posição central do estuário do Tejo (o que decerto motivou as primeiras decisões de localização industrial há cem anos atrás), o Barreiro nunca conseguiu libertar, de forma fluida, a sua população, a sua economia e a sua sociedade local de uma série de “malhas” encarceradoras, resultantes da conjugação da vitalidade das suas indústrias locais com os ritmos fluviais de e para Lisboa, e com a sua própria estrutura urbanística.

Sucedeu, assim, que aos processos de desvitalização industrial ocorridos localmente, e às próprias - e muito significativas - alterações dos padrões económicos experimentadas pela metrópole de Lisboa nas mais recentes décadas, se tenham registado fortes dificuldades de transformação dos modelos sócio-económicos existentes no Barreiro, resultando, assim, numa conseqüente tendência de desvitalização sócio-demográfica e urbanística da cidade, como um todo. Os efeitos urbanos destas tendências de desvitalização manifestaram-se, de forma saliente, ao longo da década de 90, na perda populacional registada nas principais faixas etárias da idade activa e, em particular, na redução do peso relativo das camadas mais jovens.

GRÁFICO 2-40:
Variação da População por Estrato Etário (1991-2001)



Fonte: INE, Censos 2001

As consequências manifestam-se de forma muito clara. Nos primeiros anos já do novo século, enquanto que praticamente todos os concelhos da Península de Setúbal têm registado sinais positivos das taxas de crescimento da população (principalmente na sua componente migratória), o concelho do Barreiro é o único da sub-região com uma tendência oposta, evidenciando saldos naturais e migratórios negativos (Gráfico 2-8). Além disso, a par desta desvitalização demográfica e económica (não obstante os valores de urbanidade bem consolidados na cidade, tanto ao nível das vivências sociais e culturais das gentes locais, como na provisão de elementos públicos como as redes de equipamentos colectivos), foi-se igualmente sucedendo uma tendência de desvitalização urbanística. Em consequência, existem hoje malhas urbanas da cidade que apresentam elevadas percentagens de fogos vagos, designadamente nas zonas da freguesia do Barreiro e do Lavradio.

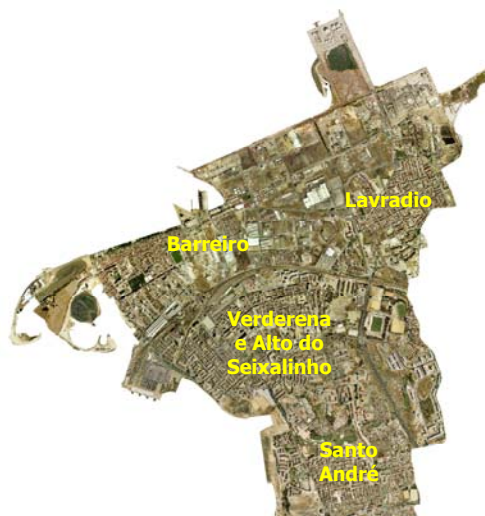
QUADRO 2-13:
Elementos Sócio-urbanísticos

	Concelho	Freguesias						
	Barreiro	Barreiro	Verderena e Alto do Seixalinho*	Santo André	Lavradio	Santo António da Charneca	Palhais	Coima
População Residente (2001)	79.012	8.823	32.036	11.319	13.051	10.983	1.224	1.576
Variação (1991-2001) (%)	-7,9%	-19,4%	-13,3%	-2,0%	1,1%	5,9%	7,6%	-16,8%
Densidade Pop. (Indiv/Km ²)	2.487	2.874	13.868	3.890	4.628	1.430	195	236
Famílias	29.970	3.592	12.539	4.198	4.890	3.723	443	585
Dimensão Média das Famílias	2,6	2,5	2,6	2,7	2,7	3,0	2,8	2,7
Alojamentos	37.849	4.915	15.275	5.042	6.520	4.776	573	748
Indiv./Alojam.	2,1	1,8	2,1	2,2	2,0	2,3	2,1	2,1
Aloj. Vagos (%)	14,1%	20,1%	11,3%	12,3%	19,5%	12,7%	11,5%	8,6%
Variação Aloj. Vagos (1991-2001) (%)	90,5%	52,4%	69,6%	94,3%	216,5%	86,7%	65,0%	25,5%

* Optou-se por juntar as análises e respectivos dados das Freguesias da Verderena e do Alto do Seixalinho, dada a relativa similitude das suas características sócio-urbanísticas.

Fonte: Equipa do Projecto com base em dados do INE, Censos 2001

FIGURA 2-15:
Freguesias de Intervenção do Estudo



Fonte: Equipa de Projecto com base em mapas do Google

O paulatino evanescimento de algumas das suas principais actividades industriais, em conjunto com uma baixa capacidade de regeneração endógena, têm dado lugar, no tocante à capacidade de empreendedorismo de pequena ou média escala, sobretudo, ao desenvolvimento de actividades terciárias ligadas ao comércio por grosso, ao comércio a retalho e à restauração - nestes últimos casos, mais ligado a um empreendedorismo de sobrevivência do que a um empreendedorismo de oportunidade. Ao mesmo tempo, estas importantes tendências de transformação das bases económicas e do emprego têm sido, por sua vez, relativamente estigmatizadas pelos diversos elementos de separação geográfica, urbanística e mesmo identitária das malhas urbanas e regionais do concelho, não obstante uma contínua vitalidade nas suas dimensões social e cultural. Este é um panorama que mostra, de forma clara, que o Barreiro se confronta, de forma crescente e cada vez mais decisiva, com a absoluta e urgente necessidade de se transformar e de se reorientar, decerto por formas directamente mais interventoras e mais pró-activas - acompanhando os novos paradigmas de intervenção de escala mais local, embora tomando o global como base - nas suas estratégias de desenvolvimento económico-espaciais.

CAIXA DE TEXTO 2-9:

Objectivos Inscritos no Plano Director Municipal do Barreiro de 1993

- Reequilibrar a rede urbana do concelho, requalificando as áreas urbanas centrais existentes e criando paralelamente as condições necessárias para o desenvolvimento de outros núcleos urbanos que participem complementarmente na dinamização do concelho como um todo, projectando-o na região envolvente;
- Melhorar as acessibilidades internas eliminando dificuldades de ligação entre áreas urbanas e dificuldades de acesso às principais infra-estruturas de circulação e de transporte;
- Melhorar as acessibilidades externas viabilizando novas e mais eficientes ligações aos concelhos vizinhos, Moita, Palmela e Seixal, e à estrutura viária regional e nacional; manter a viabilidade de ligação à margem norte na solução de atravessamento designada por corredor central, como alternativa à ponte 25 de Abril e à nova ponte no Montijo;
- Desenvolver e qualificar as redes de equipamentos sociais para que seja possível atingir níveis de cobertura normais nos vários sectores: ensino, saúde, segurança social, cultura, recreio e desporto;

- Criar e equipar uma estrutura concelhia de espaços verdes, essencial para garantir o equilíbrio e a qualidade do meio urbano: parques e jardins públicos; espaços de enquadramento dos equipamentos sociais; espaços envolventes da habitação; protecção de estruturas florestais e agrícolas que importe conservar;
- Contribuir para a redução de carências habitacionais: viabilizando a aplicação de programas da Administração Central alternativos à aquisição de habitação no mercado de renda livre; viabilizando a renovação de áreas urbanas envelhecidas com más condições de habitabilidade;
- Melhorar a oferta de espaços para a instalação de actividades económicas: viabilizando o reordenamento e a rentabilização do espaço ocupado pelo antigo complexo industrial da Quimigal (Quimiparque); viabilizando a renovação ou criação de espaços que constituam uma oferta complementar, como alternativa à Quimiparque; viabilizando a instalação nas áreas habitacionais de actividades terciárias qualificadas, comércio e serviços.

No primeiro Plano Director Municipal do Barreiro, aprovado em 1993, já se reconhecia, de forma consciente, estes desafios (tendências de deslocalização industrial e elevado risco de desvitalização urbana e sócio-económica). Nessa altura, foram propostas uma série de medidas de relançamento das dinâmicas de desenvolvimento do concelho através de novas infra-estruturas e posicionamentos nas redes de base regional, da melhoria das condições para a instalação de novas actividades económicas (particularmente nos territórios da Quimiparque, mas igualmente nas zonas complementares a estes e mesmo nas áreas mais habitacionais) e da valorização de elementos essenciais de qualificação urbana de base local (redes e qualificação de equipamentos, espaços verdes e espaços públicos).

FIGURA 2-16:
Carta de Ordenamento da Cidade (Plano Director Municipal)



Fonte: Equipa do Projecto com base em dados da Risco

QUADRO 2-14:
Número de Passageiros Transportados na Rota Barreiro-Lisboa

EMPRESA	LINHAS	2004		2003		2002	
		PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
TT	Montijo - Terreiro do Paço	1 702 434	21 262 264	1 732 638	21 640 649	1 608 822	26 384 681
TT	Seixal - Terreiro do Paço	2 031 360	20 516 736	2 140 880	21 622 888	2 294 511	23 174 561
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	10 017 254	100 172 540	9 953 474	99 534 740	10 481 828	104 818 280
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	16 518 706	34 689 283	17 826 930	37 436 553	20 034 064	42 071 534
TT	Trafaria - P. Brandão - Belém	934 303	3 437 452	986 913	3 638 634	1 116 462	4 102 095
TT	Parque das Nações	28 469	486 393	43 892	700 994	191 180	2 429 945
TOTAL		31 232 526	180 564 668	32 684 727	184 574 458	35 726 867	202 981 096

PT – passageiros transportados
PKT – Passageiros quilómetro transportados

Fonte: Equipa do Projecto com base em dados da Transtejo/Soflusa

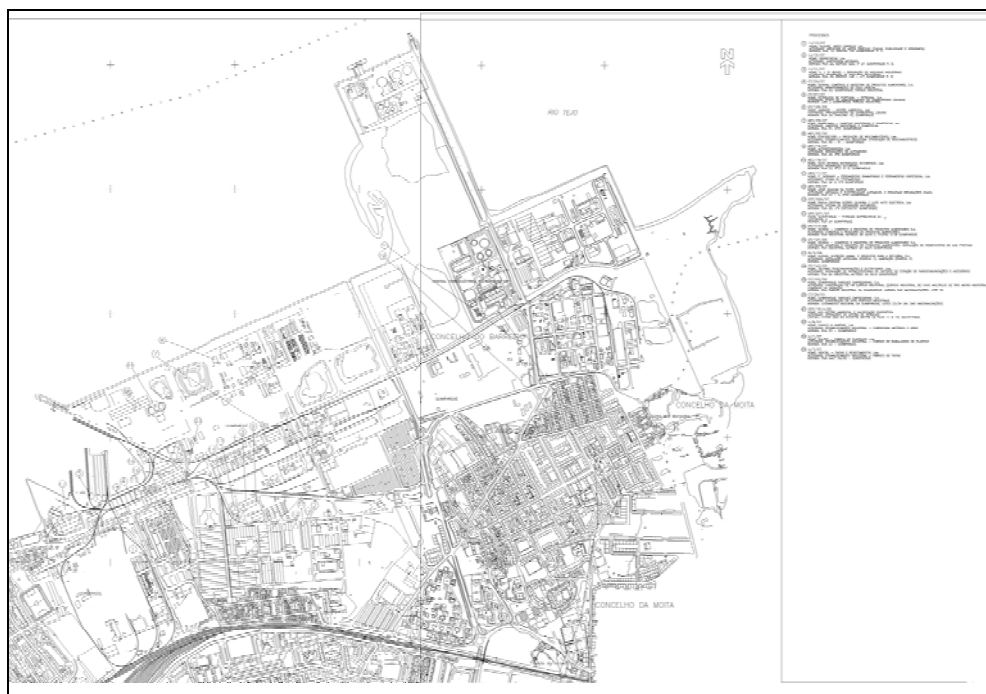
Fruto da implementação de algumas dessas medidas e da dinâmica natural da economia, não obstante existir na cidade um panorama que ainda mostra uma relativa importância das actividades de estrutura pesada (como a indústria química, as utilities e os

transportes), verifica-se que as principais áreas de actividade económica do concelho já se centram, sobretudo, nas actividades de comércio (por grosso e a retalho) e em actividades de serviços de índole diversa (quer a famílias, quer a empresas). Assim, apesar das tendências de desvitalização sócio-económica sucedidas nos últimos anos, existem já sinais de prevalência de algum dinamismo económico, muito particularmente nas componentes de consumo. Este aspecto é comprovado, entre outros indicadores, pelo nível do índice de poder de compra do concelho de 2004 que é superior à média da sub-região (Gráfico 2-2).

Elemento chave das dinâmicas do Barreiro desde há cem anos, o vasto território do Quimiparque, assume-se, mais uma vez, como vector primeiro das necessárias transformações a desenvolver no concelho. A este nível, na qualidade de entidade gestora deste território, a Quimiparque, SA, tem revelado total disponibilidade e empenho para participar como parceiro na promoção das transformações que se pretendem.

Assim, perante a absoluta necessidade de alteração dos modelos de desenvolvimento industriais e urbanos seguidos até um passado recente, as potencialidades criadas pela actual disponibilidade de terrenos e uma série de outras condições essenciais para os necessários processos de transformação que inclui a vontade política e a clara representação social da vontade de mudança por parte da população local, parecem existir condições muito propícias para projectar uma estratégia integrada para o futuro da cidade do Barreiro capaz de criar nela um novo tipo de centralidade urbana e regional.

FIGURA 2-17:
Planta dos Terrenos da Quimiparque



Fonte: Quimiparque, SA

Com o objectivo de produzir uma sistematização analítica e prospectiva clara, que permita enquadrar os espaços centrais para a formulação desta estratégia e as principais condicionantes que lhe estão subjacentes, desenvolve-se, neste ponto, um diagnóstico focalizado numa subdivisão da área norte do concelho do Barreiro em três territórios distintos:

- ▶ **Zona A:** Territórios a nordeste da península do Barreiro (zona a leste da futura eventual linha TGV, incluindo a zona urbana do Lavradio);
- ▶ **Zona B:** Centro norte da península do Barreiro (zona a oeste da futura linha TGV, a norte do corredor ferroviário e até à malha urbana da cidade);
- ▶ **Zona C:** Zona histórica e consolidada da cidade, zona ribeirinha da foz do rio Coia, freguesias da Verderena e do Alto do Seixalinho.



2.3.2. Diagnóstico da Zona A

A Zona A é uma zona de características fortemente industriais, onde se encontram algumas das maiores empresas do concelho. Toda a respectiva frente ribeirinha, e até à linha urbana do Lavradio, é território administrado pela APL e pela Quimiparque. Imediatamente a sul situa-se o núcleo urbano do Lavradio e ainda parte da Baixa da Banheira. As principais empresas aqui existentes são: a Tanquipor, a EDP Produção, a Fisipec, a Amoníaco Portugal e a Companhia Petroquímica do Barreiro.

A população da área urbana do Lavradio englobava, em 2001, aproximadamente 13.000 residentes, constituídos em 5.000 famílias. Embora esta não tenha registado perdas demográficas ao longo da década de 90, em termos urbanísticos ocorreu, seguramente, uma tendência de desvalorização particularmente assinalável, que se tem vindo a tornar visível pelo elevado aumento (em mais de 200%) de alojamentos vagos, estimados hoje em cerca de 1/5 do total.

A LBC Tanquipor é uma empresa que foi adquirida em 1995 ao Grupo CUF pelo grupo francês LBC. Possui a concessão do serviço público de movimentação de cargas na área portuária do Barreiro, dedicando-se ao planeamento, construção e exploração de terminais de movimentação e armazenagem de produtos líquidos ou sólidos e de gases. Aparentemente, trata-se de uma empresa que se encontra de boa saúde económico-financeira e que tem uma actividade não poluente. Encontra-se instalada em espaço concessionado pela APL. Perspectiva-se a ampliação do terminal de contentores e o respectivo porto de carga/descarga. A hipótese de ampliação mais referida contempla a extensão do cais até a parte sul-poente da futura ponte para atracagem dos navios.

A unidade da EDP Produção instalada no Barreiro é uma central termoelétrica com 56 MW. Ocupa um espaço concessionado pela APL. Possui cerca de 40 colaboradores. Entre outras coisas, produz vapor que é essencial para a laboração de duas importantes empresas localizadas na sua proximidade: a Fisipe e a Amoníaco Portugal. Está previsto para 2009 o encerramento desta central. A EDP lançou, no entanto, já no decurso do presente mês, um concurso público para a concepção, construção e instalação, já em 2009, de uma central de co-geração a gás natural, com uma potência estimada de aproximadamente 25 MW, uma produção total de vapor de cerca de 50 t/h, a localizar-se no complexo industrial do Barreiro, na área fabril da Fisipe, e que se destinará, provavelmente, entre outras coisas, a substituir a actual central termoelétrica na sua função de produção de vapor para esta unidade e, eventualmente, para a Amoníaco Portugal.

A Fisipe, SA, é uma empresa que se afirma como um produtor europeu de fibras acrílicas. A empresa foi constituída em 1973, fruto de uma joint-venture entre a CUF e o grupo japonês Mitsubishi, e está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa desde 1986. Actualmente, a Fisipe ainda produz maioritariamente fibras têxteis standard, embora se esteja a transformar gradualmente numa empresa produtora de fibras acrílicas especiais, nomeadamente fibras pré-tintas, funcionais e para aplicações técnicas. É uma empresa com cerca de 270 trabalhadores. Exporta aproximadamente 95% da sua produção, actuando nos mercados a nível mundial. É proprietária dos terrenos onde está instalada.

A sua actividade é relativamente dependente da produção de vapor efectuada na EDP Produção, e, no pós-2009, na nova central de co-geração a gás natural.

FIGURA 2-18:
Principais Situações de Poluição/Contaminação



Fonte: Equipa do Projecto com base em dados da Risco

A Amoníaco Portugal, SA, é uma empresa pertencente ao Grupo CUF que fabrica produtos químicos, estando já instalada em terrenos da Quimiparque. Tem cerca de 300 colaboradores. A sua actividade, aparentemente em declínio, gera níveis de poluição do ar e da água significativos. A própria movimentação de produtos envolve um grau elevado de perigosidade. Na sua laboração, está muito dependente não só do vapor fornecido pela EDP Produção, e, no pós-2009, pela nova central de co-geração a gás natural, como também de resíduos de fuel provenientes da Refinaria de Sines. Este último factor constitui uma ameaça séria à sustentabilidade de médio prazo da empresa, visto que a nova Refinaria de Sines deixará de produzir os referidos resíduos de fuel.

A CPB - Companhia Petroquímica do Barreiro, antigamente integrada na Quimigal, é uma empresa que actualmente faz parte do Grupo Hofin. Dedicase à produção e

comercialização de polióis, sistemas de poliuretano, resinas poliéster insaturadas e etoxilados. Está instalada em terrenos da Quimiparque situados no eixo da eventual futura terceira travessia sobre o Tejo, possuindo uma concessão para mais 15 anos. Tem actualmente cerca de 40 trabalhadores. Aparentemente, domina mal o circuito de aprovisionamento de matérias-primas e apresenta uma actividade decrescente. Com a eventual construção da nova travessia do Tejo, poderá vir a ser encerrada ou deslocalizada.

2.3.3. Diagnóstico da Zona B

A Zona B é uma zona classificada no actual PDM quase exclusivamente como zona industrial, embora nos últimos anos tenham ocorrido importantes alterações nas suas diferentes funcionalidades. Com excepção da malha urbana do Bairro das Palmeiras, junto ao corredor ferroviário, todo este território encontra-se sob a administração da Quimiparque. Nesta zona, existe um número significativo de empresas industriais em pleno funcionamento desde há longa data e, nos últimos anos, tem ocorrido a instalação de empresas em actividades ligadas sobretudo à armazenagem e a serviços diversos. Não obstante, múltiplos terrenos têm vindo a ficar desocupados devido ao encerramento de empresas, particularmente nas áreas ribeirinhas e ainda nas zonas mais a poente (junto às malhas urbanas consolidadas).

Dentro desta zona, encontramos, desde logo, uma Zona Ribeirinha a nascente sem qualquer actividade, com importantes problemas de contaminação. Dentro desta, a Zona Pa acumulou durante décadas elevadas quantidades de resíduos de pirite resultantes da produção de ácido sulfúrico que têm vindo paulatinamente a ser usados como aditivo pelas cimenteiras nacionais, perspectivando-se a sua erradicação em cerca de 10 anos. Na Zona Pb, por seu lado, regista-se a presença de uma elevada quantidade de resíduos de zinco ao ar livre junto ao rio, o que configura uma situação reconhecida como muito delicada.

A Zona Ribeirinha mais a poente é onde se encontra o cais industrial, área ainda com alguma actividade industrial e portuária, mas igualmente já com uma série de terrenos

desafectados de qualquer dinâmica. Não obstante, nesta zona situam-se duas importantes empresas em actividade, a Atlanpor e a Sovena.

A Atlanpor, instalada em terrenos concessionados para exploração pela APL e pela Quimiparque na Zona Pd, é aparentemente uma empresa detida em partes iguais pelo Grupo Mello e pela Siderurgia Nacional - Produtos Longos. Tem a sua actividade centrada na recepção e armazenagem de sucata, sobretudo para abastecimento de empresas do Seixal existentes nos antigos espaços da Siderurgia Nacional. Também recebe grânéis, embora de forma relativamente residual. As actividades de recepção de sucata provocam importantes problemas ambientais. A construção do ramal ferroviário da Siderurgia com ligação ao Porto de Setúbal a partir de 2008/2009 e futuramente à plataforma logística do Poceirão poderá dispensar as necessidades de recepção de sucata no Barreiro.

A Sovena é uma empresa de referência no mercado ibérico de óleos e azeites pertencente à Nutrinveste (Grupo José de Mello), um dos principais grupos agro-alimentares nacionais que detém marcas reconhecidas como Fula, Oliveira da Serra, Andorinha, Vêgê, Frigi, 3ás, Salutar e OliSoja. A fábrica da Sovena no Barreiro (Sovena Barreiro) constitui a maior unidade de refinação e embalamento de óleos e azeites a laborar em Portugal. Emprega cerca de 170 trabalhadores, possui uma capacidade diária de refinação de 270 toneladas de girassol e de 190 toneladas de soja, está preparada para embalar 630 toneladas de óleo e 35 toneladas de azeite por dia e tem espaço de armazenagem para 8.500 paletas. Está instalada em terrenos do Quimiparque, parte arrendados e parte com direitos de superfície de longo prazo.

As zonas mais a sul envolvem terrenos de utilização muito diversa. Por um lado, desenvolveu-se uma área de dinâmicas comerciais e de distribuição, onde estão instaladas duas importantes unidades de distribuição, o Feira Nova do Barreiro (uma unidade de grande dimensão do Grupo) e o Mestre Mako.

A poente destas unidades, uma outra zona importante onde se encontram instalados os Transportes Colectivos do Barreiro. Em muitos terrenos desta envolvência, situam-se

diversas instalações empresariais. É também nestas zonas onde está localizado o SalisPark, uma área de múltiplas actividades económicas, que dispõe actualmente de um leque relativamente amplo de terrenos e de armazéns para venda e para aluguer.

Aqui existe, igualmente, uma muito interessante zona museológica e de carácter histórico-cultural (Museu Industrial). Finalmente, mais a poente, situa-se uma pequena zona residencial - o Bairro das Palmeiras -, bairro com frágeis características urbanísticas, sociais e culturais, necessitado de uma profunda intervenção ou (na hipótese de requalificação integral dos espaços envolventes) de um projecto integrado de realojamento.

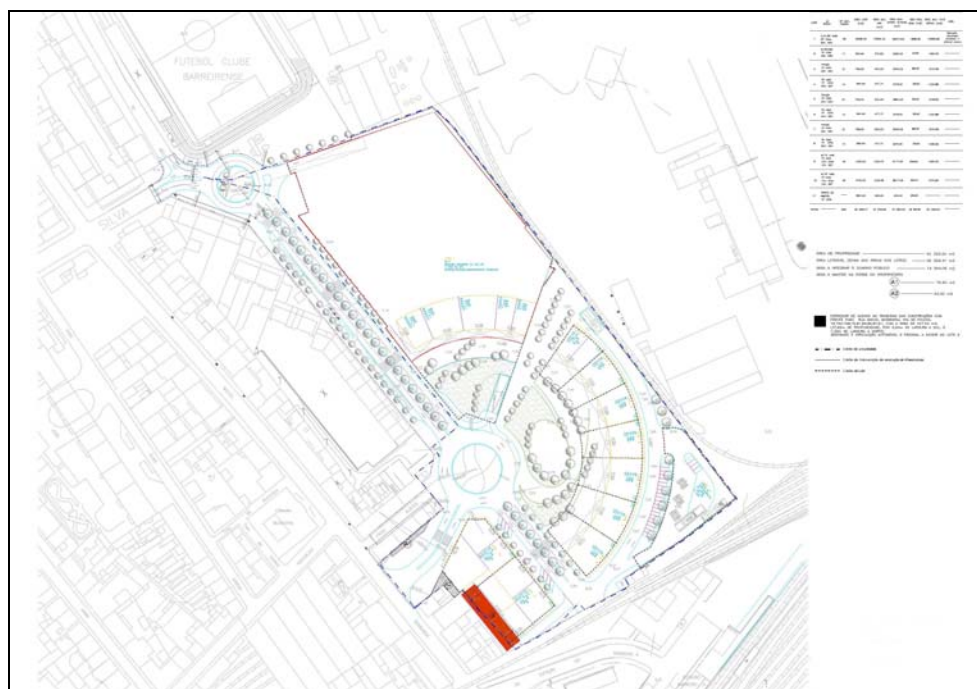
Por fim, as áreas a sul e a poente do cais industrial podem classificar-se como áreas de transição para as malhas urbanas da cidade - e vice-versa -, já há diversos anos em processo de difícil definição, e como tal aguardando, com maior evidência, a clarificação das respectivas direcções estratégicas. Efectivamente, se nestas zonas se podem ainda encontrar importantes unidades industriais, tais como a Quimitécnica e a Quimitécnica Ambiente, por outro lado desenvolvem-se projectos de desenvolvimento urbano e de ampliação da cidade para nascente, entre os quais o de maior visibilidade será o Fórum Barreiro, grande espaço comercial e de serviços.

A Quimitécnica, SA, é uma empresa vocacionada para a gestão e tratamento de resíduos industriais, designadamente tratamento físico-químico de resíduos com cianetos, crómio e soluções contaminadas com metais pesados. Resultou da antiga Divisão de Química Inorgânica e Metais da Companhia União Fabril (Grupo CUF).

A Quimitécnica Ambiente, SA, é uma empresa criada em 2001 que resultou da transformação da área de negócio homóloga da sua empresa-mãe (a Quimitécnica, SA) numa entidade juridicamente autónoma. Encontra-se integrada no Grupo CUF, estando vocacionada para a gestão global de resíduos, a realização de ensaios físico-químicos e a prestação de serviços especializados em áreas relacionadas com a redução e valorização de resíduos.

O Fórum Barreiro é uma estrutura multifuncional de comércio e lazer, situada precisamente na transição entre as zonas A e B (industrial e urbana). Desenvolvido pela MDC (Multi Development Corporation), encontra-se em construção e está previsto abrir em Outubro de 2008. Estima-se um elevado movimento urbano face a esta nova centralidade.

FIGURA 2-19:
Projecto para o Fórum Barreiro



Fonte: Câmara Municipal do Barreiro

2.3.4. Diagnóstico da Zona C

A Zona C corresponde a um território de características totalmente urbanas. A sua vertente norte (Barreiro Antigo) corresponde ao aglomerado original da cidade, onde quer diversos edifícios e espaços públicos, quer a própria malha urbana consolidada no século XVIII, se podem caracterizar como de importante valor patrimonial. Esta é, porém, uma zona extremamente carente de intervenções de qualificação urbana, tanto em termos de valorização urbanística e de reabilitação do edificado, como em termos de

acções de apoio de âmbito social e ainda económico. As dinâmicas demográficas (com uma população residente, no início desta década, de cerca de 3.500 famílias), assim como as dinâmicas sociais e económicas, têm vindo a sofrer um forte e preocupante retrocesso.

FIGURA 2-20:
Projecto Municipal para o Passeio Augusto Cabrita



Fonte: Câmara Municipal do Barreiro

Apesar destas sérias tendências de desvitalização, esta não deixa de ser uma área urbana fortemente consolidada e de primeira centralidade, com importantes elementos de referência tais como o passeio ribeirinho Augusto Cabrita (cujas muralhas de frente de rio se encontra seriamente danificadas, mas com reparação prevista para breve pela APL), o parque Catarina Eufémia ou o Mercado Municipal. É nesse sentido, de revalorização de um importante património dinâmico, que o município tem procurado desenvolver, nos tempos mais recentes, uma série de projectos de reabilitação e de requalificação urbana. Entre outros, poder-se-á destacar o projecto para o Passeio Augusto Cabrita, o projecto para o início da frente do rio Coia na Rua Miguel Pais, e o desenvolvimento do projecto para a reabilitação da zona urbana central do Jardim Catarina Eufémia e do Mercado 1º de Maio.

FIGURA 2-21:
Projecto Municipal para a frente do Rio Coina,
na Rua Miguel Pais



Fonte: Câmara Municipal do Barreiro

Na vertente mais noroeste da península, na foz do Rio Coina, encontra-se uma área cujas características são sobretudo de carácter ambiental e cultural (praias, sapais, moinhos de maré históricos), detendo esta excelentes potencialidades de aproveitamento como espaço de respiro e de lazer em eventuais processos de valorização integrada das margens ribeirinhas da cidade.

O actual terminal fluvial de passageiros do Barreiro está situado nesta zona e ocupa uma área de 66,5 mil metros quadrados, inclui o hangar (7,5 mil metros quadrados), os espaços de estacionamento automóvel e acessos (45 mil metros quadrados) e os espaços de paragem de transportes colectivos rodoviários (14 mil metros quadrados). A frequência da linha fluvial entre o Barreiro e Lisboa mantém-se elevada, correspondendo a uma procura de aproximadamente 10 milhões de passageiros por ano.

As Oficinas Ferroviárias da REFER também se encontram nesta zona, imediatamente junto ao terminal. A sua actividade actual é consideravelmente reduzida, centrando-se, essencialmente, na manutenção de máquinas diesel e outros trabalhos parcelares. O seu

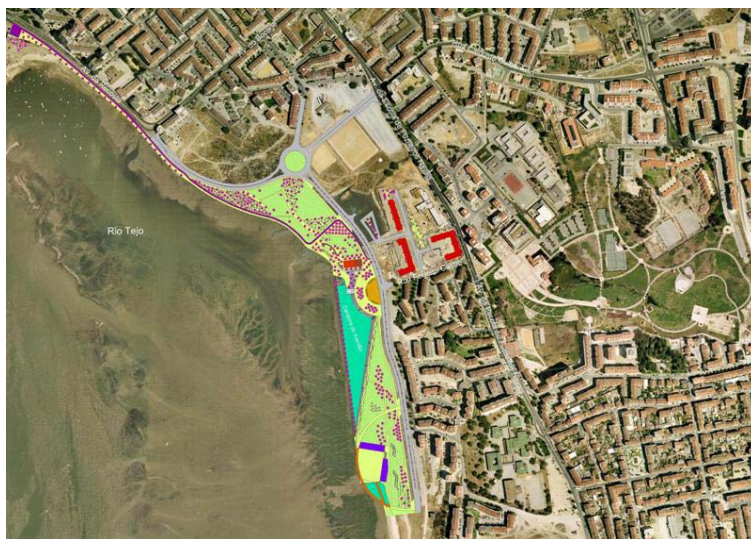
edificado e respectivo equipamento interior possuem uma especial relevância patrimonial, particularmente no âmbito da história ferroviária nacional.

Na correspondência linear do terminal fluvial e das oficinas ferroviárias, situa-se um importante corredor ferroviário que se estende por toda a cidade no sentido nascente-poente. Utilizado durante muitas décadas como corredor de chegada e de partida, pelo e para o sul, das malhas urbanas do Tejo, esta via tem agora frequências consideravelmente menores, particularmente após a abertura da ligação ferroviária pela Ponte 25 de Abril. Presentemente, este corredor assume, essencialmente, e de forma bem evidente, os espartilhos urbano-espaciais com que a evolução da cidade se defronta.

Finalmente, para sul, desenvolve-se uma extensa área urbanizada que engloba as freguesias da Verderena e do Alto do Seixalinho, detendo estas, no seu conjunto, uma população superior a 30.000 residentes - uma das zonas de mais elevada densidade populacional de toda a metrópole de Lisboa.

Nesta zona, e ao longo das margens do Rio Coima, encontra-se definido um programa de requalificação urbana e ambiental, no âmbito do programa POLIS, que inclui, entre outros projectos, um novo parque urbano e recreativo, diversas zonas de lazer e uma ciclovia. Prevê-se que a maioria das obras se completem ainda no primeiro trimestre de 2008.

FIGURA 2-22:
Projecto POLIS para a frente de rio na Verderena



Fonte: Câmara Municipal do Barreiro

